



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DAYSE CLEMENTINO SOUSA**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS DE  
LETRAS DO CAMPUS ARAGUAÍNA**

**ARAGUAÍNA TO**

**2019**

**DAYSE CLEMENTINO SOUSA**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS DE  
LETRAS DO CAMPUS ARAGUAÍNA**

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Araguaína, para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Inglesa e Literatura, sob a orientação da Profa. Dra. Janete Silva dos Santos

ARAGUAÍNA TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S725p      Sousa, Dayse Clementino.  
              Preconceito linguístico: o ponto de vista dos acadêmicos de  
              letras do campus Araguaína. / Dayse Clementino Sousa. –  
              Araguaína, TO, 2019.  
              109 f.

              Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
              Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Inglês, 2019.  
              Orientadora : Janete Silva dos Santos Santos

              1. Variedades Linguísticas. 2. Língua Portuguesa. 3. Preconceito  
              Linguístico. 4. Língua. I. Título

**CDD 420**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DAYSE CLEMENTINO SOUSA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS DE  
LETRAS DO CAMPUS ARAGUAÍNA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína, Curso de Letras para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Inglesa e Literatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Vilma Nunes da Silva Fonseca, - UFT

---

Prof. Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira, - UFT

---

Prof. Dr. Rubens Martins da Silva, - UNITINS

---

*Dedico essa pesquisa à minha filha, à minha avó materna que me criou e fez o que pôde por mim mesmo não tendo condições financeiras e também à minha bisavó materna e meu irmão (**In memoriam**). Aos meus amados pais e a força maior que mantêm em pé.*

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Janete Silva dos Santos, pela orientação dessa pesquisa, peço a Deus que dê forças saúde e sabedoria para que ela continue orientando seus acadêmicos de maneira tão excelente assim como eu fui orientada. Apenas queria ter tido mais tempo e oportunidade para sentar ao seu lado ouvir e aprender mais sobre a vida e absorver mais conhecimento.

À Profa. Dra. Vilma Nunes da Silva Fonseca, que além da minha orientadora, é uma das responsáveis por eu estar concluindo mais uma etapa da vida acadêmica. Com ela, aprendi que é possível seguir o rigor exigido pela academia sem deixar de ser flexível quando necessário, tomando como premissa básica a confiança e o acreditar em seus acadêmicos.

À Profa. Dra. Selma Abdalla Dias Barbosa, com quem eu aprendi que um dos primeiros requisitos para ser uma boa professora é ter equilíbrio, ele é necessário para saber lidar com todos os tipos de situações e pessoas, um professor sem equilíbrio em sala de aula é apenas escravo das circunstâncias e seus terríveis desdobramentos.

À Profa. Dra. Miliane Moreira Vieira, que me ouviu em momentos difíceis sem jamais duvidar da pessoa que eu sou. Com quem eu pude aprender que é possível um professor ser amável e compreensível com seus acadêmicos, sem, contudo deixar o rigor e a disciplina que são exigidos na academia de lado.

À Profa. Me. Naiana Siqueira Galvão, com quem eu aprendi que “Bem-aventurados são os pacificadores” onde um pacificador estiver lá reinará a paz e a harmonia, assim eram suas aulas harmoniosas e pacíficas. Pacificar as salas de aulas do nosso país é necessário.

Ao Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque, apesar do pouco tempo que estive ao seu lado aprendi que precisamos lutar pelas causas que acreditamos só o discurso não basta. Com ele, aprendi que é possível adquirir muito conhecimento e ao mesmo tempo manter uma postura de humildade e benevolência para com todos.

Aos colegas Beatriz Natanael e Osmar, que foram colocados em meu caminho para me ajudar sempre que eu precisasse, muitas vezes até sem pedir. E a todas as pessoas que participaram direta e indiretamente para a realização desta pesquisa.

*As letras e a ciência só tomarão o seu verdadeiro lugar na obra do desenvolvimento humano no dia em que, livres de toda a servidão mercenária, forem exclusivamente cultivadas pelos que as amam e para os que as amam.*

*(Piotr Kropotkin)*

## RESUMO

O objetivo desse trabalho foi investigar o preconceito linguístico sob o ponto de vista dos acadêmicos de Letras, como: o posicionamento deles em relação a esse tema, suas leituras e conhecimentos referentes ao assunto, suas concepções de língua e linguagem e a presença ou ausência desse preconceito nas respostas deles durante a entrevista. Após o levantamento bibliográfico e discussão teórica com Bagno (1999; 2003; 2007); Travaglia (2005); Luft (1985) e outros autores relativos ao objeto de estudo, o primeiro passo foi a coleta de dados qualitativos por meio de entrevista direta presencial. O *corpus* foi composto por um grupo de cinco acadêmicos do curso de Letras, sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino, com idade entre 20 e 29 anos. Logo após, foi feita a transcrição do tipo livre das entrevistas que foram analisadas através da técnica análise de conteúdo, juntamente com a categorização e interpretação dos dados com um viés de estudo de caso. Os resultados obtidos mostram que o modo como os acadêmicos concebem a língua e a prática da linguagem enfraquece o preconceito linguístico. Os conceitos básicos abordados pelos professores também são satisfatórios em muitos aspectos, mas os acadêmicos ainda não compreendem a diferença entre norma padrão, norma culta e língua. Em contraste a essa falha, a formação está propiciando aos acadêmicos uma apropriação de saberes no sentido de combater o preconceito linguístico. Em suma, os resultados do problema geral e das hipóteses levantados nessa pesquisa mostram que apesar do Curso de Letras não ter a disciplina de sociolinguística em sua grade curricular, os acadêmicos estão, parcialmente, munidos de saberes, concepções e ideias próprias para combater esse tipo de preconceito. Mesmo assim, gostaríamos de enfatizar que esses resultados não anulam a necessidade de inclusão da disciplina de Sociolinguística no curso de Letras.

**Palavras-Chave:** Preconceito linguístico. Língua Portuguesa. Variedades Linguísticas.

## ABSTRACT

The objective this work was to investigate the linguistic prejudice under the viewpoint of Letters academics, as: their positioning concerning to this theme, their readings and knowledge related to the subject, their conceptions of *langue*/language and the presence or absence of this prejudice in their answers to this research. After the bibliographical survey and theoretical discussion with Bagno (1999; 2003; 2007); Travaglia (2005); Luft (1985) and other authors related to the object of study, the first step was the qualitative data collection through face to face interview. The *corpus* was composed of a group of five students of the Letters Course, two male and three female, aged between 20 and 29 years old. After that, we made the free transcription of the interviews that was analyzed by the content analysis technique, jointly with the categorization and interpretation of the data by a case study. The results obtained show that the way how academics conceive the *langue* and language practice weakens linguistic prejudice. The basic concepts approached by professors are satisfactory in many aspects, but the academics still do not comprehend the difference between standard norm, cultured norm, and *langue*. In contrast to this flaw, the training is providing the academics an appropriation of knowledge in order to combat the linguistic prejudice. In sum, the results of the general problem and the hypotheses raised in this research show that although the Letters Course does not have the discipline of Sociolinguistics in its curriculum, the academics are partially prepared with their knowledge, conceptions and own ideas to combat this type of prejudice. Even so, we would like to emphasize that these results do not nullify the need to include the Sociolinguistics discipline in the Letters Course.

**Key-words:** Linguistic Prejudice. Portuguese Language. Linguistic Varieties.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – O posicionamento dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico.....	68
Quadro 2 – As leituras e os conhecimentos dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico.....	74
Quadro 3 – A noção de “erro” em língua segundo os acadêmicos.....	80
Quadro 4 – As concepções de língua/linguagem nas respostas dos acadêmicos.....	83
Quadro 5 – A ausência ou presença de preconceito linguístico nas respostas dos acadêmicos.....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UFT

Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Procedimentos metodológicos.....	16
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 Preconceito linguístico.....	20
2.2 Atentados contra a língua portuguesa: um diálogo com Perini.....	29
2.3 Adequabilidade e aceitabilidade: um conhecimento necessário.....	33
2.4 <b>Identidade e cultura no contexto brasileiro.....</b>	<b>36</b>
2.5 Variações linguísticas no contexto brasileiro.....	42
2.6 <b>Leigos gramáticos e sua norma oculta.....</b>	<b>52</b>
2.7 <b>Língua poder e sociedade no contexto brasileiro.....</b>	<b>60</b>
<b>3 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS.....</b>	<b>67</b>
3.1 <b>O posicionamento dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico.....</b>	<b>68</b>
3.2 <b>As leituras e os conhecimentos dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico.....</b>	<b>73</b>
3.3 <b>A noção de “erro” em língua segundo os acadêmicos.....</b>	<b>80</b>
3.4 <b>As concepções de língua/linguagem nas respostas dos acadêmicos.....</b>	<b>83</b>
3.5 <b>A ausência ou presença do preconceito linguístico nas respostas dos acadêmicos.....</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>99</b>



## INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é um tipo de preconceito que falantes de uma mesma língua usam para discriminar outros falantes pelo modo como eles falam. Ele é voltado contra a língua falada e também contra a língua escrita. O discurso de quem comete esse preconceito é sempre o mesmo: “as pessoas não sabem falar”, “elas falam tudo errado” ou, “elas não sabem o português brasileiro”, ou seja, a sua língua materna.

Atualmente, podemos incluir o preconceito linguístico no rol dos “preconceitos”, visto que, é praticado contra pessoas desprovidas de poder econômico e prestígio social, além daquelas que pertencem a grupos estigmatizados. Ele pode se manifestar no ambiente de trabalho, nas relações pessoais cotidianas e familiares, e até mesmo no ambiente educacional.

Nesse cenário, as manifestações do preconceito linguístico podem ser investigadas tanto no ensino básico como no ensino superior por meio de professores e acadêmicos. Portanto, essa pesquisa está orientada no sentido de investigar esse tema sob o ponto de vista de alguns acadêmicos de Letras da UFT. Assim, coletamos dados e informações com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: “O modo como os acadêmicos concebem a língua e a prática da linguagem enfraquece ou fortalece o preconceito linguístico?”

A partir dos resultados obtidos, investigamos as leituras dos acadêmicos a respeito do preconceito linguístico, identificamos nas respostas das entrevistas as suas concepções de língua e linguagem e verificamos a presença ou ausência de preconceito linguístico nas formulações de suas respostas.

Partimos da primeira hipótese que, pelo fato do curso de Letras da UFT ter professores com diferentes formações eles podem estar transmitindo ou não conceitos básicos para que os acadêmicos compreendam a diferença entre o que é gramatical e agramatical. Já a segunda hipótese é que a formação pode estar propiciando ou não aos acadêmicos uma apropriação de saberes no sentido de combater ou fortalecer o preconceito linguístico.

Essa pesquisa irá contribuir de modo direto, para outros estudos que porventura queiram discutir a necessidade e a importância da sociolinguística como uma disciplina que deveria fazer parte do Curso de Letras. A intenção da pesquisa é também de chamar a atenção para esse problema durante a formação dos acadêmicos, porque é da universidade que sairão profissionais capacitados, ou não, para saber lidar com essa questão em sala de aula.

## 1. METODOLOGIA

A motivação para a realização dessa pesquisa partiu de uma reflexão sobre uma experiência pessoal da acadêmica pesquisadora relacionada com o tema em questão. Imediatamente, surge a proposta de analisar a temática no contexto da Universidade:

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com *vestígios*: os documentos que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia, para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. (BARDIN, 2016, p. 39, grifo do autor).

Através das mensagens emitidas pelos entrevistados buscou-se compreender o fenômeno do preconceito linguístico pelas ideias e concepções dos mesmos sobre esse problema, levando em consideração também o contexto no qual eles estão inseridos. Para isso, utilizamos também um método de pesquisa:

Entendemos o método como sendo um *procedimento adequado* para estudar ou explicar um determinado problema. Para esse estudo ou explicação faz-se necessária a utilização de *técnicas*, visando atingir os objetivos preestabelecidos. Em outras palavras, o método é o *caminho* que se deve percorrer para consecução de nossos objetivos. (OLIVEIRA, 2007, p. 48, grifo do autor).

A pesquisa então segue o rigor de um método científico, condição obrigatória sem a qual não é possível garantir o respaldo e a validação por parte da comunidade científica acadêmica, assim, o tipo de método adotado para essa pesquisa foi método dedutivo:

De acordo com estudos clássicos o método dedutivo é sempre definido como sendo o procedimento de estudo que vai do geral para o particular ou, melhor dizendo, parte-se dos princípios já reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para se chegar a determinadas conclusões. Tomemos como exemplo a premissa: *Todo homem é mortal. Antônio é homem. Logo, Antônio é mortal.* (OLIVEIRA, 2007, p. 49, grifo do autor).

A escolha do método dedutivo se justifica pelo fato do objeto de estudo que é o preconceito linguístico, se deslocar de um contexto geral para um particular, ou melhor, da constatação de que ele existe para uma investigação no contexto Universitário.

Por conseguinte, dado o enfoque da pesquisa, bem como os interesses propostos incluindo as condições para sua efetivação, o campo da realidade social em que ela está inserida, os objetivos a serem alcançados com o objeto de estudo, e sob o ponto de vista de sua natureza. Essa pesquisa é classificada como uma pesquisa fundamental.

A pesquisa fundamental tem por objetivos ampliar os conhecimentos teóricos alcançando o conhecimento pelo conhecimento, mas sem a obrigatoriedade de usá-los na prática (ANDER-EGG, 1978 *apud* MARCONI, 2008). Visamos com esta pesquisa, além de

avançar com as discussões teóricas sobre o problema, expandir os conhecimentos já existentes, dando assim continuidade às discussões.

Não propomos uma solução para o problema, mas uma reflexão. Recorrendo aos dados obtidos é possível chegar a determinadas conclusões, que servirão como apontamentos necessários para uma prática docente no contexto Universitário. Mediante o exposto, sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema ela é uma pesquisa qualitativa:

Entre os diversos significados, conceituamos *abordagem qualitativa* ou *pesquisa qualitativa* como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva. (OLIVEIRA, 2007, p. 37, grifo do autor).

Para examinar o preconceito linguístico enquanto um fenômeno da realidade, o uso da abordagem qualitativa é o mais apropriado, pois permite uma melhor reflexão no processo da revisão de literatura, questionamentos e aplicação das técnicas.

Esse tipo de abordagem dispensa métodos e técnicas estatísticas, em virtude do foco principal da pesquisa estar na análise interpretativa e reflexiva dos dados. Por isso, do ponto de vista dos objetivos que é Investigar o posicionamento dos acadêmicos de Letras sobre o preconceito linguístico, a pesquisa é apresentada na forma descritiva:

[...] a pesquisa descritiva vai além do experimento: procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada. A pesquisa descritiva é abrangente, permitindo uma análise do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Os objetivos dessa pesquisa exige que o tratamento dos dados seja feito de forma descritiva e com profundidade, visto que o preconceito linguístico faz parte de uma realidade concreta. Buscamos esmiuçar as percepções dos acadêmicos de Letras inseridos em uma comunidade acadêmica específica, relacionando as percepções deles com aspectos sociais, econômicos, políticos e com questões de aquisição e apropriação de saberes sobre esse tema.

## 1.1 Procedimentos metodológicos

As pesquisas científicas de um modo geral, além de uma metodologia clara e adequada requerem também certos procedimentos para a sua execução. Esses procedimentos são técnicas e se realizam através de instrumentais. Dessa forma, para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas que mais correspondiam aos nossos propósitos:

Para Marconi (2008) A ciência utiliza muitas técnicas para atingir seus objetivos elas são um conjunto de preceitos ou processos de uma ciência ou arte com a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”. A técnica como foi explicitado pelo autor, reúne preceitos processos e normas presentes em um arcabouço da qual a ciência se utiliza.

A técnica se refere então á fase prática da pesquisa. Desse modo, uma das técnicas utilizadas foi a pesquisa bibliográfica. Por meio dela, foram consultadas fontes secundárias de publicações, como livros, artigos, dissertações e teses. Sobre essa técnica o autor afirma que:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (MARCONI, 2008, p. 57).

O tema de estudo desse trabalho já foi objeto de estudo e pesquisa de vários autores, mas o autor principal que norteia a maior parte desse trabalho é o pesquisador Marcos Bagno. As pesquisas de Bagno sobre o preconceito linguístico estão relacionadas tanto ao contexto da sociedade e suas relações como um todo, quanto ao contexto de ensino-aprendizagem da língua materna.

Os trabalhos de Bagno são úteis para pesquisadores e estudantes que queiram conhecer e se aprofundar mais nessa temática. Dessa maneira, não queremos repetir o que o autor já disse, mas trazer contribuições novas, fazer questionamentos, confrontações de ideias e também sugestões. Para a coleta de dados utilizamos a técnica de entrevista:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. [...] Há diferentes tipos de entrevistas, que variam de acordo com o propósito do entrevistador: a. Padronizada ou estruturada. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário [...] elaborado é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. (MARCONI, 2008, p. 80-82).

As entrevistas foram realizadas de forma individualizada entre a pesquisadora e os acadêmicos para a obtenção de informações concernentes aos objetivos da pesquisa, o tipo de entrevista utilizada foi a estruturada. As perguntas foram formuladas anteriormente pela pesquisadora e a orientadora seguindo um roteiro, os participantes também foram previamente selecionados, 5 acadêmicos dos períodos finais do curso de Letras com idade entre 20 e 29 anos, sendo 2 do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

Todos os entrevistados são acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. As entrevistas ocorreram de forma tranquila, sendo interrompida algumas vezes somente para repetir a última pergunta que foi reformulada para uma melhor compreensão. As perguntas feitas aos acadêmicos (a) entrevistados (a) foram as seguintes:

- 1) O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?
- 2) Você acredita que existe um modo certo e errado de falar?
- 3) As pessoas tem o direito de usar as variedades da sua língua materna em qualquer lugar ou ambiente?

Todas as entrevistas foram realizadas de forma direta, onde o entrevistador (a) fica frente a frente com o entrevistado (a), e presencial, o entrevistador (a) pergunta e o entrevistado (a) responde. Cabe aqui assinalar que devido aos objetivos específicos da pesquisa ela possui um viés de estudo de caso.

Essa estratégia auxilia na explicação do preconceito linguístico como um fenômeno contemporâneo, posto que, o pesquisador não teve controle sobre os eventos e comportamentos durante a coleta de dados. Dessa forma, o estudo de caso é definido pelo autor da seguinte maneira:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real [...] o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. (YIN, 2001, p. 19-27).

O estudo de caso como um método de pesquisa conta com uma estratégia descritiva e interpretativa que é bastante utilizado nas ciências humanas. Nessa pesquisa ele dá suporte para responder “Por que” os acadêmicos entrevistados pensam de determinada maneira sobre o preconceito linguístico, e suas vítimas.

Mediante o exposto, citamos aqui outra técnica empregada na pesquisa, essa técnica é definida por Laurence Bardin (2016) em sua obra de mesmo nome como análise de conteúdo:

*Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.* (BARDIN, 2016, p. 42 grifo do autor).

A análise de conteúdo é uma técnica que está presente mais especificamente nas análises das comunicações, seus procedimentos são considerados pelo autor como sistemáticos e objetivos. Nesta pesquisa o papel da análise de conteúdo é descrever o conteúdo das mensagens emitidas pelos entrevistados. Assim, é possível inferir ou deduzir conhecimentos sobre vários fatores relacionados a elas. Mas, para analisar o conteúdo dessas mensagens antes de tudo é preciso efetuar o que Bardin chama de categorização:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 2016, p. 117).

Essa categorização foi feita da seguinte forma, de posse do conteúdo das entrevistas, para cada pergunta feita ao entrevistado foi observado um padrão de resposta, e assim de acordo com esse padrão de resposta para cada uma delas o resultado foi uma categoria.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar o posicionamento dos acadêmicos de Letras em relação ao preconceito linguístico. Em relação aos objetivos específicos o 1º foi investigar qual é nível de conhecimento e leituras dos acadêmicos a respeito do preconceito linguístico, o 2º foi identificar nas respostas dos acadêmicos suas concepções de língua e linguagem e no 3º foi analisar a presença ou ausência do preconceito linguístico nas respostas das entrevistas concedidas pelos acadêmicos.

O problema de pesquisa que elaboramos foi o seguinte: o modo como os acadêmicos concebem a língua e a prática da linguagem ele enfraquece ou fortalece o preconceito linguístico? Assim, partimos para as seguintes hipóteses:

O curso de Letras tem professores com diferentes formações: Como os professores estão transmitindo os conceitos básicos para os acadêmicos compreenderem, por exemplo: a diferença entre o que é gramatical e agramatical? A formação está propiciando ao acadêmico (a) uma apropriação de saberes no sentido de combater o preconceito linguístico, ou, está fazendo com que esse acadêmico (a) o reproduza?

O presente trabalho se justifica na medida em que pode provocar uma reflexão nos professores sobre o modo como eles estão trabalhando as concepções e as práticas de linguagem, que podem tanto fortalecer como enfraquecer o preconceito linguístico.

A monografia está organizada em 3 capítulos correlacionados. O Capítulo 1 conta com apenas 1 seção e apresenta as metodologias, técnicas e instrumentais utilizados para a coleta e análise de dados, seguindo o rigor que a comunidade científica acadêmica exige na área das ciências humanas.

O Capítulo 2, fundamentação teórica, apresenta por meio de sua contextualização, o preconceito linguístico tema proposto nesse trabalho o qual está dividido em 7 seções que dialoga com várias questões e teorias que tem relação direta com o tema.

O Capítulo 3 está dividido em 7 seções e apresenta a análise e discussões dos dados, bem como os apontamentos necessários no intento de propor melhorias em relação a prática de ensino do Curso de Letras, exatamente para uma melhor contribuição na formação dos acadêmicos.

Por último são tecidas as considerações finais do trabalho, relacionando os objetivos identificados inicialmente com os resultados alcançados. São ainda propostas possibilidades de continuação da pesquisa desenvolvida a partir das experiências adquiridas. Dessa forma, destacamos a fundamentação em:

Bethania Mariani (2008);  
Marcos Bagno (1999; 2003; 2007);  
Em pesquisas de Janete Santos (2010);  
Mário Perini (2004);  
Inês Soares (2014);  
Luis Carlos Travaglia (2005);  
Celso Pedro Luft (1985);  
Renato Ortiz (1994);  
Dino Preti (Org.) – (2011);  
Inês Soares (2014).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Preconceito linguístico

Entre tantos tipos de preconceito existentes em nossa sociedade, inclui-se o preconceito linguístico, esse tipo de preconceito se manifesta através de situações em que é necessário o uso da fala ou escrita na comunicação entre falantes de uma mesma língua. Esse preconceito se apoia em juízos de valor creditado apenas pelo discurso do senso comum.

De acordo com Mariani (2008), a ideia de preconceito remonta ao período histórico do Iluminismo. Ele foi classificado pelos pensadores iluministas em dois tipos, o preconceito que deriva da autoridade humana e o que deriva do excesso de pressa em julgamentos. Já no século XIX, segundo a autora, surge a ideia de preconceito ligado à tradição, considerada também uma fonte de autoridade contrária à liberdade humana.

O que a história nos mostra é que o preconceito pode ser exercido tanto por aqueles que possuem algum tipo de autoridade, como por aqueles que julgam os outros precipitadamente. Quanto ao preconceito que deriva da tradição, só é aceito o que está arraigado em seus fundamentos, e o que não está é descartado ou censurado como algo reprovável. O preconceito está tão entranhado nos indivíduos que a sua manifestação se dá de uma forma quase que automática.

Mariani (2008) afirma que, crenças opiniões e tudo que influencia as atitudes e o pensamento dos indivíduos sem uma avaliação ou discussão criteriosa por parte desses pode ser considerado como Preconceito. O preconceito não pode ser considerado como um ato ou uma prática positiva, porque na maioria das vezes ele fere a dignidade de muitos seres humanos em nome de uma pretensa e falsa liberdade de expressão.

Pesquisas e estudos sobre preconceito linguístico no Brasil são recentes, mas já existe bastante produção acadêmica e científica sobre o tema. Uma das produções mais importantes dessa área é o livro: *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno (1999). Esse autor é a principal referência nos estudos e discussões sobre essa temática, que segundo ele acontece por conta de uma idealização da língua.

Essa idealização vem de gramáticos considerados pelos veículos de informação como os guardiões da norma padrão, e também de falantes leigos da norma culta. Sobre o preconceito linguístico o autor afirma que:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido

não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo...Também a gramática não é a língua. (BAGNO, 1999, p. 9).

A partir destas breves explicações, de modo simples e claro, fica mais fácil entender o preconceito linguístico. Apesar das modificações que ocorreram na língua, é possível ver os reflexos da confusão entre língua e gramática normativa até os dias de hoje. Porém, é necessário desfazer essas confusões que muitos gramáticos dicionaristas e pessoas leigas idealizadoras da língua fazem. Na obra de Bagno (1999), ele destaca as seguintes confusões que precisam ser desfeitas entre:

monolinguismo x homogeneidade linguística;  
língua x gramática normativa;  
português Brasileiro x português de Portugal;  
língua escrita x língua falada;  
ortografia x fonética;  
norma culta real x norma culta ideal;  
variedade culta falada x variedade culta escrita.

A primeira confusão que deve ser desfeita é entre o monolinguismo e a homogeneidade linguística. Uma ideia errônea que circula entre os falantes de língua portuguesa, sobre essa confusão o autor afirma que:

O fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo. Na verdade, como costume dizer, o que habitualmente chamamos de português é um grande ‘balaio de gatos’, onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, recém-nascidos, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses ‘gatos’ é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. (BAGNO, 1999, p. 17).

Falantes que cometem preconceito linguístico contra outros falantes da sua própria língua, no nosso caso o português brasileiro, esquecem-se que essa língua tem especificidades e diversidade. São muitos fatores que contribuem para que o português brasileiro não seja homogêneo, isso é, para que a língua não seja falada do mesmo modo por todos os falantes.

Todas as variedades possuem uma ordenação, e seus fenômenos são rigorosamente explicados pela linguística; entretanto, a velha confusão entre língua e gramática normativa persiste até os dias de hoje:

O que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como ‘regras’ e ‘padrões’ das manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. (BAGNO, 1999, p. 63).

As manifestações linguísticas dos grandes escritores consagrados pela literatura clássica mundial serviram de modelo para fixar as regras e os padrões gramaticais, a gramática normativa então era o resultado da língua utilizada por esses escritores. Outra confusão que precisa ser desfeita é entre o português brasileiro e o português de Portugal:

Na língua falada, as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil são tão grandes que muitas vezes surgem dificuldades de compreensão: no vocabulário, nas construções sintáticas, no uso de certas expressões, sem mencionar, é claro, as tremendas diferenças de pronúncia — no português de Portugal existem vogais e consoantes que nossos ouvidos brasileiros costumam a reconhecer, porque não fazem parte de nosso sistema fonético. E muitos estudos têm mostrado que os sistemas pronominais do português europeu e do português brasileiro são totalmente diferentes. (BAGNO, 1999, p. 23).

Há uma decadente e velha comparação entre o português brasileiro e o português de Portugal, pois é comum ouvir afirmações que colocam a língua lusitana como um modelo a ser seguido pelos brasileiros. O autor exemplifica muito bem essa questão, é preciso esclarecer bem as diferenças entre essas duas línguas que chega ser confundida por europeus como uma só.

É urgente a necessidade de uma disciplina nos cursos de Letras que mostre essas diferenças, para que futuros professores não deem continuidade a essas afirmações errôneas. Outro erro comum é tentar fazer da língua escrita um modelo que deve ser alcançado e usado na língua falada:

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada ‘artificial’ e reprovando como ‘erradas’ as pronúncias que são resultados naturais das forças internas que governam o idioma. Seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer **BUnito** ou **BOnito**, mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito, mas é preciso lembrar que ela funciona como a partitura de uma música: cada instrumentista vai interpretá-la de um modo todo seu, particular! (BAGNO, 1999, p. 52, grifo do autor).

Assim como a maioria dos pesquisadores da área da linguística, o autor reconhece a necessidade e a importância de uma ortografia padrão que deve ser seguida na língua escrita, já em relação à língua falada, segundo ele, não há necessidade de seguir o modelo da língua escrita, podendo o falante optar por uma das duas formas.

Defendemos aqui, a importância de adequação da fala ao contexto, caso o falante possua esse conhecimento é recomendável que ele faça uso do mesmo, pois isso daria a ele maior domínio sobre as formas da língua materna.

Outra necessidade é a de tornar tanto os falantes da língua, quanto os professores da língua materna, aptos em reconhecer a diferença entre ortografia e fonética, dispondo os conteúdos de acordo com as necessidades de cada modalidade de ensino:

Como se não bastasse, os autores de compêndios gramaticais, inclusive os mais recentes, não fazem a distinção básica, elementar, entre ortografia e fonética, isto é, entre as regras da língua escrita e os fenômenos da língua oral. Aliás, por mais incrível que pareça, muitos deles classificam a ortografia como uma das subdivisões da fonética! [...] a literatura gramatical perpetua até hoje a confusão entre letra e fonema. (BAGNO, 1999, p. 57).

Até aqui, percebemos que a maioria dos erros no que diz respeito a distinções básicas que precisam ser feitas, são cometidos por gramáticos. Pela análise de alguns livros de gramática é possível encontrar equívocos, por exemplo: entre ortografia e fonética. O autor relata que a maioria dos gramáticos não especifica seu objeto de estudo. Isso pode dificultar o trabalho de quem os analisa e ao mesmo tempo expõe uma série de erros que devem ser evitados por qualquer um que queira ter mais domínio sobre a língua escrita e falada:

[...] o dilema relativo à norma culta se prende ao fato de que esse termo é usado pela tradição gramatical conservadora para designar uma modalidade de língua que, como já vimos na primeira parte deste livro, não corresponde à língua efetivamente usada pelas pessoas cultas do Brasil nos dias de hoje, mas sim a um ideal linguístico inspirado no português de Portugal, nas opções estilísticas dos grandes escritores do passado, nas regras sintáticas que mais se aproximem dos modelos da gramática latina, ou simplesmente no gosto pessoal do gramático. (BAGNO, 1999, p. 107).

Nessa afirmação do autor entendemos que a norma culta que tantos acreditam ser “cultura” na verdade é uma idealização. Há um problema conceitual que o autor explana em sua obra sobre o que é “norma” e o que é “culto”. Outra dificuldade encontrada pelo autor é em saber quem são essas pessoas “cultas”. Se não sabemos quem de fato são esses falantes e que fatores influenciam o uso que eles fazem da língua, não podemos classificar essa norma e seus usuários como cultos.

Santos (2010) considera que, não podemos esquecer que nos diferentes contextos de uso da língua seja na modalidade oral ou escrita existem regularidades que precisam ser observadas pelos falantes que desejam ter seu discurso aceito e valorizado pela sociedade. Tanto a língua falada quanto a língua escrita possuem regularidades e diferenças que o falante precisa estar atento nas situações de uso para que seu discurso seja entendido.

Lembrando que os dois autores concordam com o fato da norma culta da língua ainda estar em situação indefinida no Brasil. Aliás, Bagno (1999), expõe a ambiguidade e imprecisão com que os termos “norma” e “culto (o)” são empregados por leigos e pela grande maioria dos gramáticos. Se o primeiro propósito no diálogo entre os falantes de uma língua fosse a comunicação, ficaria mais fácil eliminar o preconceito linguístico:

O preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui. Outras afirmações são até bem-intencionadas, mas mesmo assim compõem uma espécie de ‘preconceito positivo’, que também se afasta da realidade. (BAGNO, 1999, p.12).

Quem nunca ouviu afirmações sobre a língua portuguesa do tipo “brasileiro não sabe português”. Essa e outras alegações foram repetidas por tanto tempo que se incorporaram de vez no pensamento dos brasileiros como verdade. Graças à ciência linguística foi comprovado que essas afirmações são falsas. Elas não possuem nenhuma validade científica que afirme sua veracidade, mesmo assim, elas ainda estão presentes no senso comum das pessoas.

A verdade bem como a realidade está bem longe dessas afirmações. Por isso, Bagno (1999) reuniu todas elas em sua obra, classificando-as por meio de sua análise como uma “mitologia”. Assim, o autor desmonta as seguintes afirmações:

1. a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente;
2. brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português;
3. português é muito difícil;
4. as pessoas sem instrução falam tudo errado;
5. o lugar onde melhor se fala o português no Brasil é no Maranhão;
6. o certo é falar assim porque se escreve assim;
7. é preciso saber gramática para falar e escrever bem;
8. o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

Se “mitologia” é um conjunto de fábulas que foram contadas e recontadas ao longo do tempo, então podemos concluir que essas afirmações são apenas crenças e opiniões infundadas. Melhor dizendo, juízos de valor que foram passados e repassados através do tempo. Sobre o mito da unidade da língua portuguesa o autor considera que:

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito. (BAGNO, 1999, p. 15).

O mito de que a língua portuguesa falada no Brasil é a mesma em todas as regiões, para todas as pessoas, independente de fatores como classe, gênero, idade e etc, deve ser destruído. É preciso estar atento aos fatores que influenciam a variabilidade da língua, antes de tecer juízos de valor sobre o modo de falar das pessoas.

É importante lembrar que uma pessoa que é da região nordeste não fala igual uma pessoa que é da região sul, uma pessoa idosa também não fala igual um adolescente, e assim por diante. Em vista dessa falta de conhecimento, muitos afirmam que os brasileiros não

sabem português, para o nosso espanto infelizmente não são pessoas de fora que afirmam isso, na verdade são os próprios brasileiros:

O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal. Quando dizemos que no Brasil se fala português, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática — isto é, tem regras de funcionamento — que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os linguistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o termo português brasileiro, por ser mais claro e marcar bem essa diferença. (BAGNO, 1999, p. 23).

O autor explica de uma forma simples e objetiva que todo falante da língua portuguesa brasileira sabe sim usar essa língua. O que acontece é que, dependendo do nível de instrução da língua que essa pessoa tenha, pode ser que ela não saiba dominar as regras mais sofisticadas, quase sempre são regras que ninguém usa.

Esse pensamento a respeito de seus próprios conterrâneos é um pensamento preconceituoso, pois a língua portuguesa brasileira tem suas próprias regras de funcionamento, particularidades que a ciência linguística explica. Porém, há algumas regras que aprendemos, mas nunca usamos, é como o autor afirma:

Como o nosso ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras que aprendemos na escola em boa parte não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil. Por isso achamos que ‘português é uma língua difícil.’: porque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós. (BAGNO, 1999, p. 34).

Sempre quando nos deparamos com alguma norma gramatical, que de tão estranha chegar soar pedante aos ouvidos, nos perguntamos se um dia usaremos tal regra e tal vocabulário tão arcaico. Carregamos essa herança de Portugal até hoje, o que torna o ensino de gramática chato e nada interessante.

Juntamente com a herança do português arcaico de Portugal vem o mito de que as pessoas sem instrução falam tudo errado. Ao contrário do que a maioria pensa, para cada fenômeno da língua a ciência linguística tem uma explicação:

As palavras *beijo*, *feira*, *queijo*, *loira*, *cadeira*, *couro*, *ouro* são faladas, respectivamente, como *bêju*, *fêra*, *quêju*, *lôra*, *cadêra*, *côru*, *ôru*, ou seja, eliminam-se as semivogais “*i*” e “*u*” e ninguém julga feio. Mas, quando o caboclo fala *nôti* no lugar de *noite*, é logo recriminado, visto que palavras como *açoite* e *noite* não perderam a semivogal na fala da classe de prestígio ou na fala de classe não estigmatizada. O processo [...] não seria similar? Parece que, se a mudança é feita na fala da classe de prestígio, sente-se como natural, normal, pois a classe é bem vista, bem aceita; mas, se feita na fala da classe de menos prestígio, é vista como erro. Isso é certo? (SANTOS, 2010, p. 131, grifo do autor).

As análises e reflexões da autora e pesquisadora convergem em um ponto importante para o qual Bagno (1999) chama a atenção, o problema não está no quê e como se fala, e sim

em quem fala o quê. A classe dominante do nosso país sempre teve atitude hipócrita para com as menos favorecidas. Sobre a língua, não podia ser diferente com a hipercorreção da fala alheia e a recriminação de erros da língua falada.

Essas pessoas julgam o modo de falar do outro como se o delas estivesse livre da possibilidade de cometer erros por toda a eternidade. Isso é o que muitos chamam de língua pura ou purismo. Se o problema fosse somente as questões linguísticas seria mais fácil resolvê-las, mas é estrutural e societário, o preconceito vai muito mais além da língua:

É sabido que no Maranhão ainda se usa com grande regularidade o pronome *tu*, seguido das formas verbais clássicas, com a terminação em *-s* característica da segunda pessoa: *tu vais, tu queres, tu dizes, tu comias, tu cantavas* etc. [...] Ora, somente por esse arcaísmo, por essa conservação de um único aspecto da linguagem clássica literária, que coincide com a língua falada em Portugal ainda hoje, é que se perpetua o mito de que o Maranhão é o lugar “onde melhor se fala o português” no Brasil. (BAGNO, 1999, p. 46, grifo nosso).

Esse mito de que no Maranhão as pessoas falam melhor o português ainda é propagado nos dias de hoje como verdade. Todavia, seria interessante termos dados sólidos por uma análise que nos permitisse verificar o uso desses arcaísmos.

Quem ainda os conserva? Quais são as características dos falantes que fazem uso deles? Por exemplo: idade, escolaridade e gênero. Só por meio de uma pesquisa mais específica é que seria possível analisar se esse mito ainda existe ou já se extinguiu, de qualquer maneira, a explicação é essa, apenas mais uma herança do português de Portugal:

O mesmo acontece com a escrita alfabética, em sua regulamentação ortográfica oficial. Ela não é a fala: é uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada. [...] Quando digo que a escrita é uma tentativa de representação é porque sabemos que não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade. (BAGNO, 1999, p. 53).

A ideia ou o ideal que temos que falar do mesmo modo que escrevemos fez surgir esse mito; entretanto, como foi explicado, a escrita não é a fala é apenas uma representação dela, e nunca é uma representação fiel e exata. Porque há uma gama de implicações internas e externas à língua falada que contribuem para que isso aconteça.

Imagine uma palavra do nosso vocabulário sendo falada por falantes de diversas idades, classe, escolaridade e de diferentes regiões. Cada um vai falar essa palavra de um modo diferente. Por meio da escrita são feitas apenas reproduções gráficas da fala, pois seria uma tarefa inútil e difícil tentar igualar a língua falada com a língua escrita:

Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, [...] A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática. O que não está na gramática normativa “não é português [...] Por outro lado, não é a gramática normativa que vai “garantir a existência de um padrão linguístico uniforme”. Esse padrão linguístico (que pode chegar a certo grau de uniformidade,

mas nunca será totalmente uniforme, pois é usado por seres humanos que nunca hão de ser criaturas física, psicológica e socialmente idênticas). (BAGNO, 1999, p. 65).

No que se refere à escrita, o mito de que é preciso saber a gramática para escrever bem tem sua verdade à parte. Acreditamos que dependendo do tipo de escrita que será empreendida é necessário sim saber as regras gramaticais que regem a língua, principalmente se for uma escrita formal que segue um gênero textual específico.

Já no que se refere à língua falada, nem sempre o conhecimento das regras gramaticais garante esse “falar bem”, mas é certo que quanto mais conhecimento o falante tiver, não só das regras gramaticais, mas também do funcionamento da língua, mais chances ele tem de empregá-la da melhor forma:

Assim, por exemplo, pessoas de classes sociais diferentes tenderão, também, a ter uma relação com a escrita de maneira diferenciada (com maior desvantagem das classes economicamente menos favorecidas), considerando que essa relação é sempre dependente do contexto em que estas pessoas se inserem. Em outras palavras: quem vive mais imerso no universo da escrita, melhor desempenho poderá revelar; quem vive menos os contextos de leitura/escrita, linguagem letrada de cultura dominante, menor desempenho demonstrará nessas habilidades. (SANTOS, 2010, p. 120).

Condição determinante para que as pessoas tenham um melhor desempenho na escrita é a frequência com que estão expostas a ela e ainda por intermédio de todos os gêneros escritos que circulam na sociedade.

Sustentamos que pode haver uma exceção quanto ao fator classe social. Na maioria das vezes uma pessoa de classe menos favorecida pode estar mais exposta ao universo da escrita, usando-a com mais frequência do que uma pessoa de classe mais favorecida.

Em resumo, defendemos essa reflexão com base no fato que muitas pessoas das classes menos favorecidas tiveram mais oportunidades de acesso ao ensino básico e superior por meio de programas educacionais dos governos anteriores. Relacionado a isso, existe outra afirmação mitológica, que as pessoas que dominam a norma padrão da língua têm mais chances de ascender socialmente, vejamos o que o autor diz:

É muito comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um “**instrumento de ascensão social**”. [...] Por outro lado, um grande fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar. (BAGNO, 1999, p. 68, grifo nosso).

A norma-padrão como instrumento de ascensão social pode até ser um discurso enganoso se não levarmos em consideração a garantia de acesso ao ensino formal, e a qualidade dos serviços e bens a que temos direito. Independente de haver ascensão social ou

não através dela, defendemos a obrigatoriedade e a qualidade do seu ensino bem como um acesso igualitário a todos.

No entanto, para haver de fato uma língua democrática o ensino das variedades também tem que ter seu lugar garantido, o conhecimento é o fator principal rumo a uma sociedade igualitária liberta de “mitos” e preconceitos.

Esses mitos foram inculcados como verdade ao longo do tempo, e ainda é muito comum ouvi-los nos dias de hoje, é possível que se um deles for apresentado em forma de pergunta a um leigo provavelmente ele dirá que é verdade. No entanto, os estudos de Bagno (1999) não seguiram de forma pacífica. Ele encontrou forte oposição por parte de gramáticos estudiosos da língua e até de leigos no assunto.

Segundo Mariani (2008), ao aceitar e internalizar o discurso do outro de que não sabe falar português e de que fala o português de modo errado o indivíduo passa a acreditar que tem uma dívida com aqueles que ‘zela’ pela língua. Se há, de fato, uma dívida, é mais do que necessário pensar de um modo diferente sobre a formação do país. Pela ótica dos fatos históricos, o Brasil para os colonizadores portugueses serviu apenas como uma fonte de exploração de onde eles tiraram todos os tipos riquezas e recursos.

Apenas tiraram de nós, nenhum recurso que saiu das terras brasileiras voltou, não tivemos retorno e investimento em áreas necessárias, como educação infraestrutura e outros. Sendo assim, é importante repensar a questão da dívida, quem deve a quem, quem deve o quê? Para Bagno (2007) do ponto de vista científico ‘não existe erro na língua’, já de acordo com o discurso senso comum a ‘noção de erro’ existe, e está relacionado a afirmações não validadas pela ciência, sendo de cunho meramente social e cultural.

A princípio, temos uma noção do quanto o senso comum influencia o pensamento dos falantes da língua portuguesa. Esse pensamento permeia o meio social se cristalizando na cultura dos falantes, demonstrando que, quanto mais se desconhece a verdade dos fatos científicos mais tendência há em se aproximar de conceitos errôneos e falsos. Conceitos que não passaram por nenhum tipo de análise que comprovasse sua veracidade. Desse modo, os fenômenos da língua se espalham como erros gerando pré-conceitos:

Deveria, outrossim, ser observado que o chamado **erro linguístico** não é uma questão de falta de **inteligência**, mas de **conhecimento** ou **desconhecimento** da forma mais apropriada (para cada ocasião). Por exemplo, o índio que fala mal o português não pode ser considerado carente de inteligência tanto quanto não pode ser assim qualificado o não-índio que também fala mal uma língua indígena. (SANTOS, 2010, p. 129, grifo nosso).

É fato incontestável que os que não possuem o conhecimento das formas mais apropriadas mencionadas, anteriormente pela autora, vão estar mais expostos a sofrer o

preconceito linguístico. Entretanto, os falantes que cometem preconceito linguístico contra outros falantes o fazem não por terem conhecimento suficiente do funcionamento da língua, e sim por conta das mentiras sobre ela, que foram inculcadas como verdades.

Desse modo, só vai adquirir o conhecimento das formas mais apropriadas (para cada ocasião) quem tiver acesso ao ensino. Por isso, é importante a defesa de um ensino público de qualidade que inclua essa temática, tanto para os que estão apenas aprendendo, quanto para os que estarão ensinando.

Com base no exposto pelos autores, entendemos que as pesquisas estudos e discussões sobre o preconceito linguístico são de extrema importância para o seu entendimento como uma problemática da sociedade e da educação. Logo, precisamos fazer uma análise das críticas que são lançadas contra esses estudos, que tem por objetivo deslegitimar a Ciência Linguística e o que é produzido e validado por ela.

A falta de conhecimento e empatia pela cultura e identidade do outro, impõe uma uniformização no modo de falar das pessoas o que resulta em exclusão e discriminação. Desse modo, consideramos o preconceito linguístico como um fator negativo e desnecessário para um país que é linguisticamente diverso como o nosso.

## **2.2 Atentados contra a língua portuguesa: um diálogo com Perini**

O preconceito linguístico em nada ajuda, e muito menos contribui para uma convivência pacífica democrática e igualitária dos falantes da língua portuguesa. Além dele existem outros discursos sobre a língua portuguesa que vez ou outra chamam a atenção. É o discurso de que ela precisa ser protegida de possíveis atentados como a corrupção a decadência e as ameaças que vem de fora através do empréstimo de palavras estrangeiras.

Perini (2004) identifica que um dos primeiros fatores que é visto como ameaça contra a nossa língua é a intervenção da língua inglesa mediante os empréstimos que usamos para nos referirmos a algo em específico. Pela diferenciação das noções básicas da língua que não são feitas gerando confusão, e pela queda dos mitos que até então eram verdadeiros, ora, a língua sofreu muitas influências externas.

Cabe lembrar, não foram somente os portugueses que fizeram parte do nosso processo de colonização, aqui desembarcaram também holandeses espanhóis franceses entre outros. Então, é contraditório querer proteger a língua portuguesa de influências externas, sendo que ela própria é resultado de algumas dessas influências. Ainda não compreendemos que língua pura é essa que tanto necessita de proteção:

Quero dizer que não há o menor sintoma de que os empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na língua portuguesa; a maioria, aliás desaparece em pouco tempo, e os que ficam se assimilam. O português, como toda língua, precisa crescer para dar conta das novidades sociais, tecnológicas, artísticas e culturais; para isso pode aceitar empréstimos – *ravióli, ioga, chucrute, balé* – e também pode (e com maior frequência) criar palavras a partir de seus próprios recursos – como *computador, ecologia, poluição* – ou então entender o uso de palavras antigas a novos significados – *executivo* ou *celular*, que significam coisas hoje que não significavam há vinte anos. (PERINI, 2004, p. 13, grifo do autor).

Assim como surgem mudanças e inovações nas áreas sociais tecnológicas artísticas e culturais porque com a língua seria diferente? Visto que, ela precisa acompanhar essas transformações por meio de seus falantes. Os empréstimos não são feitos com o objetivo de deformar a língua portuguesa, e sim de facilitar a comunicação entre seus falantes, mas há uma ressalva em relação a isso.

É recomendável que ao usar essas palavras e expressões o falante saiba seu significado. Dessa maneira não correrá o risco de ser incompreendido ou não compreender o que o outro está falando. Perini (2004) assim como Bagno (1999) defendem a tese de uma língua portuguesa ‘brasileira’ porque é diferente do português de Portugal, uma vez que já passou por muitas transformações e ainda passará.

Reforçamos com os autores a necessidade de uma língua portuguesa ‘brasileira’, entendemos que dadas às circunstâncias de implantação desenvolvimento e expansão dessa língua aqui e o que ela é hoje, não faz sentido continuar usando unicamente a nomenclatura portuguesa. É portuguesa sim, mas é brasileira também e muito brasileira. O seu nível de diversidade chegou a tal ponto que seria perfeitamente lógico e fundamentado usar essa nova nomenclatura.

Apesar disso, sabemos que haveria oposição por parte dos que sem mérito se consideram guardiões da língua, os que a protegem contra todo tipo de “atentado”, um desses atentados seria uma possível mistura de línguas, como diz o autor:

O segundo problema é essa ideia de “mistura” línguas. O que é isso? Quando é que se verificou uma mistura de línguas, em toda a história conhecida? A única situação em que se fala de mistura de línguas (isso é na opinião de alguns linguistas – para muitos a explicação é bem diferente) é no caso da formação das chamadas **línguas crioulas**. Essas línguas se originam em sociedades coloniais com estrutura sociológica bem definida: populações de escravos de origem diversa, submetidos a senhores europeus poucos numerosos. (PERINI, 2004, p.16-17, grifo do autor).

Muitos sustentam a ideia de que a língua portuguesa se misturaria com outras línguas como o inglês e o espanhol a tal ponto de se tornar outra língua. No caso do português com o espanhol teríamos o que muitos chamam de **portunhol**. Mas como afirma o autor, isso só acontece em casos específicos como os das **línguas crioulas**. Diante disso, essas afirmações

não tem nenhuma validade, são apenas especulações onde o espanhol é citado muitas vezes como uma das fontes de ameaças contra a língua portuguesa.

Perini (2004) afirma que em relação ao **português** e o **espanhol** as regras para a formação de uma língua mista a exemplo da **língua crioula** não se aplicam, porque as duas são faladas pelo povo de todo o país e nenhum dos dois tem controle sobre o outro. Segundo o autor, as duas principais razões porque a língua portuguesa não se transformará em um **portunhol** é o fato de cada uma ser falada em seus próprios territórios, por todos os falantes, e também por não estarmos submetidos ao governo da Espanha e nem ele ao nosso.

Sendo assim, não há que se preocupar com nenhuma ameaça por parte da língua espanhola, pois a língua portuguesa já está consolidada com suas características. Enfim, mudar a língua de um país não seria tarefa simples, isso implicaria em um processo extremamente difícil que muitos brasileiros não estariam preparados:

Quanto brasileiros veriam com entusiasmo a ideia de passar a falar, escrever, pensar, sentir em inglês ou espanhol? Aliás, o Brasil, junto com Portugal, foi parte do império espanhol por sessenta anos (1580-1640), sem que isso tenha deixado marcas notáveis na língua portuguesa. (PERINI, 2004, p. 16).

Ser falante de uma língua é muito mais que pertencer a um determinado país, isso envolve todo um processo que inclui a fala a escrita a cultura entre outros. Os estrangeirismos já deram exemplos de que não afetam a língua portuguesa a ponto de transformá-la em outra língua. Até mesmo uma submissão política como disse o autor não foi capaz de causar essa transformação.

De todas as possíveis ameaças que vem de fora, talvez a pior seja a daqui, onde falantes da mesma língua veem como ameaça os elementos de sua própria língua, estamos nos referindo aos elementos que pertencem a camada popular da sociedade brasileira. Perini (2004) diz que a terceira ameaça contra a língua portuguesa é a ideia de ‘corrupção’ da língua pelo simples fato de inserir elementos da linguagem popular.

A ideia de corrupção da língua vê como ameaça essa inserção de elementos populares. Eles são utilizados nas camadas menos favorecidas da sociedade, podem ser gírias, expressões e palavras que os significados ainda não estão dicionarizados. Entendemos que essa questão é somente mais uma forma de preconceito. Em nosso país como há e sempre houve desigualdades econômicas e de classe, o que vem das camadas menos favorecidas tende a ser visto como algo marginalizado que precisa ser combatido.

Além de serem privados dos direitos mais básicos, os cidadãos também são oprimidos e compelidos a não usar as formas da língua com que estão mais familiarizados. Sobre isso o autor afirma que:

Uma coisa se pode responder já de cara: apesar dos professores, dos gramáticos, da Academia e do Ministério, a língua portuguesa do Brasil, tanto falada quanto escrita, vem incorporando elementos chamados “populares” (ou outras designações menos respeitadas) em boa quantidade. Alguns gostam, outros não; o que não faz a menor diferença para a língua, que, como tudo mais, continua mudando com o tempo. (PERINI, 2004, p. 19).

Uma observação importante que precisa ser feita é que muitos desses elementos populares que são inseridos na língua portuguesa não permanecem por muito tempo, eles podem ser chamados até de modismos da língua. Ou seja, logo passam e surgem outros diferentes, e isso vai depender de vários fatores, são eles que vão determinar a duração e a permanência desses elementos populares na língua.

Os elementos populares não afetam a língua nem de forma negativa, nem de forma positiva, eles surgem de maneira involuntária e passam a fazer parte da identidade e cultura dos falantes da língua portuguesa:

Nesse sentido, vale destacar desde logo que a atenção à diversidade linguística não modifica a predominância da língua portuguesa nem permite se falar na possibilidade de oficialidade de pluralismo linguístico no ordenamento jurídico brasileiro: a comunicação deve ser prioritariamente em português quando praticada pelos órgãos públicos, nos espaços públicos e nas relações privadas com repercussão social ou pública, a menos que uma lei excepcione o uso exclusivo da língua portuguesa. (SOARES, 2014, p. 67).

A diversidade linguística do Brasil com seus diversos ou vários falares não mudará o fato da língua portuguesa ser a língua prevalecente. Aos que vivem em constante estado de alerta para proteger a língua portuguesa de possíveis atentados, como eles dizem: a “corrupção” e a “decadência” da língua, não precisam se preocupar! Pois a lei não excepcionou o uso do português brasileiro.

Muitos leigos e até estudiosos da língua alarmaram a possibilidade de junção do português com outras línguas, mas se isso não aconteceu, tampouco vai acontecer com as variedades linguísticas. Perini (2004) deixa bem claro em seu ensaio que não é a favor das pessoas escreverem do mesmo modo que falam, e sim que a proposta do seu trabalho é a de observar os fatos das normas gramaticais que mudam, seja na escrita, ou na fala.

Existe um discurso contra os linguistas e contra a Ciência Linguística no Brasil que na maioria das vezes são proferidos por gramáticos. As obras de Bagno que foram consultadas para nortear essa pesquisa trazem vários exemplos disso. Os discursos mais antigos têm um tom desrespeitoso e agressivo para com os linguistas e aqueles que carregam o estigma de não dominar a **variedade de prestígio**.

Aprendemos até aqui que a língua tal qual como ela é não precisa de nenhuma proteção, nem por parte de seus “defensores” nem por parte do estado, o que ela precisa é ser

valorizada nas suas mais diversas manifestações. Proibir o uso de elementos populares na língua falada não irá valorizá-la em nada, assim como ensinar gramática desmerecendo e ridicularizando a fala do outro também não.

Enfim, para alcançarmos um patamar de igualdade linguística devemos valorizar tanto a norma padrão, quanto as variedades diversas, entendendo que a língua não está dissociada da identidade e cultura e muito menos dos tipos de relações que ela produz.

### 2.3 Adequabilidade e aceitabilidade: um conhecimento necessário

Língua escrita e língua falada demandam diferentes níveis de habilidades de acordo com o ambiente, situação e o tipo de interação que os falantes são expostos diariamente. Quanto mais imerso no universo da leitura e da escrita o falante estiver, mais chances ele têm de desenvolver essas duas habilidades e também seu repertório vocabular.

Muitos dizem que a eliminação da noção de “erro” em língua bem como outros conhecimentos linguísticos abriria espaço para os falantes entenderem que em relação à língua “vale tudo”. Essa expressão foi retirada da obra: *Preconceito Linguístico o que é como faz*, nela, o autor explica sobre adequabilidade e aceitabilidade dizendo que:

Falar gíria vale? Claro que vale: no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas. E usar palavrão? [...] Usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade. Quando falamos (ou escrevemos), tendemos a nos adequar à situação de uso da língua em que nos encontramos: se é uma situação formal, tentaremos usar uma linguagem formal; se é uma situação descontraída, uma linguagem descontraída, e assim por diante. (BAGNO, 1999, p. 129).

Reforçamos que aqueles que não têm conhecimentos sobre qual variedade é a mais adequada para cada contexto dificilmente vai saber adequar sua fala ou sua escrita. Devemos ter em mente que apesar desse falante monitorar sua fala em um grau maior seu desempenho não será o mesmo de um falante que está mais exposto a leitura e a escrita.

De fato a adequabilidade da fala e da escrita é exigida na maioria dos contextos formais. Em relação a isso, temos como exemplos a maioria dos órgãos públicos do nosso país das áreas de saúde segurança e educação entre outros, sobre essa última o autor traz um exemplo esclarecendo que:

É totalmente inadequado, por exemplo, fazer uma palestra num congresso científico usando gíria, expressões marcadamente regionais, palavrões etc. A platéia dificilmente aceitará isso. É claro que se o objetivo do palestrante for precisamente chocar seus ouvintes, aquela linguagem será muito adequada... Não é adequado que um agrônomo se dirija a um lavrador analfabeto usando uma terminologia altamente técnica e especializada, a menos que queira não se fazer entender. Como sempre,

tudo vai depender de quem diz o quê, a quem, como, quando, onde, por quê e visando que efeito... (BAGNO, 1999, p. 130).

A nossa tendência como falantes letrados é achar que somente as pessoas pertencentes às camadas desprivilegiadas da sociedade é que devem adequar sua fala e sua escrita aos contextos formais. Às vezes não levamos em consideração o grau de letramento dessas pessoas devido ao discurso do senso comum e ao preconceito socioeconômico. Mas o contrário também vale para os altamente letrados, não sendo adequado se dirigirem aos falantes de pouco ou nenhum letramento com uma linguagem incompreensível.

Não obstante, somado ao entendimento da noção de “erro” em língua como um juízo de valor, e da adequabilidade e aceitabilidade da língua escrita e falada, devemos refletir também sobre os objetivos do ensino da língua materna:

Ao dar aula de uma língua para falantes nativos dessa língua é sempre preciso perguntar: ‘Para que se dá aulas de uma língua para seus falantes?’ ou, transferindo para o nosso caso específico, ‘Para que se dá aulas de Português a falantes nativos de português?’[...] propomos que o ensino de Língua Materna se justifica prioritariamente pelo objetivo de desenvolver a **competência comunicativa** dos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), isto é, a capacidade do usuário de empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação. (TRAVAGLIA, 2005, p. 17, grifo do autor).

Como assinala o autor, muitos se perguntam para quê ter aulas de uma língua que já falamos e já sabemos intuitivamente e naturalmente, entendemos que na visão do autor não basta falar e saber, é preciso aprender como aplicar esse saber. A competência comunicativa fornecerá ao falante todos os recursos necessários para ele ir além do trivial em termos de comunicação em língua falada ou escrita.

Um bom ouvinte pode através da competência comunicativa que ele adquiriu ao longo de sua formação ter a capacidade de interpretar seu interlocutor a ponto de saber se este está mentindo falando a verdade ou sendo irônico. Isso vai depender da concepção de linguagem adotada pelo falante, a que se encaixa no exemplo citado pode ser essa:

[...] a **linguagem como forma** ou **processo de interação**. Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. (TRAVAGLIA, 2005, p. 23, grifo do autor).

No exemplo logo acima o autor traz uma das concepções de linguagem em que o ensino da língua materna não está focado apenas na comunicação com um fim, mas também nos efeitos que o indivíduo ao usar a língua produz. Por meio da linguagem podemos

persuadir influenciar fazer o outro tomar decisões contra ou a nosso favor, esses são apenas uns dos recursos que a língua pode alcançar por meio da linguagem.

No dizer de Luft (1985), a língua é um instrumento de comunicação e libertação e a gramática de opressão. Concordamos com a última afirmação, porque a maioria dos falantes que cometem preconceito linguístico, fazem isso baseados apenas na gramática. Mas gostaríamos de acrescentar na primeira afirmação que a língua como um instrumento de comunicação pode ser usada também para oprimir.

Podemos tomar como exemplo os políticos de um modo geral, durante suas campanhas para angariar votos e conquistar a simpatia do povo usam tipos de linguagem e até comportamentos que agrada a população. Chegando ao poder se utilizam de uma linguagem autoritária e esnobe totalmente diferente do que era antes. Os meios de comunicação em massa quando não alienam por meio de sua programação, induzem as pessoas a consumirem ou adquirir certos hábitos, tudo isso por meio da linguagem e comunicação.

Aprender as regras gramaticais tanto quanto aprender as noções de adequabilidade e aceitabilidade para um bom desempenho comunicativo seja na fala ou na escrita não basta, segundo Luft (1985), não podemos continuar com a ilusão de imaginar que sabemos tudo sobre a língua porque estudamos gramática. A (disciplina, livro) de gramática não dá conta do sistema da gramática natural porque mostra incoerências, lacunas, etc. Como vimos, é preciso ir além, adquirindo competências comunicativas para compreender o que o outro realmente fala ou escreve.

O professor de língua materna deve estar munido de conhecimentos que vão além das regras gramaticais ou da mera reprodução e correção de textos. Luft (1985) destaca que, ideias precisas e atualizadas sobre linguagem, língua e gramática, fala e escrita, variantes sociais e culturais, registros de linguagem, e todo o arcabouço linguístico, são extremamente necessários para os professores de língua materna. Assim, o melhor caminho para o professor de língua é o saber atualizado e o constante aprimoramento de sua prática.

Em síntese, entendemos que em língua escrita e falada não vale tudo, e que uma prática de ensino que contemple somente as regras gramaticais deixando os contextos de uso da fala e da escrita de lado dificilmente formará um bom (leitor, ouvinte, escritor...). Em contraste, uma vez adquirida uma competência comunicativa ampla, que permita ao falante através da língua e da linguagem manipulá-la das mais diversas formas, essa língua ou linguagem como instrumento de comunicação pode se tornar um instrumento de opressão.

## 2.4 Identidade e cultura no contexto brasileiro

Entender as noções de identidade e cultura, sobretudo no contexto brasileiro é de fundamental importância, já que o Brasil é um país eminentemente diverso no que diz respeito à composição do seu povo. Pela diversidade do povo brasileiro é sabido que há muitas culturas que se dividem ao longo de todo o território, todas elas são diferentes umas das outras, e isso pressupõe certa complexidade para o seu entendimento.

A complexidade da qual estamos falando, é que às vezes é difícil para o outro enxergar de um modo não preconceituoso aquele que têm uma cultura e uma identidade que devido as suas particularidades se diferencia da cultura elitizada. A identidade é elaborada a medida que os grupos que estão em contato se opõem uns aos outros Cuché (1999). É pela noção de identidade que temos que conseguimos fazer uma diferenciação em relação aos outros, seja em grupos, comunidades, na família, na sociedade e etc. Assim, a identidade permite aos sujeitos serem diferentes uns dos outros.

A cultura tem um peso muito grande na construção da identidade, talvez ela seja um dos aspectos mais importante para o seu desenvolvimento. Então, entendemos que as relações em um determinado sistema necessitam tanto das diferenças, quanto das semelhanças, é dessa forma que os grupos e indivíduos se atraem ou se repelem.

Para Cuché (1999), é pela identidade que o indivíduo localiza a si mesmo e é localizado pelo outro em um sistema social. A identidade fornece aos indivíduos essa capacidade de localizar a si mesmo e o outro em qualquer sociedade grupo ou outro tipo de sistema, esse sistema social na maioria das vezes é quem vai ditar o valor desses indivíduos dentro dele.

Consequentemente, além de ser atribuído um valor a essa identidade, ela também terá dentro desse sistema suas atribuições e funções definidas. Isso vai lhe conferir uma colocação em maior, ou, menor grau em relação a outros grupos e indivíduos, o que na maioria das vezes gera situações de subjugação de determinados grupos e indivíduos sobre outros.

Segundo Cuché (1999), há casos de dominação através da estigmatização dos grupos excluídos e minoritários, a dominação pela estigmatização desses grupos é conhecida como uma 'identidade negativa'. Esses grupos são classificados como diferentes em relação aos grupos majoritários dominantes, por isso, os grupos minoritários veem neles mesmos, apenas características negativas, desenvolvendo assim um autodesprezo.

Isso é muito recorrente nos grupos dominados, que acabam por aceitar e interiorizar uma imagem e uma identidade negativa de si mesmos que é construída pelos outros. E isso se

reflete também na língua que esses grupos falam. Essa identidade negativa foi construída no decorrer do tempo pelos grupos dominantes.

Através do discurso negativo sobre outro, arraigou-se um complexo de inferioridade na cultura e identidade de muitos. Essa foi uma maneira de escravizar e de dominar tanto fisicamente como psicologicamente, contudo, precisamos fazer uma distinção entre cultura e identidade cultural, de acordo com o autor:

Não se pode, pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas. (CUCHE, 1999, p. 176).

Nas palavras de Cuché (1999) cultura e identidade cultural estão relacionadas entre si, mas possuem atributos que as tornam diferentes, podemos fazer parte de uma cultura, ou estar inseridos em uma e não ter a noção de nossa própria identidade. É possível também que uma identidade exerça controle sobre uma cultura a ponto de modificá-la, assim o que vai acontecer é uma descaracterização da cultura.

Por conseguinte, os sujeitos criam uma noção de cultura de forma inconsciente, agora a identidade por ser consciente é mais concreta, já, o homem por ser cultural é um ser adaptável por excelência, na opinião do autor:

O homem é essencialmente um ser de cultura. O longo processo de hominização, começado há mais ou menos quinze milhões de anos, fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural [...] A cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem [...] (CUCHE, 1999, p. 10).

Desde o desenvolvimento da espécie humana foi possível notá-la como seres culturais, o que aconteceu durante esse processo de desenvolvimento foi que da adaptação no meio ambiente natural o homem passou para uma adaptação cultural. Assim que o homem aprendeu adaptar-se em seu meio, aprendeu também adaptar o meio a ele, conseqüentemente a cultura é uma necessidade da espécie humana. Na visão do autor:

A partitura, isto é, a cultura, existe apenas através da ação interativa dos indivíduos [...] Não basta, no entanto, descrever estas interações e seus efeitos. É preciso considerar o "contexto" das interações. Cada contexto impõe as suas regras e suas convenções, supõe expectativas particulares entre os indivíduos. A pluralidade dos contextos de interação explica o caráter plural e instável de todas as culturas e também os comportamentos aparentemente contraditórios de um mesmo indivíduo que não está necessariamente em contradição (psicológica) consigo mesmo. Por esta abordagem, torna-se possível pensar a heterogeneidade de uma cultura ao invés de nos esforçarmos para encontrar uma homogeneidade ilusória. (CUCHE, 1999, p. 107).

Para haver cultura é necessário que haja indivíduos que por meio de suas práticas a efetive, isto é, a cultura só vai existir com a participação deles. Uma vez que a cultura surge das necessidades humanas, temos em mente que essas necessidades não são idênticas, cada cultura vai ter características que vai diferenciá-la das demais, pois já está adaptada ao contexto dos indivíduos.

É mais que compreensível que os indivíduos tenham anseios em relação à cultura que pertencem em contraste, há a possibilidade do comportamento de um indivíduo diferir daquilo que se espera de sua cultura. Isso mostra, como diz o autor, a heterogeneidade dessa cultura.

Bosi (2008), afirma que em nosso país tivemos influências das culturas ibéricas e das culturas migrantes consideradas recentes, como por exemplo; a Italiana, Alemã, Síria, Judaica, Japonesa e a Norte-Americana. O discurso de uma falsa homogeneidade da cultura brasileira sempre esteve presente em nosso meio. Apesar disso, sabemos que a cultura brasileira é essencialmente heterogênea, em cada região do país há uma forte influência das culturas que deram início ao processo de formação do povo brasileiro.

Portanto, tivemos e ainda estamos tendo a influência de muitas culturas Cuché (1999), argumenta que toda cultura está constantemente se construindo, desconstruindo e reconstruindo. O que vai mudar é apenas a importância de cada uma dessas etapas de acordo com as situações.

As culturas do mundo depois de construídas não ficaram estagnadas, sem movimento, todas elas em algum ponto se modificaram, ou seja, se desconstruíram ou reconstruíram. Há casos de culturas que foram completamente extintas restando apenas relatos nos livros de história, outras conseguem se reerguer e resistir depois de longos conflitos.

Cada etapa seja ela de construção desconstrução ou reconstrução tem sua importância, pois uma cultura não surge do nada. Como foi explicado, ela surge das necessidades dos indivíduos. Ora, se as culturas são heterogêneas, e se diversificam de acordo com o contexto e as necessidades dos indivíduos. Pressupomos que no interior de todas elas haja uma hierarquia, de acordo com o autor:

Em um dado espaço social, existe sempre uma hierarquia cultural. Karl Marx como Max Weber não se enganaram ao afirmar que a cultura da classe dominante é sempre a cultura dominante. Ao dizer isto, eles não pretendem evidentemente afirmar que a cultura da classe dominante seria dotada de uma espécie de superioridade intrínseca ou mesmo de uma força de difusão que viria de sua própria "essência" e que permitiria que ela dominasse "naturalmente" as outras culturas. (CUCHE, 1999, p. 145).

Observando bem, em todas as instâncias de todas as sociedades existe uma hierarquia, por exemplo: existe hierarquia no trabalho, na família, no ensino formal, no governo, nas classes da sociedade e etc. A hierarquia da classe ou cultura dominante que o autor relata se

encaixa perfeitamente no caso da cultura brasileira, e de outros países ainda em processo de desenvolvimento. A cultura dominante no Brasil pertence à classe conhecida como “elite”.

Conforme Cuché (1999), grupos dominados e excluídos resistem à imposição cultural reagindo pelo uso da ironia, provocação e "mau gosto," dessa forma, essas culturas populares são culturas de contestação. Falar de cultura é falar de resistência e no jogo de forças em determinados sistemas sociais cada grupo adota suas próprias estratégias de sobrevivência, o uso do humor e do sarcasmo é uma delas.

Porém, há duas observações que precisam ser feitas. No uso do humor muitas vezes os grupos minoritários fazem piada com eles mesmos atribuindo para si uma imagem negativa. A segunda observação é que acreditamos que os espaços de defesa e garantia dos direitos desses grupos precisam ser preenchidos por eles.

Segundo Ortiz (1994) a cultura popular e a identidade nacional tem sido uma problemática em aberto, esses temas estão sempre presentes nas discussões sobre a cultura brasileira. Apesar da obra de Ortiz datar de 1994, suas ideias são mais atuais do que nunca, elas vão de encontro as questões políticas culturais e identitárias do momento atual.

O embate entre os grupos dominantes e os grupos excluídos nunca esteve tão acirrada, somado a isso, o discurso de ódio se faz presente na maioria das discussões sobre cultura e identidade. Sabemos que a cultura popular também faz parte do nosso repertório de cultura, em relação a ela vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

As culturas populares revelam-se, na análise, nem inteiramente dependentes, nem inteiramente autônomas, nem pura imitação, nem pura criação. Por isso, elas apenas confirmam que toda cultura particular é uma reunião de elementos originais e de elementos importados, de invenções próprias e de empréstimos. (CUCHE, 1999, p. 148).

A cultura popular que assim é autodenominada pelos grupos e indivíduos, talvez seja a que a mais se destaca em meio às outras, graças a junção de elementos que são feitos em seu interior tornando-a de certa forma particular. No entanto, essa junção de elementos não impede que essas culturas ou cultura popular criem seus próprios elementos. Embora a cultura popular faça parte da vida da maioria dos brasileiros, sempre houve uma busca frustrada por uma identidade nacional.

Ortiz (1994) argumenta que na história do Brasil em diferentes períodos históricos foram feitas tentativas de definir a identidade brasileira. Segundo o autor, a busca de uma ‘identidade brasileira’ ou ‘memória brasileira’ é uma busca inútil. Tentar resgatar uma identidade que não existe, uma identidade particularmente brasileira no sentido de que não tenha tido nenhuma influência externa para sua construção, esconde o que ela realmente é.

Nota-se através da história do país que a classe política unida a aristocracia burguesa fizeram inúmeras tentativas de padronizar e uniformizar a cultura e a identidade dos brasileiros, trazendo para cá modelos de fora:

A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos. A importação de teoria dessa natureza não deixa de colocar problemas para os intelectuais brasileiros. Como pensar a realidade de uma nação emergente no interior desse quadro? Aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos europeus. (ORTIZ, 1994, p. 15).

Existia uma crença sobre a superioridade europeia em relação aos demais povos do mundo que em certa medida foi difundida pelas teorias de Darwin sobre a evolução. Segundo o autor ao chegar aqui essa teoria levanta a mesma questão para o caso brasileiro onde os intelectuais da época decidem aceitá-la sem questionamentos.

De acordo com Ortiz (1994) para interpretar o Brasil o caminho a ser seguido deveria ter o foco em um estudo que fosse de ‘caráter nacional’. Daí em diante, surge a ideia e noção que somos inferiores, incivilizados e outras coisas, mas além disso, refletir a gênese do estágio civilizatório por um viés questionador nos direciona para o caráter nacional:

O evolucionismo fornece à intelligentsia brasileira os conceitos para a compreensão desta problemática; porém, na medida em que a realidade nacional se diferencia da europeia, tem-se que ela adquire no Brasil novos contornos e peculiaridades. A especificidade nacional, isto é, o hiato entre teoria e sociedade, só pode ser compreendido quando combinado a outros conceitos que permitem considerar o porquê do “atraso” do país. (ORTIZ, 1994, p. 15).

Para o autor os conceitos evolucionistas facilitaram o entendimento dos intelectuais brasileiros sobre a questão racial, fato sobre o qual discordamos em alguns pontos por ter gerado conotações negativas. Entretanto, o aprofundamento das diferenças entre a realidade brasileira e a europeia foi importante para que o país obtivesse características próprias.

Segundo Ortiz (1994) a particularidade nacional que se revelava através do meio e da raça estava disfarçada quando se afirmava que o Brasil não podia ser mais uma “cópia” da metrópole. Isso significava que ser brasileiro era viver em um país em termos geograficamente diferente da Europa.

As teorias e os conceitos sobre a sociedade brasileira, somados a outros da mesma natureza explicam segundo o autor, o atraso do país. Com isso, tem-se caracterizada uma especificidade brasileira:

Meio e raça traduzem, portanto, dois elementos imprescindíveis para a construção de uma identidade brasileira: o nacional e o popular. A noção de povo se identificando à problemática étnica, isto é, ao problema da constituição de um povo no interior de fronteiras delimitadas pela geografia nacional. [...] Basicamente, o que se propunha era vincular o desenvolvimento das civilizações a alguns fatores como calor,

umidade, fertilidade da terra, sistema fluvial. Em princípio, teríamos que todas as civilizações teriam evoluído a partir desses elementos de base. (ORTIZ, 1994, p. 17).

Ao discutir identidade é indispensável também discutir sobre meio e raça, segundo o autor esses dois elementos são responsáveis pela composição da identidade brasileira pelo viés popular e nacional. Assim entendemos que o povo passa a se reconhecer através da questão étnica, e isso também traz um entendimento da composição do povo brasileiro relacionada aos limites geográficos do país.

Para Ortiz (1994) com as análises culturais feitas por Gilberto Freyre, a questão racial passa a se caracterizar para os intelectuais. A problemática da mestiçagem é retomada pela metáfora do cadinho o que significa o Brasil como um espaço de miscigenação, assim se tornou comum afirmar que o Brasil se constituiu pela fusão das três raças consideradas fundamentais: o branco, o negro, e o índio.

Ortiz destaca a importância de Freyre pelas análises culturais que foram feitas sobre o povo brasileiro, essas análises foram importantes na identificação da questão racial para os pesquisadores dessa área. Desse modo, a questão da mestiçagem voltou ao cerne das discussões juntamente sobre as três raças que formaram o povo brasileiro. Apesar das análises terem avançado muitas delas são de cunho negativo:

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. (ORTIZ, 1994, p. 21).

Esse sentimento de inferioridade do brasileiro considerado pelo autor como uma tradução da mestiçagem simbólica, nada mais é do que esse discurso impregnado de preconceito que o brasileiro tem de si mesmo. Os autores da época em grande parte foram os responsáveis por fazer essas ideias se espalharem pelo mundo com o aval da ciência e da religião.

A religião era como um pilar da moralidade, uma ferramenta de controle da vida em sociedade. Ela se utilizava da linguagem para propagar suas ideias e garantir seu lugar de poder, como o autor explicita:

É que a linguagem, de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil, sobretudo depois que, ao menos no mundo ocidental, a religião perdeu sua força de repressão e de controle oficial das atitudes sociais e da vida psicológica mais íntima dos cidadãos. E tudo isso é ainda mais pernicioso porque a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano – em boa medida, nós somos a língua que falamos [...] (BAGNO, 2003, p.17).

Notamos que a linguagem por meio do discurso do ‘nacional’, seja ele da identidade ou da cultura tenta controlar e coibir de todas as formas aquelas culturas e identidades que não estão de acordo com os seus propósitos. O fundamentalismo religioso em específico o cristão também ressurgiu mais uma vez por meio desses discursos reprimindo e tentando controlar a vida das pessoas, principalmente as de cultura e identidades diferentes.

Mediante o exposto, discutir identidade e cultura no contexto brasileiro permite uma melhor análise dos posicionamentos que insistem em dizer que o Brasil é um país de cultura e identidades homogêneas, essa falsa noção se estende também para a língua oficial do país. Um país de culturas e identidades diversas, logo pressupõe que exista nele uma língua que também é diversa, que possui variações e merece ser objeto de estudos e análises para uma melhor compreensão dos seus fenômenos.

## 2.5 Variações linguísticas no contexto brasileiro

Para discutir o preconceito linguístico foi absolutamente indispensável discutir também as ideias de ameaças contra a língua que pairam na mente de leigos e até mesmo estudiosos, além de discutir também as identidades e culturas do Brasil. Assim sendo, abordaremos agora um pouco sobre variações linguísticas no contexto brasileiro, esclarecendo tanto quanto possível seus conceitos e classificações:

O conceito de **variação linguística** é a espinha dorsal da **Sociolinguística**. Para ajudar a gente a compreender esse fenômeno complexo e fascinante, os sociolinguistas formularam alguns conceitos e definições, todos derivados do verbo *variar*. É importante ter clareza dessa terminologia para evitar empregá-la de forma equivocada como, infelizmente, acontece com muita frequência. (BAGNO, 2007, p. 39, grifo nosso).

A variação linguística é intrinsecamente sustentada pela sociolinguística. As definições e as conceituações dadas pelos Sociolinguistas por meio dos verbos (*variar*) ajudam na compreensão de seus fenômenos. No entanto, muitos usam os termos relacionados a variação linguística e também da sociolinguística de forma indiscriminada sem levar em consideração as concepções e definições corretas.

Conhecer as variações linguísticas e também outros conteúdos da sociolinguística possibilita de um modo geral evitar posturas e discursos negativos sobre a fala e a escrita do outro. Assim, é primordial mostrar os antecedentes dos primeiros estudos e pesquisas dessa área, como também seus precursores.

É relevante que saibamos quem deu início aos primeiros estudos e pesquisas de variações linguísticas, tanto no mundo como no Brasil, e também quando essas pesquisas iniciaram. Preti (2011) estabelece uma cronologia desses fatos, eles estão ordenados pelo

nome do pesquisador, seguido da data e do tipo de pesquisa que foi desenvolvida. Vamos ver primeiro o início das pesquisas e estudos que foram realizadas a nível mundial:

1. Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), estudou as diferenças linguísticas relacionada ao uso;
2. Marcos Fábio Quintiliano fez os mesmo estudos no campo da retórica;
3. Fernão de Oliveira em (1536) na era do Renascimento escreveu a primeira gramática, a Gramática da Linguagem Portuguesa ele baseou-se no *uso linguístico*, dessa gramática surge o primeiro registro de variação;
4. Jerônimo Contador de Argote estudou pela primeira vez, e sistematicamente, a variação da e na língua portuguesa;
5. José Leite de Vasconcelos no século XX, baseado nos estudos anteriores foi para o estudo da dialetologia portuguesa e escreveu em 1901, o *Esquisse d' une dialectologie portugaise*, essa obra guiou as pesquisas nessa área enquanto se praticou a dialetologia tradicional.

O autor aponta ainda que as primeiras pesquisas sobre variação linguística não estavam inseridas na área da retórica nem da gramática, elas eram voltadas especificamente para as disciplinas de fonética e linguística histórica. Seu início aconteceu no séc. XXI e ficou conhecida pelo nome de **dialetologia**.

Posteriormente a essas pesquisas muitas outras teorias foram formuladas, grande muitas delas são usadas até hoje em pesquisas e estudos linguísticos. Os autores e formuladores que alavancaram os estudos linguísticos tiveram bastante peso e reconhecimento pelas suas pesquisas descobertas e teorias.

Ainda de acordo com Preti (2011) no séc. XX após a fase dialetológica surgem as ideias daqueles que foram considerados os linguistas mais importantes da época, são eles:

- **Saussure** com o **comparativismo** e o problema da mudança linguística baseado na dicotomia **sincronia** e **diacronia**;
- **Labov** com a criação da teoria e metodologia **variacionista**;
- E por último **Halliday**, com a teoria do **funcionalismo**, que podia ser combinada ou não com a teoria **variacionista**.

Por isso, a maioria das pesquisas na área da linguística recorrem a essas teorias que são consideradas clássicas e indispensáveis. Essa foi a cronologia dos estudos linguísticos a nível mundial mais importantes. Mas e em relação ao Brasil? Quem deu início as primeiras pesquisas? E quando elas começaram?

Os estudos sobre variação linguística no Brasil não datam de uma época tão distante assim, eles tiveram início de forma não convencional e por alguém que nos dias hoje talvez não fosse considerado capacitado para realizar tal pesquisa. Logo, Preti (2011) aponta que:

- No Brasil de 1920 foi elaborada a primeira pesquisa sobre diversidade linguística e estudo dialetológico, o Dialeto *caipira*. Essa pesquisa foi realizada sem dados científicos pelo autodidata **Amadeu Amaral**, segundo o autor, por meio desse dialeto ele mostrou ‘o falar errado do caipira’ que estava muito presente na literatura da época. Assim, este estudo foi capaz de dar uma linha metodológica para outros estudos que vieram;

- Logo depois, em (1922) **Antenor Nascentes** pesquisou a fala carioca e seus traços fonéticos, morfológicos, sintáticos e léxicos, conhecido como o *linguajar carioca*;

Mais tarde, foi proposta uma classificação dos falares regionais do Brasil com dados científicos, esse foi o primeiro passo para a elaboração de um mapa dialetal do Brasil. Com isso, foram criados Os Atlas Linguísticos, esses atlas foram elaborados com o objetivo de registrar a diversidade linguística de cada região do país. Seguindo uma linha cronológica Preti (2011), destaca que são respectivamente:

- Bases para a elaboração do Atlas Linguísticos do Brasil, (1958-1961), pesquisa de Antenor Nascentes;

- Atlas prévio dos falares baianos (APFB) 1963 pesquisa de Nélon Rossi;

- Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, (EALMG) 1977 autoria de Mario Roberto Lobuglio e outros;

- Atlas Linguístico da Paraíba, (ALPB) 1984 coordenado por Maria do Socorro Aragão;

- Atlas de Sergipe, (ALS) 1987 coordenado por Nélon Rossi;

- Atlas Linguístico do Paraná, (ALPR) 1990 autoria de Vanderci de Andrade Aguilera;

- Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil, (ALERS) 2002 coordenado por Walter Koch.

Enfim, pode-se observar a diversidade linguística do país pela quantidade de atlas elaborados, que há diferenças em relação a fala dos brasileiros que mudam de uma região para outra, isso mostra que não é possível um país de extensão territorial e distâncias continentais como o Brasil ter uma língua homogênea.

Se a análise for feita somente pelo viés histórico a resposta será não, porque são fatos incontestáveis, do mesmo modo, a composição do povo Brasileiro é baseada nas origens étnicas, faixa etária, classe econômica e social, nível de escolarização, gênero, religião e outros fatores. Entretanto, o autor faz a seguinte observação a respeito dos atlas:

Os atlas linguísticos, embora já fundamentados em princípios da geolinguística moderna, pela consideração de fatores sociais que condicionam os linguísticos, apresentam, como resultados, estudos linguísticos (fonético-fonológicos, morfosintáticos e semânticos) pontuais e isolados. Por essa razão, entende-se que a informação sobre a variação linguística advinda desse campo do conhecimento não interpreta o *funcionamento* da língua, que é, enfim, o objetivo de todo estudo sobre a linguagem. (PRETI, 2011, p. 30-31, grifo do autor).

Como podemos observar todos os atlas linguísticos citados pelo autor em sua obra são fundamentados nos princípios da geolinguística moderna, apesar deles apresentarem resultados em quase todos os níveis da língua não serve como referência de pesquisa sobre o seu funcionamento porque seus resultados são isolados.

Mas em relação a sua área de pesquisa a geolinguística é bastante útil para conhecer os falares de cada região. Assim, podemos ver a heterogeneidade da língua que está a disposição dos falantes como possibilidades e recursos da própria língua.

Em sua obra: *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*, Bagno (2007) expõe a variações em todos os níveis da língua e destaca os fatores extralinguísticos mais relevantes para pesquisas. Ele define a classificação da variação sociolinguística, dizendo que, uma língua que apresenta variação é uma língua heterogênea.

A sociolinguística introduziu uma grande mudança na concepção de língua que passou a ser concebida como um ‘substantivo coletivo’. Isso quer dizer que a partir dessa nova concepção abrem-se possibilidades para os falantes no que se refere a vários conjuntos de realizações e de recursos expressivos. Conforme o autor:

- **Variação fonético-fonológica:** está relacionada a pronúncia das palavras; como exemplo podemos pensar em quantas pronúncias existem para o R da palavra porta no português brasileiro;

- **Variação morfológica:** está relacionada a formação das palavras; por exemplo: palavras que possuem sufixos diferentes mas expressam a mesma ideia, como em PEGAJOSO e PEGUENTO;

- **Variação sintática:** está relacionada ao sentido da frase; se mudarmos a organização dos elementos de maneiras diferentes ainda podemos obter o mesmo sentido geral, com em: UMA HISTÓRIA QUE NINGUÉM PREVÊ O FINAL / UMA HISTÓRIA QUE NINGUEM PREVÊ O FINAL DELA / UMA HISTÓRIA CUJO FINAL NINGUÉM PREVÊ;

- **Variação semântica:** está relacionada ao significado das palavras; por exemplo: a palavra vexame pode significar “vergonha” ou “pressa” isso vai depender da região do falante;

- **Variação lexical:** está relacionado ao fato de palavras diferentes se referirem a mesma coisa, por exemplo: MIJO, XIXI, e URINA;

- **Variação estilístico-pragmática:** está relacionada á análise de enunciados em situações diferentes de interação social, que possuem um grau maior ou menor de formalidade dos ambientes e da intimidade entre os interlocutores, como por exemplo: os enunciados QUEIRAM SE SENTAR POR FAVOR, E VAMO SENTANDO AÍ, GALERA! Eles podem ser pronunciados por um mesmo indivíduo em situações de interação diferentes.

Por intermédio dessa explicitação, o autor além de mostrar quais são os níveis da língua, também explica de maneira clara e fácil como a variação acontece nesses níveis. Porém, tanto leigos quanto gramáticos e falantes de um modo geral quando ouvem algo sobre variação linguística costumam falar ou pensar que são coisas sem explicação ou sem lógica. Pelo contrário, todos os fenômenos que ocorrem na língua têm uma explicação lógica:

A **heterogeneidade ordenada** tem a ver, então com essa característica fascinante da língua: o fato dela ser altamente estruturada, de ser um sistema organizado e, sobretudo, um sistema que possibilita a expressão de um mesmo conteúdo informacional através de regras diferentes, todas igualmente lógicas e com coerência funcional. E mais fascinante ainda: um sistema que nunca está pronto, que o tempo todo se renova, se recompõe, se reestrutura, sem todavia nunca deixar de proporcionar aos falantes todos os elementos necessários para sua plena interação social e cultural. (BAGNO, 2007, p. 43, grifo nosso).

Então, ao se falar da heterogeneidade da língua não estamos falando de algo sem lógica ou sem regra, ela é um sistema e como todo sistema tem uma estrutura ordenada. Todavia, esse sistema ordenado não se fecha, ele sempre está aberto para construções e reconstruções, apesar disso, os falantes não ficam prejudicados visto que, esse sistema fornece a eles os fundamentos que mantêm a comunicação nas relações sociais e culturais.

É importante salientar que nas relações sociais e culturais existem fatores que influenciam as pesquisas. Segundo Bagno (2007) existe um conjunto de **fatores sociais** que são usados pelos Sociolinguistas para fazerem pesquisas sobre variação linguística, esses fatores são chamados de **fatores extralinguísticos**. Eles contribuem para identificar os fenômenos da variação linguística, o autor assinala que, os fatores extralinguísticos mais relevantes são os de:

- **ORIGEM GEOGRÁFICA:** refere-se á língua que varia de um lugar para outro, ou seja, a fala das diferentes regiões brasileiras, estados, diferentes áreas geográficas dentro de um mesmo estado entre outros. A origem **rural** e **urbana** do falante também é um fator importante;

- **STATUS SOCIOECONÔMICO:** refere-se ao nível de renda dos falantes; a diferença no modo de falar que existe entre um falante de renda baixa, média, alta ou muito alta, ou vice-versa;
- **GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO:** refere-se ao grau de acesso a educação formal, se é maior ou menor, à cultura letrada, à prática da leitura e os usos da escrita, são fatores importantes em relação aos usos linguísticos dos falantes;
- **IDADE:** refere-se, a diferença entre a fala do idoso e do adolescente dos pais ou avós e vice-versa;
- **SEXO:** refere-se ao fato de que homens e mulheres utilizam de modo diferente os recursos da língua;
- **MERCADO DE TRABALHO:** refere-se ao ofício que o falante exerce e o reflexo deste ofício na sua atividade linguística, por exemplo: uma advogada, um encanador e uma professora não usam os mesmo recursos linguísticos;
- **REDES SOCIAIS:** refere-se ao comportamento linguístico que os falantes adotam no convívio com outros falantes em suas redes sociais.

Pela demonstração dos fatores extralinguísticos podemos perceber o quanto eles influenciam a variação linguística, e também o quanto eles podem às vezes ser um pouco complexos. Hoje, vemos muitas pesquisas sendo desenvolvidas com redes sociais, por meio delas é possível fazer análises de todos os tipos de produções orais, escritas entre outros. Esses fatores formam fontes inesgotáveis de dados que podem ser extraídos dessas relações, que de um modo ou outro acabam por caracterizar o estilo da fala:

Os sociolinguistas enfatizam sempre que **não existe falante de estilo único**: todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, monitora mais ou menos o seu comportamento verbal, independentemente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária etc. [...] Empregamos na Sociolinguística os termos *estilo* ou *registro* para designar a variação presente na fala de um indivíduo segundo a situação em que ele se encontra. Para classificar os estilos ou registros, é mais adequado usar as gradações de monitoramento (mais monitorado, menos monitorado etc.) do que certos termos vagos e imprecisos como “estilo coloquial”, “registro culto”, “estilo cuidado” etc. (BAGNO, 2007, p. 45, grifo do autor).

O que o autor quis dizer é que não só os falantes da língua portuguesa brasileira, mas todos os falantes de um modo geral, intuitivamente variam seu modo de falar, observando em maior ou menor grau a sua fala. Entendemos por estilo, uma fala que é contextualizada, melhor dizendo, o falante observa sua própria fala de acordo com as circunstâncias com a qual ele está interagindo. Quando dizemos que isso acontece intuitivamente, é porque isso independe de fatores extralinguísticos os quais já mencionamos.

Destarte, a variação sociolinguística têm suas classificações que conheceremos agora, além da variação que acontece em todos os níveis da língua, e dos fatores extralinguísticos citados anteriormente. Para Bagno (2007) é comum essa classificação vir acompanhada em textos especializados por alguns adjetivos:

- **Variação diatópica:** o adjetivo DIATÓPICO vem do grego DIÁ-, que significa “através de”, e de TÓPOS, que significa “lugar”, nesse tipo de variação é possível comparar os modos de falar de lugares diferentes, por exemplo: em grandes regiões, estados, zona rural e zona urbana, e também em áreas socialmente demarcadas das grandes cidades;

- **Variação diastrática:** o adjetivo provém de DIÁ- e do latim STRATUM, que significa “camada, estrato” nesse tipo de variação é possível fazer comparações entre os modos de falar das diferentes classes sociais;

- **Variação diamésica:** o adjetivo vem de DIÁ- e do grego MÉSOS, “meio” possui o sentido de “meio de comunicação” esse tipo de variação é importante para o conceito de gênero textual porque é possível por meio dela fazer comparação entre a língua falada e a língua escrita;

- **Variação diafásica:** o adjetivo provém de DIÁ- e do grego PHÁSIS, “expressão, modo de falar”. Esse tipo de variação refere-se ao uso diferenciado que cada indivíduo faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que concede ao seu comportamento verbal;

- **Variação diacrônica:** o adjetivo provém de DIÁ- e do grego KHRÓNOS, “tempo” nesse tipo de variação são feitas comparações de uma língua em diferentes etapas da história, é um estudo de grande interesse por parte dos linguistas.

Mediante essa explanação conhecemos um pouco sobre as classificações das variações sociolinguística e seus adjetivos, podemos observar que a maioria das pesquisas sobre essas variações são feitas por comparação. As comparações são feitas geralmente entre um elemento e outro e também em entre vários elementos simultaneamente, como por exemplo: os modos de falar das pessoas de lugares diferentes, cidade, campo e grandes centros. Enfim, um conceito que também precisamos conhecer é o de variedade linguística:

Outro conceito muito importante na Sociolinguística é o de **variedade linguística**. Uma variedade linguística é um dos muitos “modos de falar” uma língua. Como já vimos, esses diferentes modos de falar se correlacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução etc. Podemos delimitar e descrever quantas variedades linguísticas quisermos, de acordo com os fatores sociais que incluirmos na nossa investigação, como nos exemplos que dei mais acima [...] (BAGNO, 2007, p. 47, grifo do autor).

Quando nos referimos às variedades linguísticas estamos nos referindo aos vários modos de falar a mesma língua, e os fatores extralinguísticos ou sociais estão conseqüentemente relacionados a ela. Conhecer esses conceitos é de extrema importância, pois como já mencionamos aqui, muitas vezes eles confundem leigos e estudiosos. Outro conceito importante que veremos a seguir é o de variável sociolinguística, a variedade linguística nesse caso assume um papel importante:

Uma **variável sociolinguística**, portanto, é algum elemento da língua, alguma regra, que se realiza de maneiras diferentes, conforme a variedade linguística analisada. Cada uma das realizações possíveis de uma variável é chamada de **variante**. A definição mais simples de variante é a de “cada uma das formas diferentes de se dizer a mesma coisa” [...] (BAGNO, 2007, p. 50, grifo do autor).

Até aqui, vimos os conceitos de: variação linguística, variação, fatores extralinguísticos ou sociais, estilo, classificações sociolinguística, variedade linguística, variável sociolinguística e variante. Neste último conceito, vimos que é possível analisar uma variedade linguística quando uma regra ou elemento da língua opera de modos diferentes de acordo com a variedade analisada.

Os resultados das operações mencionadas anteriormente são chamadas de variantes ou seja, dizer a mesma coisa só que de maneiras diferente, com as variantes surgem muitas formas de fazer isso. A última classificação proposta por Bagno (2007) que veremos agora é a classificação das variedades linguísticas, que são:

- **Dialeto**: os linguistas chamam de dialeto, já na sociolinguística é chamada de **variedade**. Esse termo representa o uso da língua em uma região específica, ele era muito usado na Grécia antiga;

- **Socioleto**: esse termo representa a língua de grupos que tem algo em comum, isto é, grupos que possuem as mesmas características socioculturais, por exemplo: (nível de instrução, classe econômica, social e profissão);

- **Cronoleto**: representa a variedade de uma faixa etária específica, por exemplo: a de idosos;

- **Idioleto**: representa o modo de falar individual de cada falante, seu modo próprio no que diz respeito ao seu repertório vocabular, a construção de frases, a pronúncia das palavras entre outros;

Uma observação importante segundo o autor é que os estudos dialetais foram os precursores da sociolinguística, no entanto, esses estudos consideravam somente a fala do meio rural, sem as influências da fala urbana e dos grandes centros. A sociolinguística embora no começo tivesse a mesma visão, logo após, passou a considerar todas elas. Tratando

especificamente da variação linguística é preciso esclarecer a diferença entre a língua falada e a língua escrita:

A dicotomia **oralidade X escrita**. Ao mesmo tempo em que se peca por se pretender ser a escrita um registro regular, natural e inequívoco da fala, peca-se por se priorizar a primeira em detrimento da segunda. Escrita e oralidade têm suas peculiaridades que as tornam únicas em suas diferentes modalidades. Por outro lado, fica difícil isolar a primeira num trabalho dissociado da prática primeira da língua, isto é, da fala, da oralidade. (SANTOS, 2010, p. 123, grifo nosso).

Desde que a escrita não tenha um modelo padrão a seguir como um gênero textual específico ou outro tipo de texto com regras pré-estabelecidas, ela não consegue ser um retrato fiel da oralidade como diz a autora. A escrita, com uma finalidade ou propósito a ser atingido, cumpre um papel meramente formal a ser seguido. Já a fala, possui muito mais recursos que vão além das formalidades e regras pré-estabelecidas.

A fala não permite ser “engessada,” ela é maleável o bastante para ter movimento, é esse movimento que permite ela transitar entre um contexto de exigência e outro. Mas isso é claro, vai depender do domínio que o falante possui das formas da língua a ser empregada em cada ocasião. Vejamos o que diz o documento mais recente do MEC em relação ao ensino da língua falada e escrita:

Em Oralidade, propõe-se a escuta e a produção de textos orais, considerando as diferenças entre língua falada e escrita e as formas específicas de composição do discurso oral, em situações formais ou informais. Além disso, a variação linguística deverá ser explorada de acordo com a diversidade de práticas orais de uso da linguagem. (BNCC, 2017, p. 24).

Como podemos ver no documento oficial do MEC, tanto a língua falada como a língua escrita deve ser contemplada no ensino de língua materna, de modo que o aluno aprenda as duas em situações de uso formal ou informal. Apontamos que umas das deficiências do ensino de língua em ambas as modalidades, escrita e oral é considerar tão somente os contextos formais de uso, deixando a diversidade linguística sempre em último plano.

Tentemos entender um pouco mais sobre o funcionamento da língua, pois tanto a norma-padrão quanto a variação linguística não estão isoladas. Bagno (2007) relata que a variação linguística, e a norma padrão, são influenciadas uma pela outra. Se estivermos falando de acordo com a norma padrão vez ou outra vai aparecer alguma variação linguística.

É ingenuidade de qualquer um idealizar a língua, se a língua está constante transformação uma variedade vai influenciar a outra, pois nenhuma delas está isolada estática a ponto de não sofrer nenhum tipo de influência. Mas, é importante apontar o fato de que nem tudo na língua varia, existem muitas construções na língua que não aceitas pelos falantes:

Ao falar de variação, dissemos que ela pode se verificar em todos os níveis da língua: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical, estilístico-pragmático. A essa altura, pode surgir uma dúvida: tudo o que existe numa língua pode estar em variação? A resposta é **não**. [...] O importante é ressaltar que as regras da língua que não apresentam variação são chamadas de **regras categóricas**, [...] Já as regras que apresentam variação, [...] são chamadas de **regras variáveis** ou simplesmente **variáveis** (BAGNO, 2007, p. 49-50, grifo do autor).

Depois de todas as classificações conceituções e distinções que foram feitas talvez o leitor fique pensando, que na língua tudo está sujeito à variação. Como esclarece Bagno não é assim, certas construções são consideradas agramaticais, porque sua construção pode estar ordenada de maneira errada. Isso acontece quando os falantes não compreendem o que está sendo dito ou escrito, por isso, essas construções são sinalizadas com um sinal de asterisco.

Saber que a língua é heterogênea e que apesar disso em alguns casos ela não sofre variação é importante para professores e acadêmicos, assim, eles podem fazer um uso consciente da língua e ao mesmo tempo respeitar a diversidade do outro. Porém, não somos contrários ao ensino da norma padrão como modelo de língua, queremos apenas que seja respeitada a diversidade da língua e os que fazem uso dela.

Insisto e repito: não estamos propondo a substituição da norma tradicional por um outro conjunto de regras [...] Não queremos praticar um *prescritivismo* às avessas! Queremos apenas que o convívio linguístico no Brasil seja *democratizado*, que as pessoas não tenham mais medo de usar a língua do modo como sempre usaram, como ouvem e leem todos os dias ao seu redor, em casa, no trabalho, na televisão, no rádio, na rua, no cinema, nos jornais, nos livros... (BAGNO, 2007, p. 157).

O uso da norma padrão é necessário e exigido em certos contextos e locais, tanto na fala quanto na escrita, todavia não podemos confundir norma padrão com norma culta. O convívio democrático que é necessário entre as diversas identidades e culturas existentes em nosso país, também é necessário nas questões linguísticas. Não podemos continuar reproduzindo o preconceito linguístico, ainda mais se não temos conhecimento suficiente para afirmar ou negar algo relacionada à língua e seus fenômenos.

Nesse sentido, buscamos em Preti, somente a cronologia histórica das variações, vimos que os primeiros estudos eram chamados de dialetologia, conhecendo também seus precursores a nível mundial e de Brasil. Através das exemplificações de Bagno, entendemos que as variações podem acontecer em todos os níveis da língua sendo influenciadas por fatores extralinguísticos. Através do mesmo autor conhecemos as classificações sociolinguísticas e aprendemos que nem tudo na língua sofre variação.

## 2.6 Leigos gramáticos e sua norma oculta

Muitas pessoas usam o termo norma “cultura” como se fosse um sinônimo do termo norma padrão, o mesmo acontece com o termo língua, que é usado em um sentido mais geral. Usar esses termos como se fossem sinônimos é um equívoco. Outro equívoco é usar o termo norma culta para se referir a uma parcela da sociedade que muitos consideram “cultura”.

Entretanto, há um problema conceitual relacionado à norma culta, tanto no que diz respeito ao tipo de língua que é falada quanto ao tipo de falantes que fazem uso dela. Como diz Bagno (2003), a norma culta é uma ‘língua’ que foi inspirada na literatura clássica e está prescrita na gramática normativa, tem caráter doutrinário e separa a fala da escrita. Então, a língua foi padronizada com todas essas referências, e para que houvesse uma organização lógica da língua falada foi tomada como base a língua escrita da literatura do passado.

Outro termo que causa muita confusão e que os leigos e até mesmo gramáticos e estudantes de Letras não sabem definir ou, definem de modo impreciso e vago é o vernáculo:

O linguista norte-americano William Labov, o nome mais importante da Sociolinguística variacionista, transformou vernáculo num termo técnico com o seguinte significado: **Vernáculo** “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”. O vernáculo parece ser, portanto, a fonte mais segura para a investigação dos fenômenos de mudança linguística que afetam determinada língua num dado momento histórico. (BAGNO, 2007, p. 51, grifo do autor).

O vernáculo segundo o autor seria então uma norma culta informal usada tanto na língua falada como na língua escrita em situações menos monitoradas. Entende-se nesse caso por “menos monitorada” o uso da língua no dia a dia. Essa norma culta informal ou, vernáculo, além de se manifestar na fala e na escrita do dia a dia também se manifesta na fala de várias camadas da sociedade.

Acreditamos que o ambiente e a situação é que vai determinar se o que está sendo utilizada é a normal culta informal ou não. Pois uma das condições é que ela não seja monitorada, ou melhor, a fala e a escrita sendo mais espontânea possível:

Cada grupo social tem seu vernáculo, isto é, o estilo que, na variedade linguística própria dessa comunidade, representa a fala mais espontânea, menos monitorada, que emerge sobretudo nas interações verbais com menor grau de formalidade e/ou com maior carga de emotividade. [...] Por meio do estudo do vernáculo podemos identificar, por exemplo, quais são as regras gramaticais que realmente pertencem ao português contemporâneo, aquelas que são as mais usualmente empregadas pelas pessoas em suas interações cotidianas. (BAGNO, 2007, p. 51-52).

Se pararmos para pensar, as variedades linguísticas utilizadas pelos grupos sociais oferecem muitas possibilidades de pesquisa e análise, porque cada um desses grupos possui características próprias de uso da língua. Por características próprias compreendemos que

podem ser expressões, jargões, e também um tipo de vocabulário daquela comunidade ou grupo de falantes. Pesquisar em que nível estão as regras gramaticais do português contemporâneo é uma tarefa necessária, embora seja ao mesmo tempo difícil e complexa.

Bagno (2007) assevera que, o problema é a tradição gramatical do Brasil que vem de ‘usos’ ‘antigos’ do português de Portugal, e ao mesmo tempo, exclui as variantes mais usadas no Brasil, as que são faladas por quem têm prestígio de classe ou escolarização. O ensino da gramática e a própria gramática se torna desinteressante para a maioria dos falantes por conta dos usos antigos. São coisas que ninguém usaria hoje em dia nem mesmo em situações formais, como certas conjugações verbais, termos que já caíram em desuso, entre outros.

Para Santos (2010) o fato da norma culta estar relacionada á linguagem da classe dominante não quer dizer essa classe é composta por falantes vindos de um único meio social ou, com a mesma formação. Em relação ao prestígio de classe, nem todos que têm esse prestígio têm escolarização ou conhecimento suficiente da norma-padrão para empregá-la da forma mais adequada ou exigida para cada contexto.

Entendemos através da autora, que é possível um falante de origem humilde ingressar na elite, todavia se ele não dominar a norma-culta ele não se encaixa na regra da classe dominante que está relacionada a essa norma culta. Já em relação á formação é importante destacar que alguns falantes apesar de terem um altíssimo nível de formação não fazem questão de usar a norma-culta no seu dia a dia.

Já no que diz respeito a confusão entre norma-padrão norma culta e o vernáculo há uma confusão especificamente entre norma-padrão e norma culta. Bagno (2007) em sua obra: *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*, propõe a substituição da expressão ‘norma culta’ por variedades prestigiadas e ‘norma popular’ ou ‘vernacula’, por variedade estigmatizadas.

Podemos notar pela leitura e exame das duas obras do autor tanto a de 1999, como a de 2007, que ele propõe a substituição de algumas nomenclaturas da língua portuguesa inclusive a da própria “língua portuguesa”. Consideramos válidas essas propostas de substituição, visto que muitas vezes causam confusão no uso e na interpretação das mesmas, e também pelo fato do autor ser considerado autoridade nessas pesquisas e estudos.

Por conseguinte não podemos confundir também o uso real da língua com um modelo idealizado de língua, que segundo o autor:

É preciso fazer uma crítica atenta dos termos que vêm sendo empregados para classificar a variação linguística do **Português brasileiro**, com uma atenção especial à expressão “**norma culta**”. Além do fato de se confundir o uso real da língua por parte dos falantes privilegiados da sociedade urbana (a norma culta dos linguistas)

com o modelo idealizado de língua “certa” cristalizado nas gramáticas normativas (a norma-padrão dos linguistas), como se faz geralmente, existe também o problema contido no uso do adjetivo “culto”. (BAGNO, 2007, p. 104, grifo nosso).

A distinção feita pelo autor é importante, não devemos confundir norma culta com norma padrão, porque uma refere-se à língua real, falada por um determinado grupo da sociedade, e a outra refere-se a gramática normativa. O adjetivo “culto” igualmente é muito mal empregado também por leigos e gramáticos que muitas vezes combinam o adjetivo “culto” com norma-padrão, deixando o significado ainda mais confuso. Em decorrência disso, em sua obra: *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, o autor afirma que:

As pessoas que usam a expressão *norma culta* como um pré-conceito tentam encontrar em todas as manifestações linguísticas, faladas e escritas, esse ideal de língua, esse padrão preestabelecido que, como uma espécie de lei, todos teriam obrigação de conhecer e respeitar. Como é virtualmente impossível encontrar esse modelo abstrato na realidade da vida social, os defensores dessa noção de *norma culta* consideram que praticamente todas as pessoas, de todas as classes sociais, falam “errado.” (BAGNO, 2003, p. 52, grifo do autor).

Aqui o autor fala das pessoas que se utilizam da expressão norma culta para cometerem preconceito linguístico contra outros falantes. Essa noção errônea de norma culta está tão enraizada nas pessoas que o preconceito às vezes chega a se manifestar de forma involuntária. Entendemos que o ensino da norma-padrão é necessária bem como seu uso em certos espaços, mas devemos repensar os usos que os falantes fazem da língua tomando por base única e exclusivamente a norma culta.

Se o problema fosse resolvido com a hipercorreção da fala alheia por parte de quem pensa ter mérito e autoridade para fazer isso talvez ele já não nem existisse mais. Por outro lado, Bagno (2003) defende que, as pessoas que têm conhecimento linguístico pensam e agem de modo diferente. A expressão norma culta é usada por elas como um termo técnico, porque sabem que primeiro deve-se fazer uma investigação das atividades linguísticas dos falantes com base em técnicas e teorias, para posteriormente, afirmar ou negar algo sobre a língua.

Os dois tipos de comportamentos citados pelo autor são importantes para compreendermos como pensam e agem tanto os que têm mérito e autoridade para tratar do assunto, quanto os que não têm. A diferença entre os dois é clara e mostra a importância da inclusão da variação linguística no ensino que já está garantida por lei, a educação é o primeiro passo rumo a uma conscientização linguística.

Contudo, é preciso estender um pouco mais a discussão sobre o que é “culto”, e o que não é, visto que, a problemática não se encerra, o autor sustenta que:

Ora, do ponto de vista sociológico e antropológico, simplesmente *não existe nenhum ser humano que não esteja vinculado a uma cultura*, que não tenha nascido dentro de um grupo social com seus valores, suas crenças, seus hábitos, seus preconceitos,

seus costumes, sua arte, suas técnicas, sua língua... A questão, como bem sabemos, é que no senso comum só se considera *culto* aquilo que vem de determinadas classes sociais, as classes sociais privilegiadas. Quando dizemos que uma pessoa é muito “cultura”, que tem muita “cultura”, estamos dizendo que ela acumulou conhecimentos *de uma determinada modalidade de cultura*, uma entre muitas: no caso, a cultura baseada numa escrita canonizada, a cultura livresca, a cultura que é fruto da produção intelectual e artística valorizada pelas classes sociais favorecidas, detentoras do poder político e econômico. (BAGNO, 2003, p. 58, grifo do autor).

A cultura do ponto de vista da sociologia e da antropologia nos mostra que o conjunto de práticas e valores das classes sociais desprivilegiadas são culturas também, embora o discurso do senso comum diga que não. Porém, o que as pessoas acostumaram admirar imitar e cultivar como cultura ao longo do tempo foi e continua sendo somente o que vem das classes sociais privilegiadas.

Então, é óbvio que os privilegiados não aceitarão de uma forma tranquila uma cultura popular, de outra forma, Bagno (2003) identifica que, as variedades linguísticas das pessoas que possuem pouca escolarização ou nenhuma, são classificadas pela literatura linguística como *língua popular, norma popular, variedades populares entre outras*. Foi isso que criou a diferença entre norma culta e norma popular.

Notamos que apesar da literatura linguística ter classificado as variedades linguísticas das pessoas sem instrução com o adjetivo *popular*, Bagno não concorda muito com essa ideia, no entendimento dele isso gerou uma diferenciação negativa. Defendemos aqui o ponto de vista do autor, vejamos um exemplo: a construção de casas para o povo chamadas de “*casas populares*.” Você já se perguntou por que além de serem construídas em grandes quantidades e em modelos padronizados elas são chamadas assim?

E porque as casas dos políticos aristocratas que mandam construir essas casas populares são construídas em lugares diferentes e nomeadas de modo diferente? Devemos pensar e questionar a respeito, vejamos o que diz um estudo sobre as casas populares:

A FCP, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.218/46 e subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), tinha por finalidade “proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural” (art. 2º). [...] No período populista, com a intervenção estatal direta, apareceram também os primeiros dispositivos legais sobre a eliminação de favelas da paisagem urbana que deveriam ser substituídas por habitações proletárias a serem vendidas para a “população pobre”, como se referiam as autoridades. (FILHO, 2006, p. 55).

A Fundação das Casas Populares (FCP) no Brasil como descrito por Filho em sua dissertação foi uma medida populista do governo que se preocupava em angariar votos, sua origem está relacionada com a questão do fim da escravatura, com o processo de higienização, o desenvolvimento da indústria e o surgimento das massas proletárias. Pelo o

que entendemos o termo “*popular*” traz consigo uma carga negativa que foi imposta pelas elites aristocratas da sociedade, a elite política é uma delas.

Nos discursos das autoridades políticas os substantivos “*povo*” e “*população*” são sempre acompanhados pela qualificação “*pobre*” e “*carente*”. É a prova de que sempre houve e há uma separação nítida entre eles e a população, ainda nessa perspectiva o autor afirma:

Mas numa sociedade extremamente (e desigualmente) dividida como a nossa, o adjetivo *popular* é muitas vezes usado com conotações pejorativas, depreciativas, para indicar algo de menor importância, de menor valor na escala de prestígio social. Tanto é assim que muitas palavras, quando vêm sozinhas, já indicam, automaticamente, alguma coisa que não tem a ver com o “povo”: *arte, literatura, música...* Assim, sem qualificativos, elas já dizem o que são: “alta cultura”. O mesmo não acontece com *arte popular, literatura popular, música popular*, que precisam do qualificativo *popular*. (BAGNO, 2003, p. 60, grifo do autor).

Veja que o problema vai muito além de uma simples classificação das variedades linguísticas, ela começa pela divisão desigual da sociedade brasileira como diz Bagno. Por isso, tudo que é popular têm um sentido pejorativo. Ou melhor, as coisas que vêm do povo são sempre taxadas de feias e incultas, enquanto as que vêm das classes prestigiadas não. Ora, isso é tão incoerente quanto afirmar que a criminalidade vem única e exclusivamente da pobreza.

Por fim, é importante entender mais sobre a norma culta e a popular. Conforme Bagno (2003) destaca em sua obra, apesar das terminologias terem diferenças entre elas, os estudiosos das questões sociolinguísticas do Brasil identificam nas relações entre língua e sociedade três coisas muito diferentes:

1. A norma culta dos gramáticos, que remete a tradição gramatical normativa, fruto da literatura do passado que tenta impor e conservar um modelo ideal de língua;
2. A norma culta dos pesquisadores, que é a língua real empregada no dia a dia por falantes que têm nível escolar superior e que também tenham vivido sempre na zona urbana;
3. A norma popular que é usada tanto por tradicionalistas quanto por pesquisadores, para se referirem as variedades linguísticas que mostram características nos níveis da língua, que são difíceis de aparecer ou não aparecem na fala e na escrita dos falantes cultos.

Através dessa distinção Bagno mostra que existe uma diferença entre a norma culta dos gramáticos a norma culta dos pesquisadores e a norma popular que é usada por ambos. A norma popular se refere a determinadas características que ocorrem nos níveis da língua de um grupo específico. Enfatizamos aqui que distinguir os tipos de norma culta de acordo com quem a utiliza e como, evita confusões e concepções erradas sobre a mesma. Se a falta de

conhecimento sobre os conceitos desses termos não fosse tão grande esse tipo de preconceito talvez já tivesse diminuído ou até mesmo se extinguido de vez.

De acordo com Bagno (2003), para que as discussões relacionadas a esses termos avancem é preciso substituir certos termos e expressões por outros que estejam mais próximos da conceituação verdadeira. Em síntese, o autor propõe a troca da designação do *modelo ideal de língua* (certa) por **norma-padrão**, *norma culta* por **variedades de prestígio** ou **variedades prestigiadas**, e *norma popular* por **variedades estigmatizadas**.

Ressaltamos que as propostas do autor além de válidas são necessárias, pois é comum encontrarmos na literatura linguística termos que significam uma coisa só, isso confunde leigos estudantes e até pesquisadores. Exceto a respeito da troca de *norma popular* por **variedades estigmatizadas**, não concordamos com essa proposta porque ela não valoriza as variedades dos grupos a que ela pertence.

Em vez de *variedades estigmatizadas* propomos nessa pesquisa **variedade diversas**, pois está se referindo ao que é diferente e diverso, e também a quantidade de diversidade linguística existente que são muitas. A respeito da definição do termo *diverso* no plural feminino vejamos o que o diz o dicionário *Priberam* da língua portuguesa:

fem. plu. de diverso.

**di·ver·so** |é|

(latim *diversus*, -a, -um)

**adjetivo.**

1. Que não é o mesmo. = DIFERENTE, DISTINTO ≠ IGUAL, SEMELHANTE.

2. Que apresenta diversidade ou variedade. = VÁRIOS.

3. Que se alterou. = MUDADO.

**diversos.**

*determinante e pronome indefinido plural.*

4. Indica quantidade considerável. = MUITOS, VÁRIOS.

5. Indica quantidade reduzida; certo número de. = ALGUNS, VÁRIOS.

*determinante indefinido plural.*

6. Indica quantidade de coisas diferentes (ex.: *a questão incomodou diversas sensibilidades políticas*). = VÁRIOS.

Embora as considerações sobre a estigmatização da fala de grupos desprestigiados seja real e verdadeira, entendemos que carregar esse estigma tanto no pensamento quanto na nomenclatura da variedade não vai contribuir para valorizá-la. Nosso objetivo não é negar que

o preconceito e a estigmatização exista, o que queremos é encontrar formas de valorizar essas variedades entendendo que esses grupos não são obrigados a carregar o peso desse estigma.

Por conseguinte, muitos documentos oficiais além de trabalhos e pesquisas sobre a diversidade linguística do Brasil e do mundo já foram publicados usando a nomenclatura *diversidade*, veremos agora o que diz alguns deles:

[...] esta Declaração toma como ponto de partida as comunidades linguísticas e não os Estados, e inscreve-se no quadro do reforço das instituições internacionais capazes de garantir um desenvolvimento duradouro e equitativo para toda a humanidade, e tem como finalidade favorecer um quadro de organização política da **diversidade linguística** baseado no respeito, na convivência e no benefício recíprocos. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, 1996).

Podemos nos certificar então que a nível mundial existem documentos oficiais que garantem o direito a diversidade linguística, eles são os: Direitos Linguísticos, esses direitos como diz o autor ao mesmo tempo em que garantem os usos da língua de forma individual garantem também de forma coletiva. Eles englobam do mesmo modo em seu arcabouço o direito a cultura e a identidade como elementos fundamentais relacionados á língua:

A diversidade linguística, decorrente da concepção constitucional de diversidade cultural, encontra fundamento na valorização dos bens que sejam importantes para a memória, a identidade e a ação dos grupos formadores da sociedade brasileira (art. 216, caput, da Constituição). Mas a aceitação de outros falares como bens culturais brasileiros não elimina a dificuldade da atividade de identificação de referências culturais que fundamentam a proteção da língua diversa do português bem cultural significativo para a sociedade brasileira. Por isso, vale destacar que, além do saber (do critério técnico), há também a questão do poder e do prestígio de um grupo a partir da preservação das marcas de sua identidade e dos vestígios de sua cultura, de acordo com as suas percepções e não pelo olhar do grupo dominante. (SOARES, 2014, p. 82-83).

Em contraste com a autora, não vemos dificuldade em encontrar referências culturais que fundamente a proteção da diversidade linguística. Isso porque não podemos aceitar única e exclusivamente a cultura dominante como a única forma de cultura. Vimos que o ser humano é essencialmente cultural, se ele se adapta ao meio e adapta o meio de acordo com suas necessidades não há porque ver dificuldades em encontrar referências.

Voltando a questão dos termos que causam confusão entre leigos, gramáticos e pesquisadores agora vem o de **linguagem coloquial**. Segundo Bagno (1999) esse termo é quase sempre empregado com um sentido pejorativo, todavia a linguagem coloquial é uma manifestação da **norma culta objetiva**, que é **real, empiricamente coletável e analisável**. Existe uma linguagem coloquial ou norma culta real dos falantes cultos, que pode ser analisada e validada pela ciência linguística.

Então o que leigos e gramáticos rotulam de “linguagem feia” e “corrompida”, além de outros motivos expostos anteriormente, pode ser também uma questão de acesso. Para Santos

(2010) em relação ao conhecimento e uso da variedade mais prestigiada não é questão de inteligência, mas de acesso a seu ensino sistemático, o conhecimento linguístico pode ser adquirido tanto pelo uso quanto pelo ensino. Desse modo, a norma-padrão tem o poder de dificultar ou facilitar o acesso dos falantes aos bens e serviços que eles têm direito.

Por isso, é importante defender o acesso ao ensino da norma padrão, mas respeitando as origens e a diversidade linguística dos falantes que não têm ou não tiveram a mesma oportunidade. Uma sociedade com acesso igualitário ao conhecimento da norma-padrão e também das variações linguísticas ao mesmo tempo, não terá espaço para usar o poder da língua para discriminar os outros. Lembrando que, as variedades não são ensinadas, são aprendidas, podemos conhecê-las e apreender sobre elas através do ensino.

Embora, seja lógica e verdadeira a questão do acesso ao ensino das variedades de prestígio muitos ainda insistem no discurso de uma língua homogênea. Segundo Santos (2010) a argumentação sobre a existência de uma única linguagem-padrão ou norma-culta é falha, porque cada **variedade** dependendo dos fatores extralinguísticos vai desdobrar-se em **subvariedades**. Os que pregam a favor de uma língua pura, não levam em consideração as influências externas que vem de fora ou, questões internas relacionadas a própria dinâmica da língua que favorecem a sua transformação.

Em suma, temos que examinar de modo questionador os sentidos que são atribuídos em forma de adjetivos pela classe dominante, leigos e gramáticos para o modo de falar das pessoas pertencente às classes desprivilegiadas. Não vemos como solução carregar adjetivos negativos como; *popular* e *estigmatizado*, diante disso, a conscientização dos grupos sobre sua **diversidade linguística** como algo diferente e não como negativo é de extrema importância.

O acesso a um ensino público de qualidade é outro fator importante, pois a presença ou ausência dessa oportunidade na vida das pessoas é que vai determinar o conhecimento ou desconhecimento sobre a variedade mais adequada para cada lugar e situação. Desse modo isso acaba por influenciar seu uso e desempenho. Ainda que, o domínio da norma padrão não proporcione ascensão social para os falantes ela confere certo poder para os que sabem utilizá-la, pois essas pessoas são ouvidas e respeitadas pela sociedade.

## 2.7 Língua poder e sociedade no contexto brasileiro

O Brasil assim como outros países e territórios do mundo possui uma língua oficial, para entender a relação da língua com o poder e a sociedade, é preciso compreender o que é língua, aqui propomos algumas conceituações. Elas se baseiam em dois autores, um clássico, e outro mais recente, lembrando que essas definições podem mudar de acordo com as teorias, os objetos de estudos e a linha de pesquisa que o pesquisador propõe. De acordo com o pai da linguística moderna a língua é:

[...] um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve. (SAUSSURRE, 2006, p.22).

Para Saussure, a língua está situada entre o som (imagem auditiva) e o conceito (definição de algo), ela faz parte da linguagem com uma característica específica; a social, acrescentando que os indivíduos não teriam nenhum poder sobre ela a não ser por uma espécie de acordo. A saber, esses indivíduos precisariam estar em contato com outros indivíduos, grupo, povo ou sociedade para que ocorresse alguma alteração.

Ele entende que conhecer o funcionamento da língua é necessário, além disso, ressalta que um indivíduo mesmo que fique impedido de usá-la em uma situação de isolamento ainda consegue mantê-la somente pela compreensão dos sons:

[...] Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos [...] A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deriva subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. (SAUSSURRE, 2006, p.17).

Segundo o autor não devemos confundir língua com linguagem, como foi explicado anteriormente a língua é somente uma parte distintiva da linguagem, em outras palavras a parte social dela. Por consequência, ela é um acordo aceito pelos membros de uma sociedade ou grupo para se efetivar através dos indivíduos, Já a linguagem é uma capacidade que é adquirida de modo natural. Em oposição, a língua é adquirida de modo estipulado e está sujeita a um instinto natural não acontecendo antes desse.

A concepção Sausuriana sobre a língua é relevante, todavia muitos estudos pesquisas e teorias vieram depois dela, e com elas autores que tem uma noção diferente do que ela é, por exemplo, o autor que norteia parte dessa pesquisa diz que:

[...] ‘a língua’ como uma ‘essência’ não existe: o que existe são seres *humanos* que falam línguas. A língua não é uma abstração: muito pelo contrário, ela é tão concreta quantos os mesmos seres humanos de carne e osso que se servem dela e dos quais ela é parte integrante. Se tivermos isso sempre em mente, poderemos deslocar nossas reflexões de um plano abstrato - ‘a língua’ – para um plano concreto – os falantes da língua. (BAGNO, 2003, p.19, grifo do autor).

Diferente do que pensava Saussure para Bagno a língua como algo abstrato não existe, ela só é capaz de existir por intermédio dos seres humanos, dessa maneira, a língua deve ser pensada como algo que é material e tangível. Ela é parte constituinte de todo ser humano, que faz uso dela para várias finalidades, pensar a língua dessa forma desloca o foco desta para seus falantes, ou seja, passa do intangível para o tangível.

Não obstante, é preciso entender a gênese do processo de escolha instituição e padronização das línguas na sociedade, visto que, essa escolha não se dava de forma aleatória e muito menos sem critérios. Bagno (2007) relata que, havia uma ‘seleção’ de caráter político e ideológico entre as variedades linguísticas para a escolha da ‘língua oficial’. Segundo o autor o processo de instituição de uma **norma-padrão** teve início na Europa e se estendeu do Renascimento até o fim do Feudalismo.

Não só com a língua portuguesa de Portugal mas, a maioria das línguas das sociedades europeias também passaram por esse processo de escolha, no entanto, é importante destacar as questões de poder que envolviam o processo de escolha. A padronização da língua não acontecia de uma maneira instantânea, até se tornar uma língua sólida ela teria que ser adotada por todas as esferas institucionais.

Depois de atender as especificidades de cada uma das esferas institucionais então a língua se consolidava desse modo, estava assegurada sua perpetuação e continuidade. Bagno (2007) enfatiza que a língua escolhida como oficial passa a ser uma língua institucionalizada, atendendo as especificidades de todas as áreas, por exemplo: ciência, educação, literatura e assim por diante.

Muitas vezes nos deparamos com termos de origem latina ou grega, esses termos estão presentes em varias áreas do conhecimento, como direito medicina botânica e etc. Mas porque usar esses termos de origem latina? E porque eles foram incluídos na língua portuguesa europeia? Porque não bastava que a língua fosse escolhida e se institucionalizasse, ela também tinha que seguir seu curso sendo refinada e aprimorada.

Os escolhidos para realizar esse trabalho eram os intelectuais e gramáticos da era renascentista, eles tinham como objetivo aprimorar a língua e com isso criaram um movimento que ficou conhecido como relatinização da língua. Bagno (2007) menciona que o período de relatinização das línguas europeias, foi o período em que por exigências dos intelectuais novas palavras foram criadas tendo como referência o *latim*.

Não é estranho que o latim tenha sido escolhido como uma língua base para o processo de relatinização de muitas línguas, pois era uma língua mundial, por exemplo: era a língua da ciência, dos estudos filosóficos, da cultura e da igreja. Com efeito, por ser uma língua europeia o português de Portugal passou por esse mesmo processo, ponto importante para entender a transição que ocorreu entre o português arcaico e o moderno.

O português moderno, assim como a maioria das línguas europeias, é fruto da cultura das classes favorecidas, podemos citar que esse seria um fator ideológico e ao mesmo tempo cultural. Bagno (2007) sustenta que, a gramática grega e a latina serviram de base para que as sociedades dos primórdios pudessem se consolidar, de acordo com o autor, a literatura transmitia o ideal da escrita enquanto as classes abastadas transmitiam o ideal da fala.

Uma língua naquele período histórico para servir de parâmetro para que outras línguas se estabelecessem não podia ser qualquer língua, vinda de qualquer classe e inspirada em qualquer coisa sem prestígio. Então, a escolha se dava através de vários fatores, os motivos que justificavam a escolha da língua oficial estavam relacionados a questões políticas econômicas e de poder, além disso, a localização do país ou estado nação era também um fator importante no processo de escolha.

Como enfatiza Bagno (2007) o português moderno ou padrão é a norma da cultura erudita que foi institucionalizada em todos os âmbitos da vida pública, a obra literária *Os Lusíadas de Camões*, é a referência da divisão do ‘português arcaico’ para o ‘português moderno’. Nota-se a influência das obras literárias na constituição da língua portuguesa antiga, bem como o prestígio do seu autor. Em síntese, o ‘português moderno’ com sua norma padrão nada mais é do que o resultado das mudanças ocorridas por conta da relatinização.

Houve bastante preocupação por parte dos gramáticos da época em tentar fazer a língua portuguesa parecer com o latim, muitas modificações foram feitas, mas, sempre imitando as regras da outra língua. Bagno (2007) afirma que em relação à gramática, com o processo de relatinização os gramáticos sempre escolhiam a variante que mais aproximava da gramática latina, tanto na forma quanto na função. Portanto, uma língua não envolve somente fatores de prestígio para se legitimar, ela também é um tipo de poder:

Muitas formas de poder contemporâneo, contudo devem ser definidas como poder *simbólico*, [...] O poder simbólico pode ser derivado de outros tipos de poder. [...] Tradicionalmente, o poder social de grupos (classes, organizações) foi definido em termos de seu acesso preferencial a – ou controle sobre recursos materiais específicos, tais como o conhecimento, a educação ou a fama, ou a força física. [...] Em um nível elementar, mas fundamental da análise, as relações de poder social manifestam-se, tipicamente, na interação [...] (DIJK, 2008, p. 23, grifo do autor).

Entendemos que existem vários tipos de poder e que desse poder nascem ou derivam outros tipos de poder, ele não está centrado exclusivamente em algo ou alguém, mas, está presente em todos os lugares e é exercido somente por alguns. Os que detêm o poder são favorecidos com facilidades em todos os âmbitos da vida, sejam elas materiais ou não, no que diz respeito à língua, as relações de poder acontecem também através do diálogo.

Diante disso, para que haja relações de poder e para que surjam esses diálogos nessas relações, é preciso haver antes de tudo uma sociedade estruturada. Segundo Durkheim (2007), A sociedade é estruturada politicamente a medida que os diferentes segmentos se habituariam a viver uns com os outros. Nas relações tradicionalmente próximas, os segmentos tendem a se confundir; e nas relações tradicionalmente distantes eles tendem a se distinguir.

Apesar de Durkheim ter conceituado a estrutura da sociedade de um modo geral, seu conceito ilustra bem a organização de algumas sociedades do presente, a princípio essas sociedades são compostas por agrupamentos diferentes. Deste modo, a dinâmica das relações será caracterizada de acordo com o modo que esses diferentes agrupamentos da sociedade estão acostumados a conviver.

Podemos explicar a sociedade brasileira pela conceituação de Durkheim, pois tanto no passado como na atualidade ela foi e ainda é composta por segmentos bastante diferentes. Nesse sentido, entendemos que a língua a sociedade e os grupos que a compõe não estão isolados, assim o autor destaca que:

Para a sociolinguística, é impossível estudar a língua sem estudar, ao mesmo tempo, a sociedade em que essa língua é falada, assim como também outros estudiosos- sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais etc.- já se convenceram que não dá para estudar a sociedade sem levar em conta as relações que os indivíduos e os grupos estabelecem entre si por meio da linguagem. (BAGNO, 2007, p. 38).

Dada a complexidade da formação estrutura e composição da sociedade brasileira, seria impossível analisar os fenômenos da língua sem levar em consideração sua dinâmica como um todo em suas relações. Essas relações que acontecem na sociedade formada e composta por indivíduos e grupos marcadamente diversos oferecem uma gama de possibilidades para compreender a língua.

A princípio um ponto de partida importante e crucial para entender melhor a língua que falamos, é saber um pouco mais sobre suas origens. Como caracteriza Gnerre (1998) O

galego português foi uma língua literária que se espalhou pela Península Ibérica a partir do século XXII, no plano linguístico ele era a representação do prestígio de Santiago de Compostela. No relato do autor fica evidente a relação da língua portuguesa com o prestígio local e a que tipo de sociedade ela estava ligada.

As questões de cunho político e geográfico também influenciavam as decisões referentes a língua. Por conseguinte, tem a tradição cultural dessa época, a qual é sempre importante ressaltar que não era uma tradição das camadas desprestigiadas da sociedade.

Dessa forma, compreendemos que prestígio poder e tradição cultural estarão sempre relacionados às variedades de prestígio da língua, vale ressaltar que em relação á cultura diferem os grupos com e sem poder. Do mesmo modo, Gnerre (1998) sustenta que a variedade linguística escolhida de dentro da tradição cultural dos grupos de poder, foi um ponto importante relacionado á identidade nacional.

Como já foi explicitado sobre a identidade e cultura no contexto brasileiro, não podemos afirmar veemente que há uma identidade “nacional,” o que houve foram tentativas dos grupos de poder para implantá-la. A língua portuguesa foi uma ferramenta importante nessas tentativas frustradas, no momento presente percebe-se que ainda há essa tentativa usada pelos grupos de poder, principalmente os do meio político.

A fala é uma ferramenta importante para a conquista de espaços na sociedade, é preciso ter noção do poder que ela exerce. No dizer de Gnerre (1998), o poder da fala, não de um modo isolada, mas dos falantes que por meio dela o exerce, que falam para serem ouvidos respeitados e para intervir em seu meio. Talvez o poder maior da fala seja esse, falar para atingir um determinado objetivo.

Entretanto, para que essa fala tenha influência e credibilidade nos ambientes e contextos de uso não pode ser qualquer fala e muito menos vinda das camadas desprivilegiadas da sociedade. Com isso, surge a problemática de quem tem e não tem acesso ao ensino da norma-padrão, os que não tiveram é claro vão ser sempre estigmatizados.

Quanto mais fatores extralinguísticos negativos forem adicionados a essa questão, maior será o peso do preconceito. A esse respeito Gnerre (1998) argumenta que na sociedade são poucos os que têm acesso à norma padrão que está sempre ligada à temas de prestígio. Então, quando nos referimos á sociedade, especificamente a brasileira, nos referimos também a condições de igualdade e acesso a educação formal.

No entanto, algo comum passa despercebido pela maioria das pessoas, na sociedade existem pessoas que não dominam a norma-padrão da língua, mas mesmo assim possuem poder e influência. Esse poder de influência na maioria das vezes não procede

necessariamente do domínio e conhecimento das regras gramaticais e sim de fatores meramente econômicos que contribuíram para o seu alcance.

Dessa maneira, no que diz respeito á realidade linguística da sociedade, principalmente de uma complexa como a do Brasil, é importante conhecer seus dois polos e suas características:

Assim, o que temos nas sociedades complexas e letradas é uma realidade linguística composta de dois grandes pólos: (1) a **variação linguística**, isto é, a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade e (2) a **norma-padrão**, produto cultural, modelo artificial de língua criado justamente para tentar “neutralizar” os efeitos da variação, para servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados adequados, corretos e convenientes. (BAGNO, 2007, p. 38, grifo nosso).

Quando falamos de variação linguística, talvez pensemos como uma característica exclusivamente da língua portuguesa brasileira, mas não é. Em todas as sociedades letradas existe sempre esses dois polos. Ora, se tudo na vida no decorrer do tempo está sujeito a mudanças quem dirá a língua. As variações linguísticas e os fenômenos da língua nos permitem compreender essas transformações.

Quanto a norma-padrão, precisamos dela como um modelo a ser usado para comportamentos e ambientes em que ela é necessária e exigida, não para desvalorizar e discriminar os outros falantes. No dizer de Gnerre (1998) na sociedade, uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ os seus falantes, esse valor é o reflexo do poder e da autoridade deles nas relações econômicas e sociais.

Percebe-se então que a ênfase do problema está em quem fala, e não no quê é falado, isso acontece independente do objetivo ser o de alcançar uma norma ideal ou não. Há muito mais questões envolvidas nas relações de poder do que o simples conhecimento e uso da norma-padrão. Se o problema fosse somente esse, talvez a camada da sociedade conhecida como burguesia, já teria resolvido por conta própria.

Pois, é essa elite burguesa que se encarrega de ditar e gerir as normas da sociedade dizendo o que é aceitável e o que não é, em relação à língua não podia ser diferente. Assim, Gnerre (1998) assevera que na camada burguesa da sociedade há sempre tentativas de correção da fala do outro, isso, nada mais é que a ilusão de atingir uma norma padrão ideal.

Vamos a um exemplo prático e comum. Sabemos que nas camadas da sociedade despojadas de poder existem grupos á margem que são estigmatizados, mas cada um desses grupos possui um modo de falar. Nisso, inclui termos, jargões, expressões, gírias e etc. Esses fenômenos linguísticos podem ser objetos de estudos e devem ser analisados como tal. As pessoas que compõe esses grupos não merecem ser discriminadas pelo modo com falam. Contudo, sabemos que o poder que oprime e exclui é uma força que se mantêm:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p.10).

O preconceito linguístico é um discurso amalgamado de desconhecimento e falta de informação, ou melhor, é o discurso do senso comum. Ele se mantém na sociedade como um poder que reprimi desse modo as pessoas são ridicularizadas excluídas e maltratadas. Por outro lado, quem pratica esse tipo de preconceito muitas vezes não têm conhecimento específico e aprofundado sobre a língua e seus fenômenos.

As pessoas não conhecem nem compreendem os fatores que levam os que são alvo do seu preconceito a falar do modo que falam. Já os gramáticos, por estarem na condição de estudiosos não deveriam ter a mesma postura, mas para eles só existe a variedade de prestígio ou norma-padrão, segundo eles é a única que possui regras possíveis de serem explicadas.

Em conclusão, vimos que a língua para Saussure estava dissociada dos sujeitos que segundo ele não eram capazes de provocar qualquer alteração, já para Bagno a língua não é senão os sujeitos de carne e osso que fazem uso dela não sendo portanto abstrata. Entendemos como se dava o processo de escolha das línguas oficiais, que estavam sempre relacionadas ao prestígio do latim.

Compreendemos também as noções de poder simbólico que permeia todas as áreas da sociedade e as relações entre os indivíduos. O poder dos grupos que compõe a sociedade fazendo com que esses grupos se atraiam ou se afastem. Para a sociolinguística não tem como estudar a língua sem estudar a sociedade a que ela pertence, e por último em Gnerre, vimos que a língua vale o que vale seus falantes, esse é o poder da língua na sociedade brasileira.

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

Os resultados e as análises dos dados apresentam-se nesta seção, primeiro os dados foram expostos em quadros de forma organizada e sequencial separados pelos quatro objetivos propostos: o objetivo geral e os três específicos. Em seguida, são expostas as análises por entrevistado de acordo com cada categoria seguindo a ordem sequencial das entrevistas, utilizamos o método análise de conteúdo para analisar as entrevistas e a categorização para organizar os resultados.

Primeiro foi feita uma leitura tipo exploratória do material e logo após leituras reflexivas e interpretativas, assim, identificamos as categorias que fizeram parte das respostas dos entrevistados. As categorias identificadas na análise e interpretação dos dados fazem parte dos objetivos desta pesquisa, os resultados obtidos fazem referência à discussão da fundamentação teórica.

Na primeira seção, encontram-se os resultados do posicionamento dos acadêmicos de Letras sobre o preconceito linguístico, os entrevistados deixam marcas em suas respostas que mostram seu posicionamento a respeito do tema. Dessa forma, foram identificadas com um X as nomenclaturas ausência e presença as seguintes categorias: indefinido, negativo conhecimento e exclusão.

Na segunda seção, estão os resultados das leituras dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico, o objetivo foi classificar as leituras dos acadêmicos a respeito desse tema, coletamos por ordem de sequência das entrevistas termos/conceitos usados por eles durante a formulação das respostas. Posteriormente, foi analisada a quantidade de erros e acertos por cada termo/conceito categorizando como termos/conceitos do discurso científico e termos/conceitos do senso comum.

Na terceira seção, conseguimos identificar se a noção de “erro” em língua existe ou não para os acadêmicos, identificamos os resultados com um X nas nomenclaturas; existe e não existe, identificadas no quadro como: E e NE. Na quarta seção as categorias dos resultados anteriores também possibilitaram verificar a concepção de língua/linguagem nas respostas dos acadêmicos, mostrando que esses dois resultados estão intrinsecamente ligados.

Na quarta seção, expomos os resultados da presença ou ausência do preconceito linguístico nas respostas dos acadêmicos, para isso, identificamos com X as nomenclaturas ausência e presença identificadas no quadro de resultados como A e P. Esses resultados são

uns dos mais importantes para essa pesquisa, pois permiti-nos deduzir se os acadêmicos, como futuros profissionais irão reproduzir ou não esse tipo de preconceito.

Porém, essa é uma das lacunas que a pesquisa não responde, dado o tempo espaço e delimitação da mesma. Para tratar dessa questão, teríamos que empreender outra pesquisa em outro contexto, o da sala de aula.

Na quinta seção, discutimos se os professores estão transmitindo conceitos básicos para os acadêmicos compreenderem a diferença entre um termo/conceito e outro, por exemplo: o que é gramatical e agramatical? Levando em consideração que o curso de Licenciatura em Letras da UFT não conta com a disciplina de sociolinguística em sua grade curricular.

### 3.1 O posicionamento dos acadêmicos de Letras sobre o preconceito linguístico

Os resultados da análise categorial do posicionamento dos acadêmicos de Letras, sobre o preconceito linguístico, foram organizados do seguinte modo:

#### Quadro 1 - O posicionamento dos acadêmicos de Letras sobre o preconceito linguístico

Nomenclaturas: A – Ausência; P - Presença

Entrevistado Categoria	A1		A2		A3		A4		A5	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Posicionamento: Indefinido										
Preconceito Linguístico é: Negativo				X						
Preconceito Linguístico é uma Questão de: Conhecimento						X		X		X
Preconceito Linguístico é uma Questão de: Exclusão						X				

Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma melhor compreensão dos resultados de cada uma das categorias forma analisados os enunciados produzidos pelos acadêmicos participantes, conforme a ordem das entrevistas, a técnica utilizada é a análise de conteúdo referenciada na metodologia.

### **Entrevistado A1**

A1 apenas se posicionou clara e objetivamente sobre o resultado decorrente do preconceito linguístico e não contra o problema em questão, isso fez com que deduzíssemos que o posicionamento dele é indefinido. No trecho: “[...] *chegar ao ponto de discriminar o outro o próprio nativo da língua também é um pouco prejudicial*”. Aqui, temos um exemplo do que falamos anteriormente, ele não se posiciona clara e objetivamente contra o problema.

Outro exemplo disso é quando ele diz: “[...] *quando eu estou falando conversando com alguém, eu não vou lá e lutar: ‘tem que falar nas normas’. Até porque se torna um pouco chato*”. Podemos observar que nos dois trechos ele classifica como “*pouco*” os resultados que o preconceito linguístico produz. Embora os trabalhos de Bagno estejam na posição de pioneirismo, acreditamos que existe uma lacuna sobre os efeitos negativos que o preconceito linguístico não só nos indivíduos, mas também na sociedade e suas relações.

Podemos fazer os seguintes questionamentos em relação ao exposto anteriormente: como as pessoas que são vítimas de preconceito linguístico se sentem e reagem a ele? O que elas pensam? É possível fazer os mesmos questionamentos só que em um ambiente mais específico, o escolar por exemplo. Os professores estão reproduzindo esse tipo de preconceito? As práticas do ensino de língua portuguesa estão contemplando as variedades linguísticas ou somente a norma padrão?

Para A1: “*É importante sim o estudo da língua nativa, isso significa muito poder, conquista, mas ao mesmo tempo que você tem esse poder essa conquista de dominar sua própria língua você não pode excluir o outro*”. Ele reconhece o domínio da língua como uma forma de poder que não pode ser usado como uma ferramenta de exclusão, essa exclusão é um dos efeitos nocivos do preconceito linguístico.

Se a língua, bem como o seu conhecimento e domínio é poder, as pessoas que não tem acesso ao seu ensino ficarão sempre a margem, excluídas. Ainda que A1 não tenha emitido opiniões sobre o que pensa do preconceito do linguístico por meio de palavras e expressões que nos permitisse identificar, ele se posiciona contra os efeitos que esse tipo de preconceito produz. Por isso, não podemos considerar seu ponto vista como negativo, pois, ele consegue

ter uma visão crítica e ao mesmo tempo objetiva das relações de poder em que a língua está inserida.

## **Entrevistado A2**

Ao contrário de A1, A2 se posicionou de maneira clara e objetiva contra o preconceito linguístico dizendo que ele é algo negativo. Assim, escolhemos a categoria negativo para categorizar seu posicionamento. *“Eu acredito que o preconceito linguístico não é algo positivo porque a gente sabe que no Brasil há pessoas que falam de diferentes maneiras”*. Ela reconhece que os indivíduos diferem em seu modo de falar, assim, está implícito as variedades linguísticas nesse trecho.

Notamos que A2 sabe diferenciar o monolinguismo da homogeneidade linguística, embora não tenha usado esses termos em sua resposta, isso está implícito na sua resposta. *“Embora a gente fale o mesmo idioma, a língua portuguesa, cada um tem o seu jeito de se expressar e falar”*. Além da diferenciação monolinguismo X homogeneidade linguística, entendemos também que a noção de variedades linguísticas está mais clara para A2 do que para A1.

Embora nenhum dos dois tenha usado o termo correto, A2 se posiciona de forma mais clara e objetiva. Segundo A2: *“[...] uma vez que eu imponho o meu preconceito sobre uma determinada região que fala diferente eu não estou respeitando a identidade que aquela pessoa possui”*. A2 tem noção da relação existente entre “região” “fala” e “identidade,” para ela o respeito a identidade do outro que fala diferente é fundamental. A imposição de algo ao outro está intimamente ligado ao autoritarismo e a autoridade, duas fontes de onde o preconceito derivou.

Na opinião de A2, os acadêmicos de Letras de um modo geral tem responsabilidade sobre esse problema. *“Então eu acredito que isso precisa ser quebrado no Brasil [...] acredito que hoje nós como estudantes, não só de língua inglesa, mas, de Letras precisamos achar alguma forma de falar para a sociedade, para aqueles que têm esse preconceito com a língua”*. Vimos que além de ter se posicionado, objetivamente de modo claro e direto, contra o preconceito linguístico, também reconhece a necessidade de acabar com esse problema, para ela é preciso encontrar uma solução.

No tocante a isso, a BNCC já nos fornece orientações para a prática do ensino da língua oral e escrita contemplando as variedades linguísticas, dando o respaldo e a total

liberdade para dispor dos meios que alcancem esse objetivo. Mas sabemos que só respaldo legal não basta, é preciso mudança de atitude e conscientização.

### **Entrevistado A3**

Em relação ao posicionamento de A3 sobre o preconceito linguístico identificamos a presença das categorias exclusão e conhecimento. Para ele o preconceito linguístico é uma forma de exclusão que é gerada pelo fato de uns dominarem a norma culta e outros não.

Ele afirma isso de modo firme e objetivo: *“Então, eu vejo o preconceito linguístico como uma forma de exclusão, que separa as pessoas que têm uma certa instrução [...]”* Existem vários tipos de exclusão mas devemos pensar aqui na exclusão linguística como uma questão específica. Bagno (1999) se refere a essas pessoas como: “os sem-língua”. Enquanto A1 vê a exclusão como um resultado do preconceito linguístico.

A3 vê esse tipo de preconceito como a própria exclusão, esse tipo de exclusão começa no acesso ao aprendizado da língua materna que muitos não têm, e ao mesmo tempo ela é gerada pelos que tiveram acesso. *“A questão é que às vezes as pessoas se sobrepõe as que não tiveram essa mesma benesse”*. Aqui a resposta de A3 se assemelha um pouco com a resposta de A1, enfatizando a língua como uma ferramenta de poder e como as pessoas usam esse poder para se “sobrepor” dominar e subjugar as outras.

Para Foucault (2010), o poder atravessa todas as instâncias, então em relação a língua não é diferente, quando Bagno (2003), diz que a língua como uma abstração não existe o que existe são os falantes de carne osso que se servem dela, entendemos que como questão de poder devemos voltar nossa atenção para o uso que esses falantes fazem da língua.

Talvez o motivo de não conseguirmos avançar em relação a certos problemas é o fato do conhecimento nem sempre ser usado de uma forma positiva, sendo usado também para excluir dominar e subjugar as pessoas que não têm acesso a ele.

### **Entrevistado A4**

Na resposta de A4, identificamos a categoria conhecimento, para A4 o preconceito linguístico é uma questão da falta de conhecimento das pessoas que sofrem com esse tipo de preconceito. *“Eu acho que isso não deveria acontecer porque é normal a pessoa daquela região falar daquele tipo, às vezes ela não têm muito estudo então, não tem como ela saber porque as pessoas julgam o modo dela falar como errado”*. Consideramos que a falta de

conhecimento linguístico afeta ambos os lados mas, pode ser mais negativa para quem não conhece e não domina a norma padrão do que para os que conhecem.

Os falantes que dominam a norma padrão conhecem apenas as regras gramaticais uma parte da língua, e não a língua viva com seus fenômenos e suas características. É isso que gera a maioria dos comentários errôneos de pessoas que têm a plena convicção de estarem corretas se baseando apenas no discurso do senso comum. Essa atitude como menciona Bagno (1999), se dá pela confusão que as pessoas fazem entre língua e gramática normativa.

No final da resposta, identificamos que A4 cometeu um equívoco, vejamos o trecho: *“dependendo do lugar da situação em que a pessoa esteja ela vai mudar um pouquinho o modo como ela fala, mas se ela não tem esses conhecimentos das variedades linguísticas não tem porque eu julgá-la pelo modo como ela fala”*. O trecho em negrito gera muitas dúvidas. Afinal, quem tem que conhecer e aprender sobre as variedades linguísticas, é quem é vítima do preconceito linguístico ou quem o comete?

Podemos considerar isso como uma questão de urgência, o conhecimento deve ser para todos e seu acesso deve ser facilitado para os que estão em desvantagem em relação aos outros, seja essa desvantagem de qualquer natureza. Mas em caráter de urgência as pessoas que já estão imersas no conhecimento da norma padrão precisam conhecer e aprender sobre as variedades linguísticas.

E isso é para que não reproduzam o preconceito linguístico contra os que ainda não tiveram acesso ao conhecimento e aprendizado nem da norma padrão nem das variedades. Por outro lado, as pessoas que são vítimas desse preconceito precisam desse conhecimento para saber argumentar com quem os confronta, e também para valorizar as características de sua identidade. Assim, elas podem resgatar sua dignidade se identificando no mundo.

### **Entrevistado A5**

Em sua resposta A5 diz que só há preconceito linguístico quando a pessoa que comete esse preconceito não tem conhecimento da língua igual os acadêmicos de Letras. Observamos a presença da categoria conhecimento.

Através do referido trecho que veremos a seguir e de outros que analisaremos logo após: *“O que eu penso a respeito do preconceito linguístico é que só há preconceito quando a pessoa não tem conhecimento acerca da língua igual nós temos aqui na universidade.”* A afirmação contida neste trecho gera dúvidas apesar de deduzirmos que o indivíduo

conhecedor dos fenômenos da língua é mais propenso a não cometer o preconceito linguístico.

Em sua obra a norma oculta *Língua e Poder na Sociedade Brasileira*, Bagno (2003), se refere á casos específicos em que pode haver uma desonestidade intelectual por parte dos que adquiriram um conhecimento linguístico. Essas pessoas podem reproduzir o preconceito linguístico do mesmo modo das pessoas que não têm o conhecimento mais profundo da língua e seu funcionamento que é descrito pela ciência linguística.

Como já dissemos no início dessa seção de análise e apresentação dos dados, essa é umas das lacunas que essa pesquisa não responde devido ao tempo espaço e delimitação da mesma. A5 demonstrou estar á frente dos outros entrevistados pelo fato de reconhecer que: “[...] *infelizmente há pessoas que têm essa resistência de acharem que falar certo é como manda a gramática normativa*”. Está implícito a noção de A5 sobre as regras variáveis, o que muitos gramáticos e leigos consideram como “erro” a ciência linguística explica perfeitamente como acontece; entretanto, como diz Bagno (2007), nem tudo na língua varia.

Assim como A4, para A5 o preconceito linguístico é uma questão de conhecimento, as pessoas que têm conhecimento linguístico tendem a respeitar mais a diversidade linguística dos outros, e as que têm somente o conhecimento das regras gramaticais tendem a reproduzir esse preconceito. Lembremos sempre, que, conhecimento linguístico é diferente de conhecimento gramatical.

### **3.2 As leituras e os conhecimentos dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico**

Nesta seção foi realizada a análise de conteúdo para identificar as categorias que classificaram as leituras dos acadêmicos em relação ao tema. Essa classificação foi feita de acordo com a quantidade de erros e acertos de termos/conceitos. Esses termos e conceitos estiveram presentes nas respostas dos entrevistados e apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 2 – As leituras dos acadêmicos sobre o preconceito linguístico**

Categoria		Categoria
Discurso Científico		Discurso Senso Comum
Entrevistado	Termos/Conceitos	Termos/Conceitos
A1	Língua nativa, o outro nativo, regras gramaticais, normas, contexto, diálogo, comunicação, escrita acadêmica, língua materna, poder, dialeto.	Português perfeito, língua padrão, a outra língua, português padrão.
A2	Identidade, comunicação, interação, variantes, costumes, bordões, traços.	
A3	Exclusão, discurso, língua em evolução, vícios de linguagem, concordância, língua materna, identidade, discursos.	Forma culta, forma padrão da língua.
A4	Variedade linguística, costumes, adequado, inadequado, sotaque.	
A5	Linguística, gramática normativa, contexto, sotaque, identidade, linguagem, variantes linguísticas, adequação.	Língua padrão, norma culta.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma melhor compreensão dos resultados de cada uma das categorias foram analisadas as respostas dos entrevistados seguindo a ordem de sequência das entrevistas.

**Entrevistado A1**

Na resposta do entrevistado A1, podemos observar a presença da categoria termos/conceitos do discurso científico e termos/conceitos do discurso do senso comum. A1 tem uma noção bem clara de adequabilidade da língua ao “*contexto*” situacional. Ele também sabe que a língua portuguesa que é ensinada nas escolas é a que está de acordo com a norma padrão, embora tenha classificado, equivocadamente, como “*língua padrão*”.

Ele também classifica os falantes da língua portuguesa como “*nativos*” e a língua como “*língua nativa*”. Para se referir as regras que são exigidas em um “*diálogo*” formal ele cita os termos “*português padrão*” da “*língua correta*” que segue as “*regras gramaticais*”. O

objetivo mais importante em uma conversa informal para A1 é a “*comunicação*”. Esse acadêmico sabe diferenciar a escrita formal da escrita informal citando a “*escrita acadêmica*” como exemplo que têm suas particularidades e segue a norma padrão.

Um trecho em particular que chamou a nossa atenção foi o seguinte: “[...]  *você não pode excluir o outro porque o outro também é nativo a **outra língua** também tem que ter voz [...]*” Quando ele se refere à língua que é falada pelas vítimas do preconceito linguístico como uma “*outra língua*”, ele está dizendo implicitamente que as variedades usadas por esses falantes são diferentes o bastante a ponto de ter essa conotação.

A1 não soube fazer a distinção entre monolinguismo e homogeneidade linguística, nem mesmo de forma implícita. Ele têm uma noção clara que os grupos têm modos de falar diferente uns dos outros, só que não usa os termos corretos para se referir à questão da fala desses grupos. Ele também têm uma noção do monitoramento da fala em situações formais e informais, mas também não sabe usar os termos e as expressões para se referir ao assunto.

A1 relaciona “*língua*” e “*fala*” com o “*poder*”, ele usa o termo “*dialeto*” para se referir a um tipo de fala que é exigido de pessoas importantes em certos ambientes. Quando A1 diz: “*Onde serão usadas **as formas da língua materna, as várias formas** [...]*” ele está se referindo implicitamente as variedades linguísticas usadas pelos falantes.

Segundo a revisão bibliográfica realizada, apenas os termos “português perfeito”, “língua padrão”, a “outra língua”, “português padrão” e “língua correta” não estão de acordo com a bibliografia consultada, foram equívocos cometidos pelo entrevistado. Em vista disso, consideramos esses termos como integrantes do repertório do senso comum.

## **Entrevistado A2**

Em relação às respostas de A2 identificamos apenas termos/conceitos relacionados a categoria do discurso científico, no total foram sete termos/conceitos proferidos por A2 durante as formulações de suas respostas.

Na resposta da pergunta I A2 relaciona a diversidade linguística regional com a identidade, “[...] *uma vez que eu imponho o meu preconceito **sobre uma determinada região que fala diferente** eu não estou respeitando **a identidade que aquela pessoa possui***”. Por meio de Cuché (1999), vimos que o contato entre grupos opostos e a norma de vinculação baseada em oposições simbólicas nos permite compreender a identidade.

Então, no caso da região podemos afirmar que ela está relacionada à identidade dos indivíduos, percebemos isso por meio do contato com o diferente, com pessoas de uma região diferente em contato com outras de outras regiões.

Para A2 o objetivo principal em uma “*interação*” verbal é a “*comunicação*”, já na resposta da pergunta III ela relaciona “*variantes*” “*traços*” “*bordões*” com a “*região*” geográfica: “[...] *têm variantes ou uma fala que é muito carregada que não é permitida em determinados ambientes se ela tiver numa entrevista ou em um ambiente onde ela deve ser formal ela não pode falar levando aqueles traços tão fortes como os bordões ou as falas que tem naquela determinada região*”. A2 têm noção da adequabilidade da fala ao contexto e ao ambiente, sabe diferenciar a fala formal da não formal.

### Entrevistado A3

Nas respostas do entrevistado A3 identificamos termos/conceitos relacionados à categoria do discurso científico e termos/conceitos relacionados ao discurso do senso comum, com um total de dez termos/conceitos proferidos nas suas respostas.

Na resposta da pergunta I ele diz que: “[...] *em primeiro lugar eu vejo a língua como uma coisa que está em constante evolução*”. para A3 “*língua*” é “*evolução*”, ele confirma o que Bagno (2007), diz sobre a língua que ela é variável e está sempre em construção e reconstrução. Mais a frente ele relaciona o nível de instrução educacional ao *discurso*: “[...] *que separa as pessoas que têm uma certa instrução que aprenderam fazer e moldar seus discursos que tiveram um acesso descente a educação*”. Essa habilidade citada pelo entrevistado, de saber fazer e moldar discursos confere poder aos falantes que dominam a norma padrão.

Na resposta da pergunta II A3 cita os “*vícios de linguagem*” e os erros de “*concordância*” como problemas que podem ser facilmente solucionados. Fica implícito que esses problemas são pertencentes as pessoas que não dominam a norma padrão. No final da resposta, ele cita a “*forma culta*” e a “*forma padrão*” como uma *convenção*: “*Existe a forma que a gente chama de forma culta a forma que já está convencionalizada como a forma padrão da língua*”. Lembramos aqui que o conceito de norma culta não é o mesmo de norma padrão.

A norma culta segundo Bagno (2007) é aquela usada pelos falantes urbanos privilegiados, que têm um nível alto de renda e formação superior. Já a norma padrão é o modelo de língua que está relacionada com a gramática normativa e que é vista como “*certa*.”

Em razão desse equívoco cometido por A3 colocamos esses dois termo/conceitos na categoria senso comum, pois A3 ainda não sabe distinguir um do outro.

O entrevistado relaciona “*língua materna*” com “*identidade*” na formulação da sua última resposta: “[...] *a pessoa tem o direito de expressar a forma de falar sua própria língua materna para que possa ter uma característica de identidade para se identificar e ser qualificada dentro da identidade dela mesma*”. Resgatamos aqui nesse trecho a noção que Cuché (1999), traz sobre identidade discutida no capítulo de fundamentação teórica.

Para Cuché (1999), é através da identidade que o indivíduo se localiza e é localizado na sociedade. As respostas de A3 foram as mais curtas e objetivas, no entanto, os termos/conceitos usados por ele possibilitaram maior clareza para a análise reflexiva e interpretativa dos dados.

#### **Entrevistado A4**

A categoria do científico para termos/conceito foi a única identificada durante as formulações das respostas de A4 na entrevista, ao todo foram cinco termos/conceito proferidos pela entrevistada. Na resposta da pergunta I A4 associa “*região*” a “*variedades linguísticas*” e *costumes*: “*Preconceito linguístico a meu ver têm muito, é uma coisa que eu acho que não deveria ter porque muitas pessoas falam de determinados tipos devido á região as variedades linguísticas e os costumes*”. Como descrito pelo dicionário Priberam da língua portuguesa o termo *costumes* se refere á prática habitual e o modo de viver.

Consideramos também o que Bagno (2003), diz sobre cultura, não existe nenhum ser humano que não tenha nascido dentro de um grupo social com seus hábitos seus costumes e sua língua. Ela também tem noção da adequabilidade situacional e contextual da fala quando diz: “*eu acho que não têm isso de certo e errado eu acho que é adequado e inadequado, dependendo do lugar e da situação em que a pessoa está ela vai mudar um pouquinho o modo como ela fala*”. Cabe aqui fazer a seguinte observação sobre o trecho citado, os falantes que não tem conhecimento linguístico dificilmente saberão adequar sua fala ao contexto.

Por isso A4 termina a resposta da pergunta II afirmando que: “*Mas se ela não tem esse conhecimento das variedades linguísticas, não tem porque eu julga-la pelo como ela fala*”. O fator conhecimento/desconhecimento que Santos (2010) defende é que deveria ser observado por leigos que dominam a norma padrão e por gramáticos, antes de tecer qualquer juízo de valor sobre a fala do outro.

Chamamos de leigos, as pessoas que dominam apenas a norma padrão mas não têm conhecimento linguístico, e nos referimos aos gramáticos, porque a maioria deles esquecem que existe uma ciência linguística.

Desse modo, eles acabam reproduzindo o preconceito linguístico em seus comentários e livros de gramática. Por último A4 associa “*sotaque*” a “*região*”, quando interrogada sobre o direito das pessoas usarem suas variedades em qualquer ambiente, ela diz: “*se for questão de sotaque não tem como mudar, então eu acredito que ela possa falar com as características da sua região*”. Aqui vemos que A4 tem a noção de que o sotaque é uma coisa que não pode ser mudado e muito menos exigido do falante que ele mude para se adequar ao ambiente.

### Entrevistado A5

A5 inicia a resposta da pergunta I se referindo ao conjunto de conhecimentos adquiridos na universidade, vamos agora aos termos/conceitos citados por ela no trecho: “*Aqui na universidade nós temos o conhecimento sobre a **linguística** nós temos conhecimento sobre a **gramática normativa** e nós sabemos que a **língua** ela é **contextual***”. Em relação ao conhecimento linguístico já dissemos e repetimos mais uma vez que é necessário, só o conhecimento das regras gramaticais não basta.

Concordamos com Bagno (2003), quando ele propõe uma reeducação sociolinguística para minimizar as consequências das variações linguísticas que causam divisão entre as pessoas. A5 afirma que a língua é contextual, mas deixaremos essa discussão para a última seção intitulada: A concepção de língua/linguagem para os acadêmicos de Letras.

Na resposta da pergunta II A5 relaciona o uso da língua aos contextos formais e informais citando os seguintes termos/conceitos: “*Há contextos em que a gente deve empregar a **linguagem formal** e o **contexto** do cotidiano que a gente usa a **linguagem informal**, mas, não há certo e errado há é **adequação** de vocabulário*”. Nesse trecho podemos observar que A5 tem noção da adequabilidade situacional da fala empregando e relacionando os termos/conceitos de forma cabível.

Como já discutimos na seção teórica a linguagem informal ou coloquial é usada no cotidiano, nela as pessoas podem usar gírias e outros recursos, já a linguagem formal é aquela que está de acordo com as regras gramaticais sendo mais monitorada pelos falantes. No início da última resposta de A5 ela relaciona três termos/conceitos da seguinte forma: “[...] *tudo depende do contexto. Mas se for em relação ao **sotaque**, claro que a pessoa não vai perder a*

*sua identidade, que língua é identidade*". O termo sotaque já foi discutido na seção teórica como as variantes e também língua e identidade.

Lembremos mais uma vez Bagno (2003), quando ele diz que a língua é parte constitutiva da identidade individual e social do ser humano, e que nós somos a língua que falamos. Muitas pessoas perdem sua identidade devido às exigências em relação à língua falada, essas exigências estão presentes em todas as áreas da vida profissional, educacional, cultural e outras. Isso pode acontecer sem que o falante perceba, mas também pode acontecer do próprio falante optar por essa mudança em relação a sua fala.

O único equívoco cometido por A5 na formulação da última resposta foi o mesmo cometido pelos outros entrevistados, quando nesse trecho ela se refere aos seguintes termos/conceitos: "[...] *o que deve ser levado em consideração são essas pessoas que não tem conhecimento sobre a língua padrão a norma culta*". O termo/conceito "*língua padrão*" não existe, pois segundo Bagno (2007), não corresponde à língua viva porque é uma norma e deve ser seguida como um modelo e referenciada como tal.

Lembramos mais uma vez através de Bagno (2007), que norma padrão e norma culta tem usos e significados diferentes, não devendo portanto ser usadas como sinônimos. A maioria dos termos/conceitos utilizados por A5 estão de acordo com bibliografia consultada, apenas dois termos/conceitos foram categorizados como pertencentes ao senso comum, esses termos norma padrão e norma culta são os que mais confundem não só os acadêmicos, mas também leigos gramáticos e até pesquisadores.

### 3.3 A noção de “erro” em língua segundo os acadêmicos

Organizamos os resultados da análise categorial noção de “erro” em língua para os acadêmicos da seguinte forma:

#### Quadro 3 - A noção de “erro” em língua segundo os acadêmicos

Nomenclaturas: E – Existe; NE – Não Existe

Entrevistado Categoria	A1		A2		A3		A4		A5	
	E	NE								
A Noção de “Erro” em Língua	X			X		X		X		X

Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma melhor compreensão dos resultados de cada uma das categorias serão analisadas as respostas dos entrevistados seguindo a ordem de sequência das entrevistas. A teoria utilizada é a análise de conteúdo referenciada na seção de metodologia.

#### A noção de “erro” segundo o entrevistado A1.

Para A1 a noção de erro em língua falada existe e depende do contexto e do público para quem a fala está sendo direcionada. *“Se eu estou numa palestra onde as pessoas que estão ali exigem uma qualificação do modo como eu falo, é claro que o padrão de regra do certo e errado vai depender daquele público”*. Segundo A1 o certo e o errado no modo de falar existe mas, somente em lugares e situações formais onde a fala tem que está de acordo com o que está sendo exigido.

No trecho que segue A1 exemplifica a noção de “erro” em língua escrita dizendo: *“Agora, se eu vou para um artigo, se eu vou para uma coisa mais séria, mais aprofundada, eu acho que existe sim um certo e um errado”*. Aqui chegamos á conclusão de que a noção de “erro” para A1 se aplica tanto em língua falada como em língua escrita, mas com a ressalva de que são apenas em situações e contextos formais. Ele não cita em sua resposta o termo/conceito formal, mas ele está implícito nos dois trechos citados.

No trecho a seguir ele sustenta o seu posicionamento sobre a noção de “erro” quando diz: *“Então, por isso que não acho tão correto dizer que não existe um certo e um errado,*

*para mim existe um certo e um errado, mas assim, um certo e um errado que estão andando juntos*". Os trechos de A1 corroboram com o que Santos (2010), diz sobre oralidade e escrita, que esta última não pode ser considerada como um registro regular, natural e inequívoco da fala, porém as duas têm características que as tornam únicas em diferentes modalidades. A noção de "erro" para A1 existe, mas apenas em situações formais da língua falada e escrita.

### **A noção de "erro" segundo o entrevistado A2.**

Para A2 a noção de "erro" não existe, notamos claramente na resposta da pergunta II seu posicionamento em relação a isso quando ela afirma: "*Não, eu não acredito que haja um modo certo e errado de falar, porque se a forma como eu me comunico a outra pessoa está entendendo eu acredito que essa é a melhor maneira!*" Concordamos com A2, que o principal objetivo em uma comunicação oral deveria ser primeiro o entendimento e a compreensão entre os falantes, no sentido de um entender o que outro está falando.

Contudo, sabemos que isso ainda não se aplica em nossa sociedade como um todo, devido ao preconceito linguístico que muitos, por falta de conhecimento ou por pura ignorância, insistem em reproduzir. Enquanto a reeducação sociolinguística proposta por Bagno (2007), não chega a todos, usemos como premissa em nossas interações orais ou escritas o respeito à identidade do outros falantes.

Reafirmamos aqui o que Bagno (2007) já disse, não queremos a substituição das regras e normas vigentes por outras regras ou um prescritivismo às avessas, e sim um convívio linguístico democrático entre todas as variedades, seja ela de prestígio ou não. Observamos que A2 finaliza sua resposta do mesmo modo que iniciou: "*Eu não acredito que haja errado ou certo nessa questão, se há compreensão está tudo certo*". Sendo assim, concluímos que a noção de "erro" para A2 não existe, o que importa para A2 nas interações orais é simplesmente a comunicação entre os falantes.

### **A noção de "erro" segundo o entrevistado A3.**

O acadêmico A3 começa a formulação de sua resposta com uma negativa e em seguida continua sustentando: "*Eu não acredito que exista porque em primeiro lugar eu vejo a língua como uma coisa que está em constante evolução*". No início dessa formulação percebemos a firmeza com que ele se posiciona em relação à noção de "erro". A língua a que ele se refere é a língua viva descrita por Bagno (1999), como um rio que sempre se renova,

essa língua está ancorada nas teorias da linguística moderna e trabalha com a noção de mudança e variação.

A3 também começa e termina sua resposta do mesmo modo que A2, reafirmando seu posicionamento: *“Eu não acredito que exista essa questão de falar errado ou falar certo”*. Mediante o exposto, concluímos que para A3 a noção de “erro” em língua não existe. Dos cinco entrevistados apenas A3 se referiu a língua em evolução, não que isso seja obrigatório para a pesquisa, mas pela importância que a sociolinguística atribui para esse conceito de língua em específico.

#### **A noção de “erro” segundo o entrevistado A4.**

Na formulação de A4 o padrão de resposta do início ao fim também é igual ao dos outros entrevistados, para ela a noção de erro também não existe, vejamos o que ela diz no nesse trecho: *“Não, como eu já tinha dito na primeira pergunta, eu não acredito, porque o modo como a pessoa fala depende muito da criação, do lugar que ela vive”*. Nesse trecho A4 se refere de modo implícito a um dos fatores extralinguísticos descritos por Bagno (2007), o de origem geográfica.

Como já caracterizado por ele esses fatores servem para identificar os fenômenos da variação linguística. Segundo A4 o fator principal responsável pelas pessoas não saberem adequar suas falas ao contexto é o nível de escolaridade: *“se às vezes a pessoa não têm nem o ensino fundamental completo não têm como eu exigir muito dela em relação a fala [...] Então não tem esse negócio de certo e errado!”* Indubitavelmente, é como Santos (2010), já afirmou em relação ao conhecimento e ao uso da variedade mais prestigiada, não é uma questão de inteligência mas de acesso que se adquire pelo uso e ensino.

Conseqüentemente, para A4 não existe a noção “erro” concordamos com a opinião dela quando diz que não podemos fazer exigências em relação á fala das pessoas que não tiveram acesso á educação forma.

#### **A noção de “erro” segundo o entrevistado A5.**

O padrão de resposta de A5 também se repete do início ao fim igual ao dos outros quatro entrevistados; entretanto, há uma característica que chamou nossa atenção, que é A5 ter se autodenominado como uma “discípula da linguística”: *“Não, eu não acho que existe um modo certo e errado de falar, até porque eu sou discípula da linguística”*. No trecho

analisado ao se autodenominar-se como “*discípula da linguística*” A5 se refere à ciência linguística e a todo arcabouço de conhecimentos teóricos relacionados a ela, podemos também arriscar incluir os adquiridos por ela na universidade.

Isso nos diz de forma implícita que A4 se identifica com essa disciplina e segue os preceitos relacionados a ela que certamente foram apreendidos na universidade. Segundo A4 não existe a noção de erro em língua porque: “*Há contextos em que a gente deve empregar a linguagem formal e o contexto do cotidiano que a gente usa a linguagem informal, mas, não há certo e errado há é adequação de vocabulário*”. É como Fiorin (2003 *apud* SANTOS, 2010) argumenta que, o ensino da língua deve focar os contextos de uso, pois são eles, que nortearão a preferência por este ou aquele nível de língua, ou por esta ou aquela variedade.

Em síntese, concluímos que para A5 a noção de “erro” não existe porque é uma questão puramente contextual de adequação vocabular da língua falada. Por isso, é importante desmitificar a noção de “erro” mudando as práticas do ensino de língua para que a diversidade linguística dos falantes seja respeitada.

### 3.4 As concepções de língua/linguagem nas respostas dos acadêmicos

Nesta seção foi realizada a análise de conteúdo para identificar as categorias das concepções de língua e linguagem segundo os acadêmicos. A categorização foi feita por meio da análise reflexiva e interpretativa das entrevistas. Os resultados obtidos foram organizados de acordo com o conceito de língua presente em Bagno (2003), da seguinte forma:

#### Quadro 4 – As concepções de língua/linguagem nas respostas dos acadêmicos

**Nomenclaturas: A – Ausência; P – Presença**

Entrevistado Categoria	A1		A2		A3		A4		A5	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Discurso Científico	X			X		X		X	X	
Discurso do Senso Comum		X								X

Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma melhor compreensão dos resultados das categorias de ausência ou presença serão analisadas as respostas dos entrevistados seguindo a ordem de sequência das entrevistas. A técnica utilizada é a análise de conteúdo referenciada na seção de metodologia.

### **Entrevistado A1**

Na resposta da pergunta I, o acadêmico se refere a língua como “*português perfeito*” e vê a língua do outro que não consegue falar de acordo com a norma padrão como uma “*outra língua*”, vejamos o que ele diz: “*Não é que não seja errado a meu ver se basear em uma pessoa que tem como regra o português perfeito, digamos, a nossa língua.*” Esse “*português perfeito*” que A1 se refere como língua não corresponde a língua viva do ponto de vista científico e sim a língua do ponto de vista do senso comum.

Com a norma culta acontece o mesmo, os falantes idealizam a língua ponto de pensarem que é um padrão linguístico 100% puro e perfeito. Vamos agora ao trecho em que ele se refere a língua que não está de acordo com a norma padrão, ele diz assim: “[...]  *você não pode excluir o outro, porque o outro também é nativo, a outra língua também tem que ter voz*”. Para A1 a outra língua é a língua que não segue as regras gramaticais corretamente, melhor dizendo, é a língua que segundo o senso comum é falada de modo errado.

A língua falada pelos que não sabem adequá-la de com acordo com o contexto, é a língua dos que não tem conhecimento nem habilidade para dominá-la seguindo a norma padrão. Enfim, que outra língua é essa que é tão diferente do português que falamos a ponto de ser considerada como outra língua? Será que é pelo fato dela ser tão estigmatizada? Em todo caso é uma questão sobre a qual devemos refletir.

Na pergunta II ele se refere ao “*português padrão*” como parte da língua sendo o “*português correto*” que segue as regras gramaticais. Segundo A1: “*Se eu estou me dirigindo a um grupo de pessoas que são condizentes a uma regra ali que estão dentro de um diálogo que vai usar o português padrão da língua correta seguindo as regras gramaticais. Sim! Vai existir o certo e o errado*”. Aqui podemos notar mais uma vez que toda vez que A1 fala sobre a norma padrão ele se refere a ela como: português perfeito, língua padrão e português padrão, ele também se refere a língua.

Logo, a forma como A1 relaciona suas ideias e os termos permite-nos inferir que a língua para ele é aquela que Bagno (2007), diz ser baseada em um ideal linguístico e ao mesmo tempo está associada a gramática normativa tradicional e prescritivista.

Embora, ele tenha entrado em contradição na resposta da pergunta III reconhecendo as variedades da língua materna de forma implícita dizendo: “[...] *vai ter várias situações que vai exigir um grau de diálogo que vão ser usadas às formas da língua materna, as várias formas, [...] Isso é que é o legal de língua, eu amo isso!*” Apesar de A1 ter elogiado e mencionado as variedades linguísticas implicitamente por meio dos termos citados anteriormente, entendemos que não foi o suficiente para considerarmos a concepção de língua/linguagem que ele tem sob outra perspectiva teórica.

## **Entrevistado A2**

Segundo a análise que fizemos da entrevista concedida por A2 a concepção que essa acadêmica tem sobre língua é que para ela língua é fala e comunicação. Podemos observar isso por meio das formulações de suas respostas: “*Embora a gente fale o mesmo idioma a língua portuguesa cada um tem seu jeito de expressar e jeito de falar*”. Em suas respostas observamos que ela só usa o termo língua, para se referir aos idiomas português e inglês e no restante de suas formulações ela usa o termo fala.

Por conseguinte, ela destaca a comunicação como objetivo principal das interações: “*Se ela está entendendo o que eu estou falando então há comunicação, [...] Se há entendimento na comunicação, se eles conseguem interagir, eu acredito que há compreensão [...]*” Não é necessário citar aqui todos os trechos em que A2 menciona o termo fala, pois a análise mostra que para A2 língua é fala e que o principal objetivo dessa fala é a comunicação.

Entretanto, ela faz a ressalva que essa fala não pode ser usada em ambientes em que é exigida uma linguagem mais formal, assim ela afirma: “*Mas ao mesmo tempo eu discordo um pouco, porque isso depende também do ambiente que essa pessoa vai estar. [...] se ela estiver em uma entrevista, ou em um ambiente onde ela deve ser formal ela não pode falar levando aqueles traços tão fortes como os bordões [...]*” Mesmo com a ressalva de A2 afirmamos que não é o suficiente para que consideremos sua concepção de língua e linguagem como pertencente ao senso comum.

Assim como ela não somos a favor do discurso de que na língua tanto faz e vale tudo como diz Bagno (1999), sendo ele também contrário a essa postura. Desse modo, língua para A2 é aquela do ponto de vista científico, estando sujeita a variação e mudança, nela não existe a noção de “erro”, pois são considerados fenômenos possíveis de serem analisados e explicados pela ciência linguística.

### Entrevistado A3

Para chegarmos à conclusão sobre qual concepção de língua/linguagem o acadêmico A3 tem achamos necessário repetir trechos já citados das análises feitas desse acadêmico. Não traremos muitos trechos da fala deste acadêmico pelo fato dele ter sido o mais breve e objetivo nas formulações de suas respostas.

Vamos agora ao trecho de uma das respostas onde ele diz: “*Eu não acredito que exista porque em primeiro lugar eu vejo a língua como uma coisa que está em constante evolução*”. Logo de início notamos com clareza a concepção de língua que A3 possui, essa concepção de língua é a que está de acordo de forma inquestionável ao ponto de vista científico.

Podemos ver também nas formulações dele que ele se refere a língua nesse processo de evolução como “*língua materna*” deixando implícito uma característica: “[...] *eu acredito que a pessoa tem o direito de expressar sua forma de falar na sua própria língua materna*”. Aqui ele deixa implícito as variedades linguísticas quando diz: “*expressar sua forma de falar*” relacionando-a a língua materna, para ele a língua materna é uma só.

Uma coisa que nos chamou a atenção é o fato de A3 não ter mencionado em nenhum momento a necessidade de adequação da língua falada ou escrita ao contexto. Ele cita a noção de “erro” em língua e a norma padrão apenas para exemplificar suas ideias, assim podemos dizer que dentre os entrevistados A3 vê a língua como uma forma de resistência.

### Entrevistado A4

Para A4 a língua é a fala, notamos a presença do termo fala relacionado às variedades linguísticas em dois momentos das formulações de suas respostas, já a palavra língua não foi utilizada nenhuma delas.

Vejamos o primeiro trecho onde ela diz que: “[...] *muitas pessoas falam de determinados tipos devido a região e as variedades linguísticas* [...]” Neste trecho ela se refere as variedades linguísticas primeiro de forma implícita e logo em seguida de forma explícita, isso já nos fornece um indicio da concepção de língua que A4 possui.

Em um segundo momento ela diz: “[...] *se ela não tem esses conhecimentos das variedades linguísticas não tem porque eu julga-la pelo modo como ela fala*”. Aqui A4 traz mais uma vez as variedades linguísticas de forma explícita e implícita relacionando-as à fala.

Assim como A3 tem uma noção exata do que seja a língua, A4 tem uma noção exata também do que são as variedades linguísticas. Em virtude disso, consideramos que para A4 língua é aquela do ponto de vista científico.

### **Entrevistado A5**

Segundo a análise que fizemos das respostas de A5 a concepção de língua que essa acadêmica tem é aquela que está de acordo com o senso comum, ela associa o termo língua varias vezes ao contexto e linguagem ao tipo de exigência desse contexto.

Veremos agora um dos trechos das formulações de suas respostas, A5 diz que: “[...] e nós sabemos que **a língua ela é contextual ela é baseada no contexto**”. Por meio desse trecho já temos o primeiro indício explícito sobre a concepção de língua para A5, vamos ao segundo trecho em que ela diz: “**Há contextos em que a gente deve empregar a linguagem formal e o contexto do cotidiano que a gente usa a linguagem informal** [...]” Aqui também A5 traz explícito sua concepção de linguagem também relacionada ao contexto.

No trecho seguinte algo nos chamou a atenção, quando A5 afirma mais uma vez: “[...] porque **a língua ela é contextual e tudo depende do contexto, mas se for em relação ao sotaque, claro que a pessoa não vai perder sua identidade, que língua é identidade**”. Observamos nesse trecho que ela entra em contradição, mas ao mesmo tempo entendemos que para A5 língua também é identidade.

No último trecho citado A5 ela entra novamente em contradição quando afirma da seguinte maneira: “**Mas em relação a língua, nós devemos sim usar a linguagem de acordo com o contexto**”. Uma reflexão deve ser feita a respeito da contradição de A5, se por um lado língua é identidade, mas por outro se ela não estiver de acordo com o contexto ela deixa de ser língua? Nós questionamos isso porque A5 enfatizou muito a questão do contexto na formulação de suas respostas.

Mas cabe lembrar que devemos levar em consideração as pessoas que não tem conhecimento da “língua padrão” com isso, chegamos á conclusão que língua para A5 é aquela que está de acordo com o discurso do senso comum; no entanto, queremos ressaltar aqui que não consideramos como negativo o fato de A5 enfatizar a contextualização da língua. Esse conhecimento específico é necessário para os acadêmicos de Letras e para os estudantes de um modo geral.

### 3.5 A ausência ou presença do preconceito linguístico nas respostas dos acadêmicos

Nessa seção foi realizada a análise de conteúdo identificando a ausência ou presença do preconceito linguístico como categorias, os resultados da análise categorial nos discursos dos acadêmicos, apresentam-se da seguinte forma:

#### Quadro 5 – A ausência ou presença do preconceito linguístico nas respostas dos acadêmicos

Nomenclaturas: **A – Ausência; P – Presença**

Entrevistado Categoria	A1		A2		A3		A4		A5	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Preconceito Linguístico	X		X		X		X		X	

Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma melhor compreensão dos resultados das categorias de ausência e presença serão analisadas as respostas dos entrevistados seguindo a ordem de sequência das entrevistas. A técnica utilizada é a análise de conteúdo referenciada na seção de metodologia.

#### Entrevistado A1

Para A1 o fator principal e mais importante em um diálogo seja ele formal ou informal é a comunicação. Ele fornece nas formulações de suas respostas todos os elementos necessários para que consideremos a categoria ausente como resposta. Não observamos em nenhum momento de suas formulações elementos que nos fizessem afirmar o contrário, isso justifica a escolha da categoria ausência para A1.

Logo abaixo citamos todos os elementos em forma de trechos que validam nossa consideração a respeito dessa categoria, decidimos reunir todos eles em um quadro. Sendo desnecessário discutir cada um deles para não sermos repetitivos em relação a tudo que já foi exposto.

“Eu creio que em algumas ocasiões sim, ela tem que ser exigida certa, mas não chegar um certo ponto de isso se tornar um preconceito”. “Essas regras gramaticais que são utilizadas na escola, essa língua padrão digamos assim, acho que é importante saber, mas chegar o ponto de discriminar o outro, o próprio nativo da língua. Isso, já é um pouco prejudicial”. “Mas ao mesmo tempo que você tem esse poder e essa conquista de dominar sua própria língua você não pode excluir o outro”. “Só porque você domina uma língua no sentido das regras gramaticais que regem aquela língua, não significa que o outro que é nativo não vá ter voz”. “Mas no meu simples conversar aqui contigo eu não posso te julgar se você tá falando certo ou tá falando errado, até porque o que está em jogo aqui é a nossa comunicação. Você está entendendo o que estou falando?! Eu estou entendendo o que você está falando?!” “Eu acho assim agora, pensando bem nesse sentido pode existir um modo certo e errado de falar, mas a comunicação está acontecendo?! Isso é importante!” “A pessoa pode dizer: ‘ele não fala tão bem’, mas não com aquele olhar de desprezar de julgar. Eu acho que as coisas tem que ser organizadas, mas não no sentido de organização, no sentido de excluir o outro, mas no sentido de ajudar o outro”.

## **Entrevistado A2**

Pela análise que fizemos das formulações de respostas de A2 consideramos como resposta para a pergunta dessa seção a categoria ausência, assim como para A1 para A2 o objetivo principal em uma interação verbal é a comunicação. Além disso, seu posicionamento contra o preconceito linguístico foi mais objetivo do que o de A1, isso se deu pelo fato dela ter sido breve em seus argumentos.

Logo abaixo citamos todos os elementos em forma de trechos que validam nossa consideração a respeito dessa categoria. Decidimos reunir todos eles em um quadro, sendo desnecessário discutir cada um deles para não sermos repetitivos em relação a tudo que já foi exposto.

“Eu acredito que o preconceito linguístico não é algo positivo, por quê?! Porque a gente sabe que no Brasil há várias pessoas que falam de diferentes maneiras [...]” “Embora a gente fale o mesmo idioma a língua portuguesa, cada um tem seu jeito de expressar e jeito de falar. Então, eu acredito que isso precisa ser quebrado no Brasil e é visto por muitas pessoas como resistência”. “Se ela está entendendo o que eu estou falando então há comunicação! Agora porque ela engoliu uma simples letra ou faltou algo ali na palavra... a outra acha que é errado?! Não! [...]” “Então, eu acredito que como ela cresceu naquela região é lógico que ela vai falar daquela forma, porque ela teve o costume, ela teve o convívio diferente. Que tem uma diferença de uma região para outra, e eu acho que ela pode sim! Falar como ela quer falar”.

### **Entrevistado A3**

Nas formulações de respostas de A3 identificamos também a ausência de preconceito linguístico como categoria de resposta para a pergunta dessa seção. Logo abaixo citamos todos os elementos em forma de trechos que validam nossa consideração a respeito dessa categoria. Decidimos reunir todos eles em um quadro, sendo desnecessário discutir cada um deles para não sermos repetitivos em relação a tudo que já foi exposto.

“Então, eu vejo o preconceito linguístico como uma forma de exclusão que separa as pessoas que têm uma certa instrução que aprenderam a fazer e moldar seus discursos”. “Então, é uma questão de vícios de linguagem de não ter concordância que são coisas que podem ser facilmente sanadas, e no fim das contas não que exista uma forma certa de falar [...]” “[...] eu acredito que a pessoa tem o direito de expressar sua forma de falar a sua própria língua materna para poder ter uma característica de identidade [...]”

### **Entrevistado A4**

Não foi encontrada presença de preconceito linguístico nas formulações de A4, em vista disso, classificamos também com a categoria ausência a resposta para a pergunta dessa seção. Logo abaixo citamos todos os elementos em forma de trechos que validam nossa

consideração a respeito dessa categoria. Decidimos reunir todos eles em um quadro, sendo desnecessário discutir cada um deles para não sermos repetitivos em relação ao foi exposto.

“Preconceito linguístico a meu ver tem muito é uma coisa que eu acho que deveria ter porque muitas pessoas falam de determinados tipos devido á região as variedades linguísticas e os costumes”. “Mas não é porque ela quer aquilo é natural para ela, ela não tem noção de que está falando certo ou errado muitas vezes”. “Eu acho que isso não deveria acontecer porque é normal a pessoa daquela região falar daquele tipo, ás vezes ela não têm muito estudo então não tem como ela saber porque as pessoas julgam o modo dela falar como errado”. “[...] se ela não tem esses conhecimentos das variedades linguísticas não tem porque eu julga-la pelo modo como ela fala”. “se as vezes a pessoa não tem nem o ensino fundamental completo não tem como eu exigir muito dela em relação a fala [...]”

### **Entrevistado A5**

Percebe-se a ausência de preconceito linguístico nas formulações da acadêmica A5, classificamos com a categoria ausência a resposta para a pergunta dessa seção. Logo abaixo citamos todos os elementos em forma de trechos que validam nossa consideração a respeito dessa categoria. Decidimos reunir todos eles em um quadro, sendo desnecessário discutir cada um deles para não sermos repetitivos em relação a tudo que já foi exposto.

“O que eu penso a respeito do preconceito linguístico é que só há preconceito quando a pessoa não tem o conhecimento acerca da língua igual nós temos aqui na universidade [...]” “Agora, mas infelizmente há pessoas que tem essa resistência de acharem que falar certo, é como manda a gramática normativa. Então, o que eu penso do preconceito linguístico é que é uma visão muito errada!” “Não acho que existe um modo certo e errado de falar até porque eu sou discípula da linguística. [...]” Mas não há certo e errado! Há é adequação de vocabulário!” “Mas, se for em relação ao sotaque, claro que a pessoa não vai perder a sua identidade que língua é identidade! Por exemplo: há o sotaque do mineiro, há o sotaque do nordestino. Isso, a pessoa de uma certa forma vai acabar materializando na fala.” “Destaco! Que o que deve ser levado em consideração são essas pessoas que não tem conhecimento sobre a língua padrão, a norma culta. Nesse caso a pessoa pode sim, falar como ela fala no dia a dia!”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito linguístico, como já discutimos, é apenas um dos tipos de preconceito que temos em nossa sociedade, primeiro surgiu a ideia de preconceito de uma forma isolada que foi se desdobrando em muitos até chegar na área de línguas. Legitimado no período do iluminismo pelas fontes das quais ele derivou, a autoridade e a tradição, atualmente ele se manifesta pelas opiniões e crenças de falantes contra outros falantes de uma mesma língua, no nosso caso o português brasileiro.

A maioria das crenças e opiniões lançadas contra os falantes das variedades estigmatizadas pertence ao senso comum, isso influencia não só o modo de pensar, mas também as atitudes daqueles que cometem esse preconceito. Conforme vimos em Bagno (1999), ele acontece pela confusão que existe até hoje entre língua e gramática normativa, mas a gramática não é a língua é apenas uma parte dela.

O tema dessa pesquisa é importante não só para pesquisadores da área linguística, mas também para aqueles da área educacional, professores de língua materna do ensino básico e superior, bem como estudantes de Letras de um modo geral. Defendemos que ele é de extrema relevância para o meio acadêmico e para a sociedade, porque não envolve apenas questões linguísticas, mas também questões de caráter social cultural econômico e identitário.

Para os acadêmicos de Letras, tanto os de língua portuguesa brasileira como os de língua estrangeira, é extremamente necessário adquirir conhecimentos sociolinguísticos para lidar melhor com a diversidade linguística dos acadêmicos em sala de aula. De um modo geral, os resultados mostram que para os acadêmicos o preconceito linguístico é uma questão de conhecimento, ou melhor, do falante conhecer ou não a variedade mais adequada para cada contexto situacional.

Apenas um dos acadêmicos se posicionou de modo indefinido em relação ao preconceito linguístico e outro se referiu a ele como algo que é negativo. As leituras deles em relação ao preconceito linguístico também mostram resultados satisfatórios, porque a maioria soube relacionar os termos/conceitos que pertencem ao discurso científico com as ideias mais apropriadas para cada um, mesmo que tenha sido de modo vago.

Convém lembrar que em relação às leituras dois deles sendo A2 e A4 não cometeram nenhum equívoco em suas respostas, já os outros se equivocaram somente em não saber diferenciar norma culta, norma padrão e língua. Lembramos que esses termos/conceitos relacionados ao tema da pesquisa não eram cabíveis na categoria científica, por isso, foram agrupados na categoria do senso/comum.

Quanto aos resultados da noção de “erro” em língua segundo os acadêmicos, apenas um deles respondeu que essa noção existe, ou, que existe um modo certo e errado de falar. Isso de certa forma mostra a visão democrática que eles têm sobre a língua. Já sobre a concepção de língua/linguagem segundo os acadêmicos, os resultados mostram que a maioria deles formularam suas respostas se referindo a língua e a linguagem de acordo com o discurso científico, apenas dois deles responderam de acordo com o senso comum.

Esse é um ponto positivo se formos levar em consideração os conhecimentos adquiridos na universidade sobre a temática da pesquisa. Um dos resultados mais importantes foi a verificação de ausência ou presença do preconceito linguístico durante as formulações das respostas dos acadêmicos. Pela análise todos os entrevistados mostraram ausência dele em suas respostas. Eles não concordam com essa prática e ao mesmo podemos deduzir de modo parcial que eles não reproduzirão esse preconceito em sala de aula.

Tudo o que foi explicitado anteriormente refere-se aos objetivos dessa pesquisa que foram alcançados com sucesso, esses resultados causam um impacto positivo na universidade à medida que surgem novas propostas para trabalhar com essa temática. O problema de pesquisa e as hipóteses também foram respondidos, as lacunas que conseguimos identificar também foram explicitadas como sugestão para uma possível evolução da pesquisa.

Gostaríamos de enfatizar, mais vez, que a motivação para realizar essa pesquisa partiu de uma reflexão da pesquisadora sobre uma experiência pessoal relacionada com o tema, então, surge imediatamente a ideia e a proposta de pesquisar a temática na universidade. Logo, a presente pesquisa pode provocar uma reflexão nos professores sobre o modo como eles estão trabalhando as concepções e as práticas de linguagem que podem tanto fortalecer como enfraquecer o preconceito linguístico.

De fato é exigido dos acadêmicos que passam pela escola e pela universidade a apropriação e o uso das variedades de prestígio. Porém, a discussão que norteia nosso trabalho além de verificar qual é o nível de conhecimento e o posicionamento deles em relação ao tema, é a mesma que Bagno (1999) levanta, de que toda língua é um feixe de variedades. Portanto pessoas não escolarizadas ou pouco escolarizadas mesmo aquelas que não pertencem à área de Letras devem manter um nível de diálogo em que não haja pressão por parte daquele que possui um grau de letramento superior ao dos outros falantes.

Nosso foco não foi o de deslegitimar o ensino da norma padrão e sim de chamar a atenção para o tipo de relações que se estabelece entre as pessoas por conta da língua e linguagem. Os resultados mostram que o ensino no curso de Letras da UFT está em equilíbrio

com ambos os lados, pois os acadêmicos veem como necessidade, tanto o ensino da norma padrão como aquele que considera as variedades na perspectiva teórica da sociolinguística.

É possível afirmar de acordo com o problema de pesquisa estabelecido e com os resultados analisados expostos logo acima que, o modo como os acadêmicos de Letras concebem a língua e a prática da linguagem enfraquece o preconceito linguístico. Isso, devido ao fato deles terem se apropriado de saberes que permitem eles verem a língua por um viés democrático em que o outro deve ter sua diversidade linguística respeitada bem como sua identidade.

Os acadêmicos reconhecem a necessidade de adequar a fala e a escrita aos contextos e ambientes formais onde são exigidas de acordo com a norma padrão, citando o contexto da universidade como exemplo.

Em relação à primeira hipótese levantada se os professores estão transmitindo conceitos básicos para os acadêmicos compreenderem a diferença entre o que é gramatical ou agramatical. Os resultados mostram que apesar dos acadêmicos terem relacionado suas ideias aos termos/conceitos de modo satisfatório algumas noções ainda são equivocadas, como a de norma padrão norma culta e língua.

Para analisar com maior profundidade as concepções dos acadêmicos sobre o tema devíamos ter elaborado perguntas mais curtas e objetivas relacionadas ao tema em questão e outros temas relacionados à sociolinguística. Por exemplo, poderíamos ter perguntado: o que é preconceito linguístico? Ou, o que é língua e linguagem? Ou mais ainda, o que é norma padrão e norma culta? E assim por diante.

A maioria deles ainda não sabe a diferença entre a norma culta e a norma padrão, alguns deles também associam língua a norma padrão se referindo as duas como sinônimas. Já sobre a última hipótese se a formação está propiciando aos acadêmicos (a) uma apropriação de saberes no sentido combater ou reproduzir o preconceito linguístico. Os dados mostram que esta apropriação de saberes está indo no sentido de combater esse tipo de preconceito.

Mas como já foi dito aqui várias vezes há uma lacuna nessa pesquisa que não nos permite saber se os mesmos acadêmicos que fizeram parte da pesquisa como informantes reproduzirão o preconceito linguístico como professores. Para isso, seria preciso formular outra pesquisa em outro momento.

Em suma, os resultados do problema e das hipóteses levantados nessa pesquisa mostram que apesar do curso de Letras não ter a disciplina de sociolinguística em sua grade curricular, os acadêmicos estão parcialmente munidos de saberes concepções e ideias próprias

para combater esse preconceito. Ainda assim, gostaríamos de enfatizar que esses resultados não anulam a necessidade de inclusão da sociolinguística como disciplina no curso de Letras.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. 48ª e 49ª ed. São Paulo: Loyola, 1999. \_\_\_\_\_ **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. \_\_\_\_\_ **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 200p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. 1. ed São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de: L'Analyse de Contenu.
- BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**: Temas e Situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão, Quadro 1. Brasília: ME, 2017. p. 312. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: ago. 2019.
- COSTUMES. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [em linha], 2008-2013, Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/costumes>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256 p. Tradução de: La notion de culture dans les sciences sociales.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS (Junho de 1996). Barcelona, Espanha.
- DIJK, Teun A. van.; HOFFNAGEL Judith.; FALCONE Karina. (Org.). **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DIVERSAS. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [em linha], 2008-2013, Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/diversas>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (Coleção tópicos) Tradução de: Les règles de la méthode sociologique.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado (Org.). 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010. Tradução de: Microfísica del Potere.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIANI, Bethânia. **Entre a evidência e o absurdo**: sobre o preconceito linguístico. Cadernos de Letras da UFF - dossiê Preconceito linguístico e cânone literário, nº 36, p. 27-44, 1º sem. 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERINI, Mário A. **A língua do Brasil amanhã e outros ensaios**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PRETI, Dino. (Org.). **Variações na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2011. 336 p. (Projetos Paralelos, 11)

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 26ª ed. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 1995. Tradução de: Cours de Linguistique Générale.

SANTOS, Janete S. dos. **Letramento, variação lingüística e ensino de português. Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. p. 119-134, set. 2010. ISSN 1982-4017.

SOARES, Inês V. P. . **Direito à Diversidade Linguística no Brasil e sua Proteção Jurídica**. In: Seminário Ibero-Americano da Diversidade Linguística, 2014, Foz do Iguaçu. Direito à Diversidade Linguística e sua proteção jurídica. Brasília: Iphan, 2014. p. 66-93.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**: uma nova proposta para o ensino de gramática. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIANA FILHO, Antonio. **HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL**: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGFAU). Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A1. Entrevista nº 1. [set. 2019]. Entrevistador: Dayse Clementino Sousa. Araguaína, 2019. 3 arquivos. mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta monografia.

A2. Entrevista nº 2. [set. 2019]. Entrevistador: Dayse Clementino Sousa. Araguaína, 2019. 3 arquivos. mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice II desta monografia.

A3. Entrevista nº 3. [set. 2019]. Entrevistador: Dayse Clementino Sousa. Araguaína, 2019. 3 arquivos. mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta monografia.

A4. Entrevista nº 4. [set. 2019]. Entrevistador: Dayse Clementino Sousa. Araguaína, 2019. 3 arquivos. mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice IV desta monografia.

A5. Entrevista nº 5. [set. 2019]. Entrevistador: Dayse Clementino Sousa. Araguaína, 2019. 3 arquivos. mp3. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice V desta monografia.

## APÊNDICE I – Transcrição da entrevista nº 1

**Entrevistado (a): A1. Idade: 26. Curso: Letras Língua Inglesa e Literatura**

**Data: 12/09/2019**

**Local: Residência da Entrevistadora**

**Entrevistadora:** *O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?*

**Acadêmico A1:** Preconceito linguístico?! É um assunto bem extenso... Preconceito linguístico o que eu penso é que isso existe é claro! Até porque a importância dessa pesquisa. Isso existe sim porque muitas vezes a gente quer se basear... Não é que seja errado a meu ver se basear em uma pessoa que tem como regra falar o português perfeito, digamos, a nossa língua. Eu creio que em algumas ocasiões sim! Ela tem que ser exigida certa, mas não chegar a certo ponto de isso se tornar um preconceito! Ou seja, a pessoa que consegue cumprir aquela regra, essas regras gramaticais que são utilizadas na escola, essa “língua padrão” digamos assim, acho que é importante saber, mas, chegar o ponto de discriminar o outro, o próprio nativo da língua?! Isso já é um pouco já prejudicial. Então, o que eu penso a respeito disso?! É importante sim o estudo da língua nativa, isso significa muito poder, conquista. Mas ao mesmo tempo que você tem esse poder e essa conquista de dominar sua própria língua, você não pode excluir o outro, porque o outro também é nativo, a outra língua também tem que ter voz! Um exemplo: um português mais direto. Eu mesmo erro! Quando eu estou falando conversando com alguém, eu não vou lá lutar, tem que falar nas normas aqui! Até porque se torna um pouco chato. Então, para mim preconceito linguístico é isso, o que eu penso é basicamente assim. Não sei se é mais ou menos essa linha, mas é isso que eu penso. Você tem que ter o equilíbrio, só porque você domina uma língua no sentido das regras gramaticais que rege aquela língua, não significa que o outro que é nativo não vá ter voz.

**Entrevistadora:** *Você acredita que existe um modo certo e errado de falar?*

**Acadêmico A1:** Essa pergunta ao mesmo tempo que é engraçada ela leva a gente... Eu já tinha pensado sobre isso, mas não agora nesse momento, com essa profundidade! Um modo certo e um errado... Depende desse falar! Esse falar vai depender muito do contexto. Um exemplo: se eu estou em uma palestra, onde as pessoas que estão ali estão exigindo uma qualificação no modo como eu falo! É claro que o padrão ali de regra do certo e errado vai depender daquele público para quem eu vou me direcionar. Para mim então nessa situação existe sim um certo e um errado! Se eu estou me dirigindo a um grupo de pessoas que são

condizentes a uma regra ali, que estão dentro de um diálogo, que vai usar o português padrão da língua, correta, seguindo as regras gramaticais, sim! Vai existir sim um certo e um errado! Mas no meu simples conversar aqui contigo eu não posso te julgar se você está falando certo ou tá falando errado. Até porque o que está em jogo aqui é a nossa comunicação! Você está entendendo o que eu estou falando?! Eu estou entendendo o que você está falando?! Beleza! Tranquilo! Vamos embora! Agora, se eu vou para um artigo, se eu vou pra uma coisa mais séria, mais aprofundada, eu acho que existe sim um certo e um errado que eu tenho que usar! Se eu quero usar esse vocabulário, se eu estou nesse nível aqui se eu quero falar assim, então vamos lá! E eu acho assim agora, pensando bem, nesse sentido pode existir um modo certo e um modo errado de falar, mas a comunicação está acontecendo?! Isso é importante! Se eu estou entendendo o que você está falando! Beleza! A pessoa pode dizer: “puxa ele não fala tão bem.” Mas assim, não com aquele olhar de desprezar de julgar, acho que as coisas tem que ser organizadas, mas não no sentido de organização, no sentido de excluir o outro, mas no sentido de ajudar o outro! Até porque quando o outro percebe que eu não estou seguindo bem as regras, principalmente na escrita acadêmica, ou em alguma atividade, alguma coisa que existe sim um certo e um errado ali que você tem que escrever mesmo, “coretinho.” Aí sim! Tem que levar tudo isso em consideração, até porque outras pessoas vão ler também, e às vezes a forma como eu falo não é a forma como eles interpretam! Então, tem que ter um padrão ali que vai reger, é claro que dentro desse padrão tem as ramificações. Então, por isso que eu não acho tão correto dizer que não existe um certo e um errado, para mim existe um certo e um errado, mas um certo e um errado que estão andando juntos.

**Entrevistadora:** *Você acha que as pessoas tem o direito de usar suas variedades, ou seja, as várias formas da língua materna em qualquer lugar, em qualquer ambiente?*

**Acadêmico A1:** Acredito que tem! Essa questão de falar vai muito de quem está falando e de quem está ouvindo, o contato que vai tendo ali, o grupo exige isso! Um exemplo: eu estou em um grupo de pessoas aqui, eu vou falar da forma que aquele grupo se comunica. Então, vai ter várias situações que vai ser exigido um grau de diálogo! Que vão ser usadas as formas da língua materna, as várias formas! Mas é claro, cada grupo tem a sua, seu modo de falar, sua expressão de usar e de se expressar na língua. Isso é que é o legal de língua! Eu amo isso! Às vezes eu estou com um grupo de colegas aqui que é todo mundo louco mesmo, até pelo grupo de WhatsApp. Um exemplo: tem grupo que o professor está?! A gente tenta o máximo possível conversar de forma correta por mais que não seja exigido isso no grupo, mas você vê que o diálogo é mais formal! Outros grupos são mais informais e existem várias formas da

gente se comunicar e de usar! Eu foquei um pouco na escrita, mas com a fala também acontece do mesmo jeito! Contigo eu estou aqui conversando e tal, eu falo, eu erro, eu não estou atento se eu estou falando certo ou se eu estou falando errado. E às vezes, quando a gente está com uma pessoa como um professor, você vê o tanto que a questão da fala ela está relacionada ao poder, porque querendo ou não, uma pessoa que é importante você vê que ela vai usar um dialeto mais parecido com o que ela se comunica, até porque o lugar onde ela se comunica, o ambiente onde ela se comunica às vezes exige mais isso, ou não! Ou, vice e versa! Tanto faz também, assim, eu acho que é possível usar as formas em qualquer lugar, desde que, aquele grupo saiba entender. O jogo aqui é a comunicação, você não entendeu a minha mensagem?! Entendi! Então beleza!

**APÊNDICE II – Transcrição da entrevista nº 2****Entrevistado (a): A2. Idade: 24. Curso: Letras Língua Inglesa e Literatura****Data: 12/09/2019****Local: UFT****Entrevistadora:** *O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?*

**Acadêmico A2:** Eu acredito que o preconceito linguístico não é algo positivo, por quê?! Porque a gente sabe que no Brasil há várias pessoas que falam de diferentes maneiras, e uma vez que eu imponho o meu preconceito sobre uma determinada região que fala diferente eu não estou respeitando a identidade que aquela pessoa possui! Porque ninguém fala igual! Embora a gente fale o mesmo idioma, a língua portuguesa, cada um tem o seu jeito de se expressar e jeito de falar. Então, acredito que isso precisa ser quebrado no Brasil, e é visto por muitas pessoas como resistência. Então, acredito que hoje nós como estudantes, não só de língua inglesa, mas de Letras, precisamos achar alguma forma de falar para a sociedade, para aqueles que têm esse preconceito com a língua.

**Entrevistadora:** *Você acredita que existe um modo certo e errado de falar?*

**Acadêmico A2:** Não, eu não acredito que haja um modo certo ou errado de falar, por quê?! Porque se a forma como eu me comunico a outra pessoa está entendendo, eu acredito que essa é a melhor maneira! Se ela está entendendo o que eu estou falando, então há comunicação! Agora, porque ela engoliu uma simples letra ou, faltou algo ali na palavra... A outra acha que é errado?! Não! Se há entendimento na comunicação, se eles conseguem interagir, eu acredito que há compreensão, eu não acredito que haja errado ou certo nessa questão, se há compreensão está tudo certo.

**Entrevistadora:** *Você acha que as pessoas tem o direito de usar suas variedades, ou seja, as várias formas da língua materna em qualquer lugar, em qualquer ambiente?*

**Acadêmico A2:** Sim e não! Eu acredito que ela tem o direito de ir e vir se ela é de uma região, por exemplo: o nordeste, e ela têm as variantes dela e ela quer ou está indo para outro lugar, e ela tem aquela identidade aquele traço que é da região. Então, eu acredito que como ela cresceu naquela região é lógico que ela vai falar daquela mesma forma, porque ela teve o costume, ela teve um convívio diferente que tem uma diferença de uma região para outra, eu

acho que ela pode sim, falar como ela quer falar! Mas ao mesmo tempo eu também discordo um pouco, porque isso depende também do ambiente que essa pessoa vai estar. Porque têm variantes ou uma fala que é muito carregada que não é permitida em determinados ambientes, por exemplo: se ela estiver em uma entrevista, ou em um ambiente que ela deva ser formal, ela não pode falar levando aqueles traços tão fortes, como: os bordões ou as falas que tem naquela determinada região.

**APÊNDICE III – Transcrição da entrevista nº 3****Entrevistado (a): A3. Idade: 27. Curso: Letras Língua Inglesa e Literatura****Data: 12/09/2019****Local: UFT****Entrevistadora:** *O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?*

**Acadêmico A3:** Então, eu vejo o preconceito linguístico como uma forma de exclusão, que separa as pessoas que têm certa instrução, que aprenderam a fazer e moldar seus discursos, que tiveram um acesso descente a educação! A questão é que às vezes as pessoas se sobrepõem as que não tiveram essa mesma benesse.

**Entrevistadora:** *Você acredita que existe um modo certo e errado de falar?*

**Acadêmico A3:** Não! Eu não acredito que exista porque em primeiro lugar eu vejo a língua como uma coisa que está em constante evolução, Então, uma questão é vícios de linguagem, de não ter concordância, que são coisas que podem ser sanadas facilmente e no fim das contas, não é que exista uma forma certa de falar. Existe é a forma igual a gente chama de forma culta a forma que já está convencionada como a forma padrão já da língua. Mas enfim, eu não acredito que exista essa questão de falar errado ou falar certo.

**Entrevistadora:** *Você acha que as pessoas tem o direito de usar suas variedades, ou seja, as várias formas da língua materna em qualquer lugar, em qualquer ambiente?*

**Acadêmico A3:** Acredito que sim! Porque eu acredito que a pessoa tem o direito de expressar sua forma de falar a sua própria língua materna, na forma de poder até ter uma característica de identidade, para a pessoa poder se identificar e poder ser qualificada dentro da identidade dela mesmo.

**APÊNDICE IV– Transcrição da entrevista n° 4****Entrevistado (a): A4. Idade: 26. Curso: Letras Língua Portuguesa e Literatura****Data: 12/09/2019****Local: UFT****Entrevistadora:** *O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?*

**Acadêmico A4:** Preconceito linguístico a meu ver tem muito! É uma coisa que eu acho que não deveria ter porque muitas pessoas falam de determinados tipos, devido á região a variedade linguística e os costumes, por exemplo: uma pessoa que mora na roça fala diferente de uma pessoa que mora na cidade, mas tipo assim, não é porque ela quer! Aquilo é natural para ela, ela não tem noção de que está falando certo ou errado muitas vezes. Então, é uma coisa natural! E muitas vezes a pessoa julga isso achando que aquela pessoa está falando errado ou, está falando feio, e isso eu acho que não deveria acontecer porque é normal da região daquela pessoa falar daquele tipo. Às vezes ela não tem muito estudo! Então, não tem como ela saber por que às vezes as outras pessoas julgam o modo dela falar como errado! Mas eu acho que não tem esse negócio de certo ou errado, eu acho que é assim: adequado e inadequado! Dependendo do lugar, da situação que a pessoa esteja ela vai mudar um pouquinho o modo como ela fala. Mas se ela não tem esses conhecimentos das variedades linguísticas, não tem porque eu julgá-la pelo modo como ela fala, eu acho isso.

**Entrevistadora:** *Você acredita que existe um modo certo e errado de falar?*

**Acadêmico A4:** Não! Como eu já tinha falado na primeira pergunta, eu não acredito, porque o modo como a pessoa fala depende muito da criação, do lugar que ela vive, então eu acho que não tem esse negócio de certo e errado, é como eu falei: adequado e inadequado, mas isso vai depender da escolaridade da pessoa, se ela tem um estudo mais avançado, mas se às vezes a pessoa não tem nem o ensino fundamental completo não tem como eu exigir muito dela em relação à fala e o modo como ela fala! Então, isso varia do modo como a pessoa foi criada, o lugar que ela vive, a região e os costumes, então não tem esse negócio de certo ou errado.

**Entrevistadora:** *Você acha que as pessoas tem o direito de usar suas variedades, ou seja, as várias formas da língua materna em qualquer lugar, em qualquer ambiente?*

**Acadêmico A4:** Eu acredito que sim! Porque dependendo da região que ela vive, se ela vai para outra região ela não vai mudar o modo como ela fala só porque ela mudou de lugar, então eu acredito que sim! Mas é como eu falei: se for questão de sotaque de região para região não tem como mudar! Então, eu acredito que ela pode sim falar conforme a região que ela mora. Então, não têm esse negócio de certo e errado depende do lugar.

**APÊNDICE V – Transcrição da entrevista nº 5****Entrevistado (a): A5. Idade: 22. Curso: Letras Língua Portuguesa e Literatura****Data: 12/09/2019****Local: UFT****Entrevistadora:** *O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?*

**Acadêmico A5:** O que eu penso a respeito do preconceito linguístico é que só há preconceito, quando a pessoa não tem o conhecimento acerca da língua igual nós temos aqui na universidade, por exemplo: nós temos conhecimento sobre a linguística, nós temos conhecimento sobre a gramática normativa, e nós sabemos que a língua ela é contextual, ela é baseada no contexto. Mas infelizmente há pessoas que tem essa resistência, de achar que falar certo é como manda a gramática normativa. Então, o que eu penso do preconceito linguístico, é que é uma visão muito errada na minha opinião, porque há diferentes formas de falar e eu sou, digamos: “discípula da linguística”.

**Entrevistadora:** *Você acredita que existe um modo certo e errado de falar?*

**Acadêmico A5:** Não! Não acho que existe um modo certo e errado de falar, até porque eu sou “discípula da linguística.” Há é contextos que a gente deve empregar a língua, aqueles contextos mais formais, e aquele contexto que a gente usa no cotidiano que é a linguagem menos informal, mas não há certo e errado, há é adequação de vocabulário!

**Entrevistadora:** *Você acha que as pessoas tem o direito de usar suas variedades, ou seja, as várias formas da língua materna em qualquer lugar, em qualquer ambiente?*

**Acadêmico A5:** Olha bem, não! Porque a língua ela é contextual e tudo depende do contexto. Mas se for em relação ao sotaque, claro que a pessoa não vai perder a sua identidade! Que língua é identidade! Por exemplo: há o sotaque do mineiro, há o sotaque do nordestino. Isso, a pessoa de certa forma ela vai acabar materializando na fala. Mas em relação à língua, nós devemos sim usar a linguagem de acordo com o contexto. Mas o que a gente tem que saber a gente que tá no ambiente acadêmico, é que há pessoas que não tem acesso as mesmas fontes teóricas que nós temos, talvez ela não vai saber usar uma linguagem mais formal! Pelo ou menos nós, como pessoas que já têm um conhecimento teórico sobre a língua, devemos levar em consideração! Destaco que o que deve ser levado em consideração são essas pessoas que

não têm conhecimento sobre a língua padrão, a norma culta. Nesse caso, a pessoa pode sim falar como ela fala no dia a dia! Mas se a pessoa já tem um conhecimento teórico sobre as variantes linguísticas, sobre algumas teorias, aí sim, ela deve se adequar! Porque ela já tem esse conhecimento.